



UNIVERSIDADE DE ÉVORA

ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

**O Conjunto Abaluartado de Évora – Proposta
de Salvaguarda e Valorização**

Ana Teresa Graça de Sousa

Orientação: Prof.^a Doutora Antónia Fialho Conde

**Mestrado em Gestão e Valorização do Património Histórico e
Cultural**

Área de especialização: Património e História de Arte

Dissertação

Évora, 2013



UNIVERSIDADE DE ÉVORA

ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

**O Conjunto Abaluartado de Évora – Proposta
de Salvaguarda e Valorização**

Ana Teresa Graça de Sousa

Orientação: Prof.^a Doutora Antónia Fialho Conde

**Mestrado em Gestão e Valorização do Património Histórico e
Cultural**

Área de especialização: Património e História de Arte

Dissertação

Évora, 2013

AGRADECIMENTOS

O caminho da investigação não é uma tarefa fácil. Como tal, é necessário o apoio de diferentes pessoas e instituições. Dessa forma, expresso aqui os meus agradecimentos àqueles que foram cruciais na elaboração desta Dissertação.

Em primeiro lugar, quero agradecer à minha orientadora, a Professora Doutora Antónia Fialho Conde, cujos conselhos e correções, ao longo das diferentes fases de trabalho, foram essenciais para conseguir alcançar os objetivos definidos para este trabalho.

Agradeço também aos docentes que colaboram com o curso de Mestrado de Gestão e Valorização do Património Histórico e Cultural, pois esta Dissertação é o resultado de um trabalho e aprendizagem efetuada ao longo de toda a formação do curso.

Também à Câmara Municipal de Évora, na pessoa do Arquiteto Eduardo Miranda e da Conservadora-restauradora Susana Coelho, que foi crucial à elaboração deste estudo. Foi graças a eles que tive acesso a toda a documentação e projetos relacionados com a valorização e conservação do Conjunto Abaluartado de Évora.

Agradeço também a outras instituições, nomeadamente à Biblioteca Pública de Évora, ao Arquivo Nacional da Torre do Tombo, à Biblioteca da Ajuda e ao Arquivo Distrital de Évora, por me facilitarem o acesso às fontes documentais essenciais à conclusão dos objetivos estabelecidos.

Quero também agradecer à Arquitecta Estela Cameirão, a responsável do GAPAE, por me orientar na visita ao Forte de Santo António, onde se idealiza o Centro Interpretativo para o Conjunto Abaluartado de Évora.

A nível pessoal, agradeço do fundo do meu coração aos meus pais, João e Fátima, uma vez que são a base do meu ser e das minhas conquistas.

Agradeço também à minha família, em particular à minha tia Deolinda, à minha avó Mariana e à minha avó Francisca. Também dedico ao meu avô Adelino e ao meu avô Augusto, que já não estão presentes. A eles devo o carinho que me deram e a sua presença constante nos melhores e nos menos bons momentos da minha vida.

Ao João, agradeço a companhia ao longo destes anos, revelando paciência e capacidade para me motivar, permitindo que dê sempre o melhor de mim.

Um obrigado final, mas não menos importante, a todas as pessoas que, de uma forma ou de outra, contribuíram para a realização deste trabalho.

ABREVIATURAS

ADE – Arquivo Distrital de Évora

ANTT – Arquivo Nacional Torre do Tombo

BPE – Biblioteca Pública de Évora

CADIVAFOR – Catalogação, Digitalização e Valorização das Fortalezas

CIEFAL – Centro Internacional de Estudos sobre Fortificação e Apoio Logístico

CIFAE - Centro Interpretativo para a Fortificação Abaluartada de Évora

DCHPCT - Divisão do Centro Histórico, Património, Cultura e Turismo da Câmara Municipal de Évora

CME - Câmara Municipal de Évora

DGEMN - Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais

DGPC – Direção Geral do Património Cultural

DRCALENjo - Direção Regional de Cultura do Alentejo

DRCLVT – Direção Regional de Cultura de Lisboa e Vale do Tejo

DREMN - Direção Regional dos Edifícios e Monumentos Nacionais

GAPAE – Gabinete de Arquitetura e Património da Arquidiocese de Évora

ICCROM - International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property

ICOFORT – ICOMOS International Scientific Committee on Fortification and Military Heritage

ICOMOS - International Council on Monuments and Sites

IGESPAR - Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico

IHRU - Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana

IMC IP – Instituto dos Museus e da Conservação

IIP - Imóvel de Interesse Público

IPCR - Instituto Português de Conservação e Restauro

IPPAR - Instituto Português do Património Arquitetónico

MN – Monumento Nacional

SIDCARTA - Sistema de Informação para Documentação Cartográfica

SIPA - Sistema de Informação para o Património Arquitetónico

UNESCO - United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1 – Planta da Fortificação de Évora, da autoria de Mallet	52
Ilustração 2 – Planta da Fortificação de Évora, da autoria de Couquart	52
Ilustração 3 – Planta da Fortificação de Évora, da autoria de Nicolau de Langres	52
Ilustração 4 – Gravura da cidade de Évora, por Pierre Maria Baldi	53
Ilustração 5 – Pano de muralha do Forte de Santo António	68
Ilustração 6 – Troço do Baluarte de São Bartolomeu, em ruína.....	69
Ilustração 7 – Troço do Baluarte do Príncipe	71
Ilustração 8 – Troço do Baluarte do Conde de Lippe	72
Ilustração 9 – Troço do Baluarte do Picadeiro	73
Ilustração 10 – Troço do Baluarte do Assa	73
Ilustração 11 – Troço do Baluarte de Nossa Senhora de Machede	74
Ilustração 12 – Troço do Baluarte dos Apóstolos	75
Ilustração 13 – Porta do Forte de Santo António	80

O Conjunto Abaluartado de Évora: Proposta de Salvaguarda e Valorização

Resumo

A presente dissertação de mestrado visa dar a conhecer o sistema abaluartado construído no período moderno na cidade de Évora, que sucedeu aos seus anteriores recintos defensivos. Partindo da análise do sistema abaluartado europeu, que compreende diversas fases, é contextualizado o caso português e os paradigmas em torno da evolução deste sistema nesta urbe alentejana, salientando-se a importância da engenharia e da arquitetura militares no período moderno.

É apresentada uma proposta de salvaguarda e valorização do Conjunto em termos construtivos e paisagísticos, de acordo com a legislação vigente em Portugal e com as recomendações definidas internacionalmente. Para a sua valorização propõe-se um conjunto de ações, das quais destacamos a criação de um Centro Interpretativo, onde se prevê integrar várias exposições relacionadas com esta temática, uma reconstrução do conjunto em 3D, a sugestão de passeios pedestres e a realização de uma rota de fortificações abaluartadas no Alentejo, partindo de Évora.

Palavras-chave: Fortificação Abaluartada, Évora, arquitetura e engenharia militares, património militar, salvaguarda e valorização.

The Bastion System of Evora: Safeguard and Valorization Proposal

Abstract

This master thesis aims to make know the bulwark system in the fortification of Evora, built in the modern period, in relationship with the previous defensive systems of the city. Based on the analysis of the bastion system in Europe, comprising its various stages, the Portuguese case is contextualized, as the models that influenced the projects to Evora, stressing the importance of military engineering and architecture in the modern period.

The thesis presents a Proposal to safeguard and valorization of the entire system in terms of construction and landscaping, according with Portuguese legislation and recommendations, in an international level in the domain. To the valorization of the entirety bulwark system are proposed some actions, specially the creation of and Interpretation Centre with various exhibitions related to the system itself, a 3D reconstruction of the bulwarks, and the realization of walks along the built space. We also propose the development of a Route through Alentejo in relationship with fortifications of the both side of frontier (Portugal and Spain).

Keywords: Bastion Fortification, Evora, architecture and military engineering, military heritage, valorization and safeguard

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS

ABREVIATURAS

ÍNCICE DE ILUSTRAÇÕES

RESUMO/ABSTRACT

INTRODUÇÃO 12

CAPÍTULO I – PORTUGAL E A ENGENHARIA MILITAR DO PERÍODO MODERNO..... 21

1 – A Europa e o surgir do sistema abaluartado: as escolas italiana, flamenga e francesa 21

2 – Portugal no contexto europeu: arquitetos e engenheiros militares de finais do século XVI ao final do século XVIII..... 27

2.1- Luís Serrão Pimentel e Manuel de Azevedo Fortes e a formação dos engenheiros militares em Portugal 30

2.2 – O Alentejo e o sistema abaluartado das praças da linha de fronteira seca às praças de 1.^a e 2.^a linha..... 36

2.2.1 – Os projetos para a defesa de Évora no período moderno: debates e confrontos; modelos e paradigmas 42

CAPÍTULO II - A DEFESA DA CIDADE DE ÉVORA – O CRESCIMENTO DA MALHA URBANA E DAS CINTURAS AMURALHADAS 55

1 – Da cerca romano-goda à cerca fernandina 55

2 – Da União Ibérica à Guerra da Restauração (1640/1668): reflexos em Évora 60

2.1 – O reforço abaluartado no período moderno em Évora – dos projetos ao traçado efetivo 66

2.1.1 – Os Fortes 67

2.1.2 – Os Baluartes e as Guaritas 69

2.1.3 – As Cortinas 76

2.1.4 – As portas: os elementos modernos na estrutura medieval 76

CAPÍTULO III – PROPOSTA DE SALVAGUARDA E VALORIZAÇÃO PARA O CONJUNTO ABALUARTADO DE ÉVORA 81

1 – O património militar *versus* património histórico: teorias, convenções e legislação que visam a sua salvaguarda e valorização a nível nacional e internacional 81

2 – O conjunto abaluartado de Évora: categoria, tutela, propriedade e análise das principais ameaças 90

3- Ponto da situação: de que forma o conjunto tem sido conservado e valorizado? 92

4 – Proposta de atuação ao nível de salvaguarda, valorização e conservação do conjunto abaluartado de Évora 100

4.1 – Centro Interpretativo – CIFAE 104

CONSIDERAÇÕES FINAIS 114

FONTES 117

BIBLIOGRAFIA 122

ANEXOS i

I – Transcrição de documentos ii

II – Glossário dos termos empregues no sistema abaluartado liii

III – Modelo de ficha de inventário para o conjunto abaluartado de Évora lxxxi

IV – Ficha de inventário para o Conjunto Abaluartado de Évora lxxxvi

V – Plantas c

VI – Desenhos cxxiii

VII – Fotografias cxxxiii

VII – Projeto Website CIFAE cliv

APÊNDICE DOCUMENTAL

INTRODUÇÃO¹

O Renascimento, enquanto movimento científico e cultural, manifestou-se na Europa nas mais variadas dimensões, sendo uma delas o surgir da fortificação abaluartada, que marcaria em definitivo o triunfo da pirobalística. Trata-se de um tema que vem sendo cada vez mais abordado, e que, no caso português, assume um papel muito especial, ligado a um período determinante da nossa história política e diplomática. Efetivamente, o novo sistema de defesa, que vinha fazendo escola na Europa, acabaria por ser definitivamente adotado em Portugal no contexto da Restauração da Independência Portuguesa, a partir de 1640, e ante a iminência da invasão espanhola, implicando uma completa reestruturação das fortificações na fronteira seca. Foram adaptadas algumas das antigas estruturas às exigências da artilharia da época e, nalguns casos, procedeu-se à edificação de novos fortes.

Problemática e Objetivos

A problemática desta dissertação baseia-se na abordagem do sistema abaluartado de Évora enquanto testemunho da engenharia e da arquitetura militares coevas e, ao mesmo tempo, como testemunho histórico/cultural. Importa refletir sobre a temporalidade em que este conjunto foi projetado e delineado², bem como a importância que o mesmo possui num tempo recente, testemunhando o seu carácter histórico e arquitetónico numa cidade património da Humanidade.

Os principais objetivos do trabalho são dar a conhecer a essência da arquitetura abaluartada e as mudanças significativas que esta trouxe a Évora e, por conseguinte, ao próprio Alentejo, enquadrando a cidade no contexto das praças de 1.^a e de 2.^a linha. Pretende-se também preencher uma lacuna no conhecimento da evolução da cidade, relacionando o crescimento da sua malha urbana com os trechos abaluartados. São ainda objetivos da presente dissertação, analisar a legislação existente para este tipo de arquitetura, tanto a nível nacional, como internacional; promover o estudo, a divulgação, a valorização e a preservação do Conjunto Abaluartado de Évora, tendo em conta que a cidade em que se insere é Património da Humanidade; promover posteriores

¹ Esta Dissertação encontra-se escrita nos termos do acordo ortográfico atualmente em vigor.

² Este Conjunto foi projetado como sendo uma solução moderna para a neutralização das várias ameaças que Portugal sofreu durante a Guerra da Restauração (1640-1668).

ações de conservação e restauro, bem como de promoção e divulgação do Conjunto abaluartado, onde se integra a criação de um Centro Interpretativo, potenciando futuras abordagens, com o intuito de investigar e promover o património militar do período moderno; sublinhar o valor patrimonial do Conjunto, mas também as suas potencialidades enquanto recurso cultural e turístico, transformando-se numa plataforma de conhecimento a partir da qual se pode valorizar.

Estado da Arte

Durante a realização deste trabalho, foi essencial recorrer a estudos que privilegiam diversos dos temas tratados, nomeadamente, estudos sobre engenheiros militares, assim como os que incidem sobre o sistema abaluartado; para além dos trabalhos sobre a Guerra da Restauração. Foi ainda utilizada a bibliografia sobre a cidade de Évora, dando-se destaque àquela que trabalhava diretamente as muralhas de Évora. Por fim, foram analisados trabalhos sobre gestão/valorização do património.

Sobre os engenheiros militares e o desenvolvimento do sistema abaluartado³, fazemos notar Mário Jorge Barroca, que no artigo «Tempos de Resistência e Inovação», descreve a evolução da arquitetura militar portuguesa no decorrer do reinado de D. Manuel I, época conhecida como período de transição, quando se deu a adaptação de algumas fortificações medievais à nova artilharia, dando as bases para a evolução do sistema abaluartado. É também de destacar Antónia Fialho Conde, que no artigo «Alentejo (Portugal) and the scientific expertise in fortification in the modern period: the circulation of masters and ideas», destaca o surgimento de teorias referentes ao sistema de fortificar do período moderno, e de que forma estas foram influenciando os engenheiros militares. Neste contexto, refere-se também Margarida Valla, com o seu trabalho *Os Engenheiros militares no planeamento das cidades: entre a restauração e D. João IV, 1640-1750*, que nos indica que a fortificação abaluartada se procurou afirmar como ciência, sendo que a matemática e a geometria prática serviram de base aos modelos defendidos pela engenharia militar, inseridos na ideia de que a prática tinha de ser regulamentada pela teoria. Em Portugal, a construção de fortificações designou as cidades que se converteram em praças-fortes, e a distribuição de engenheiros militares pelas diversas províncias. Estes ficaram encarregues dos projetos militares e do traçado

³ Cf. Nota bibliográfica completa para cada obra citada na pp. 124-125 da **Bibliografia**, referente aos estudos sobre os engenheiros militares e a fortificação abaluartada.

urbano das cidades em que atuaram. Também foi essencial o trabalho de Alexandre Martins Ferreira, intitulado *Luís Serrão Pimentel (1613-1679): Cosmógrafo Mor e Engenheiro Mor de Portugal*, que nos revela dados biográficos importantes de Luís Serrão Pimentel, relacionados com a sua formação em engenharia, e menciona alguns dos serviços que o mesmo prestou na arte da fortificação. O autor elucida-nos, ainda sobre a criação da Aula da Fortificação e Arquitetura Militar, momento fulcral no desenvolvimento da especialização teórica e científica na formação dos futuros engenheiros militares. Além disso, faz-se menção ao seu Tratado, o *Método Lusitânico*, trabalho que marcaria a construção fortificada em Portugal. Contudo, a inovação prática atingiu o seu máximo com as teorias e máximas de Manuel Azevedo Fortes, patentes no estudo de Dulcyene Maria Ribeiro, intitulado *A Formação dos engenheiros militares: Azevedo Fortes, Matemática e ensino da Engenharia Militar no século XVIII em Portugal e no Brasil*. A autora remete-nos para as atividades que Manuel de Azevedo Fortes empreendeu no campo da Engenharia Militar e nas defesas do território português, bem como na Academia Real da História e na confecção de mapas. Faz-se ainda uma abordagem ao significado de «engenheiro militar» e quais as suas bases científicas.

Sobre a Guerra da Restauração⁴, sublinhamos os estudos de Nuno Monteiro e de Pedro Cardim, que assentam na diplomacia da Restauração. No artigo «A Guerra da Restauração», além das questões diplomáticas, Nuno Monteiro releva-nos ainda os realinhamentos militares, importantes para a contextualização da história do desenvolvimento das fortificações no Alentejo. Em «A diplomacia da Restauração», Pedro Cardim indica-nos que se desenvolveu uma intensa atividade diplomática após a revolta de 1640. A Casa Real de Portugal enviou diplomatas para França, para Inglaterra, para as Províncias Unidas e para Roma, tendo por objetivo a defesa da causa Portuguesa na sua luta contra a monarquia castelhana. Igualmente importante é o estudo de Mafalda Soares da Cunha, intitulado «O significado da “Restauração”», que nos deu um significado para a Guerra da Restauração, que indica que os discursos históricos sobre a matéria são complexos, pelo que a historiografia tem tentado desmontar as imagens nacionalistas, dando conta, quer do processo de construção histórica, quer da multiplicidade de fatores subjacentes à revolta de 1640.

⁴ Cf. Nota bibliográfica completa para cada obra citada na pp. 123-124, da **Bibliografia**, referente aos estudos sobre a Guerra da Restauração.

Dos estudos sobre a cidade de Évora⁵, destacamos o *Inventário Artístico de Portugal – concelho de Évora*, de Túlio Espanca, cujas descrições sobre os elementos referentes à fortificação abaluartada, ajudaram a desenvolver as competências de descrição referentes ao nosso estudo. Apesar de ter sido editado há alguns anos, continua a ser um foco essencial para o conhecimento do património na cidade de Évora. Destacamos também os artigos do mesmo autor no Boletim de *A Cidade de Évora*, nomeadamente, a «Libertação da cerca amuralhada de Évora» e «Fortificações e Alcaidarias de Évora», que complementam as descrições fornecidas pela obra anterior, sendo que, no primeiro artigo, Túlio Espanca refere intervenções feitas a alguns dos elementos da fortificação, realizadas pela DGEMN e pelos Serviços Municipalizados da Câmara Municipal de Évora. Já o seu artigo «História das campanhas do Alentejo de 1663 até 1665» vem completar a informação transmitida pelo Padre Manuel Fialho, permitindo-nos comparar as descrições.

Maria Domingas Simplício realizou um estudo, intitulado «Évora: Origem e Evolução de uma Cidade Medieval», que se revelou importante para desenvolvermos dados referentes à cidade de Évora antes da existência do sistema abaluartado. Dado que é imprescindível analisar a contextualização do crescimento da malha urbana da cidade, com o surgir do novo sistema de defesa. Neste âmbito, foi também imprescindível o estudo de Hermínia Vilar e de Hermenegildo Fernandes, intitulado «O Urbanismo de Évora no Período Medieval», que complementa a anterior, bem como o de Jorge Gaspar, *A Área de Influência de Évora*.

Já os estudos sobre as muralhas de Évora⁶ traçam uma leitura das suas várias fases construtivas, mas não comportam somente o sistema abaluartado. Contudo, salientamos a importância destes estudos para a compreensão e contextualização do conjunto aqui tratado. Destacamos os trabalhos de Cármem Balesteros e Élia Mira que, no seu estudo sobre «As Muralhas de Évora», fazem referência às fortificações modernas da cidade. No entanto, é Miguel Pedroso de Lima, que, no seu estudo sobre *O Recinto Muralhado de Évora: subsídios para o estudo do seu traçado* analisa mais aprofundadamente o tema, embora o seu estudo assente, essencialmente, na muralha medieval.

⁵ Cf. Nota bibliográfica completa para cada obra citada nas p. 122, da **Bibliografia**, referentes aos estudos sobre a cidade de Évora.

⁶ Cf. Nota bibliográfica completa para cada obra citada nas p. 123, da **Bibliografia**, referentes aos estudos sobre as muralhas de Évora.

Dos estudos sobre gestão/valorização do património⁷, ressaltamos Cesari Brandi, em cuja obra *Teoria do Restauro*, traça os principais vetores a considerar quando se trata da salvaguarda de um monumento. As suas teorias inovaram e continuam atuais, pelo que são imprescindíveis de ter em conta no nosso estudo, tal como as teorias desenvolvidas por Alois Riegl, explanadas no artigo «Alois Riegl e o “O culto moderno dos monumentos”», de Cláudia dos Reis e Cunha. Neste domínio, sublinhamos ainda a obra de Fernando Henriques, intitulada *A Conservação do Património Edificado*, bem como as abordagens de Fraçoise Choay, particularmente na sua *Alegoria do Património*, que continua a reunir as condições necessárias e excecionais de serem mencionadas em todos os trabalhos referentes ao Património.

Metodologia

Em termos metodológicos, realizámos uma intensa pesquisa que permitiu um extenso levantamento bibliográfico e documental suscetível de fornecer elementos que enriquecem o conhecimento da evolução da estrutura fortificada ao longo do tempo, bem como a sua valorização num contexto mais global. Realizámos o tratamento e cruzamento de informação escrita, fotografada e desenhada sobre o Conjunto. Percorremos e fotografámos todos os seus troços com atenção, com o objetivo de procurar perceber a sua lógica construtiva, defensiva e o seu espaçamento, tendo em conta as características da arquitetura abaluartada. Recorremos ao auxílio das Cartas, Convenções e legislação relacionada com o património, dado que só através destes meios podemos proceder a um projeto viável.

Para a realização deste trabalho analisámos fontes manuscritas, impressas e cartográficas, existentes na Torre do Tombo, na Biblioteca da Ajuda, na Biblioteca Pública de Évora, no Arquivo Histórico do Exército Português, além de outras bibliotecas e Arquivos como o Arquivo Distrital de Évora.

Para o entendimento da fortificação de Évora, foram essenciais algumas fontes manuscritas, das quais salientamos o Documento sobre a Fortificação de Évora do P. João Baptista de Castro, e a Descrição de Portugal que tem por principal assunto falar

⁷ Cf. Nota bibliográfica completa para cada obra citada nas p. 125, da **Bibliografia**, referentes aos estudos sobre gestão/valorização do património.

de suas praças⁸, de José Romão da Cruz. Por outro lado, só a partir das Cartas emanadas do Conselho de Guerra, conseguimos entender a necessidade da introdução do sistema abaluartado na cidade de Évora, bem como os entraves à conclusão do mesmo. Destas destacam-se, sobretudo, a Carta sobre a emergência da fortificação em Évora, de 1657, a Carta do Conde da Atouguia a informar aquilo que é necessário para a fortificação da cidade de Évora, de 1659, e a Carta sobre a brevidade da obra na fortificação de Évora, de 1663⁹. Também o Regimento para a fortificação da cidade de Évora¹⁰, proclamado por D. Pedro II, em 1682, foi essencial para percebermos em que estado estavam as obras, como se deveria proceder, as despesas a ter na mesma, como se organizava e quem nela trabalhava.

Revelaram-se, igualmente, essenciais os documentos que referem diretamente quem trabalhou na obra. Deste conjunto destacamos a Carta sobre a assistência de Nicolau de Langres na fortificação de Évora, de 1657, a Carta do Conde da Atouguia (com carta de Nicolau de Langres) sobre a alteração da planta de Évora, de 1659, a Nomeação de Luís de Mesquita Pimentel e de João Nunes da Cunha para servirem na fortificação de Évora, de 1660, o Decreto da patente de ajudante de Fortificação a Francisco de Osório, que era discípulo de Luís Serrão Pimentel, de 1663, o documento que revela que Luís Serrão Pimentel desenhou a fortificação de Évora, de 1665, e a Resposta Apologética do Tenente General Pedro de Santa Colomba em defesa da sua planta de Évora ao papel de Luiz Serrão Pimentel Lente de Mathematica, datada de 1662¹¹. Este último revelou-se essencial para o entendimento do projeto traçado por Luís Serrão Pimentel, e que foi alvo de muitas críticas na época.

Das fontes impressas¹², foi essencial o recurso ao *Dicionário Histórico e Documental dos Architectos e Engenheiros Portugueses*, de Sousa Viterbo, para sabermos que engenheiros militares trabalharam na fortificação da cidade de Évora; o *Methodo Lusitanico de desenhar as fortificações das praças regulares e irregulares fortes de campanha, e outras obras pertencentes à arquitetura militar* (editado em

⁸ Cf. Nota bibliográfica completa para cada documento citado na p. 118 das **Fontes**, referente ao *Documento sobre as fortificações de Évora*, o *Documento do P. João Baptista de Castro sobre a Fortificação de Évora*, e a *Descrição de Portugal que tem por principal assunto falar de suas praças*.

⁹ Cf. Nota bibliográfica completa para cada documento citado na p. 119 das **Fontes**, referente à *Carta sobre a emergência da fortificação em Évora*, a *Carta do Conde da Atouguia a informar aquilo que é necessário para a fortificação da cidade de Évora*, e a *Carta sobre a brevidade da obra na fortificação de Évora*.

¹⁰ Cf. Nota bibliográfica do Regimento para a Fortificação de Évora, na p. 118 das **Fontes**, referente à Fortificação de Évora.

¹¹ Cf. Nota bibliográfica completa para cada documento citado nas pp. 117-118, das **Fontes**, referentes à Nomeação de Luís de Mesquita Pimentel e de João Nunes da Cunha para as defesas da fortificação de Évora; à patente de ajudante da fortificação a um discípulo de Luís Serrão Pimentel; e à fortificação da cidade de Évora.

¹² Cf. Nota bibliográfica completa para cada obra citada nas pp. 120-121 das **Fontes**, referente às fontes impressas.

1680) de Luís Serrão Pimentel, e *O Engenheiro Portuguez* (editado em 1728-1729) de Manuel de Azevedo Fortes, desenvolvidos por personalidades distintas, são essenciais para se perceber a evolução teórica da formação dos engenheiros militares; na obra *Nicolau de Langres e a sua obra em Portugal*, de Gastão de Melo Mattos, e na obra de Allain Manesson Mallet, intitulada *Les Travaux de Mars, ou la Fortification Nouvelle Tant Reguliere, qu'Irreguliere*, tivemos acesso a plantas da fortificação de Évora, imprescindíveis ao nosso estudo; a *Viaje de Cosme de Médicis por España y Portugal (1688-1669)*, de Lorenzo Magalotti, incluindo desenhos de Pier Baldi da fortificação de Évora, foi também fulcral para se perceber como era vista naquela época. Para o contexto histórico da época, a nível local e nacional, e ainda em termos de fontes manuscritas e impressas, sublinhamos a História de Portugal Restaurado, de Luís de Menezes, que nos elucida sobre as ações, quer políticas, quer militares, vividas durante a Guerra da Restauração; e *Évora Ilustrada*, do Padre Manuel Fialho. Este último descreve-nos como foi vivida, em Évora, a Guerra da Restauração.

Das fontes cartográficas¹³ destacamos a *Description del reyno de Portugal y de los reynos de Castilla que confinan con su frontera*, da autoria de Coqart; a *Planta da Fortificação de Évora*, da autoria de Coqart, datada de 1705; a Planta publicada por Allain Manesson Mallet, em 1671-72, na obra *Les Travaux de Mars, ou la Fortification Nouvelle Tanta Regulaire, qu'Irregulaire*; a *Planta do Recinto e Fortificação de Évora*, da autoria de Nicolau de Langres (cerca de 1660), publicada por Gastão de Melo Mattos, na já referida obra *Nicolau de Langres e a sua obra em Portugal*; o *Plano do Recinto de Évora, da Extensão e Indicação das Freguesias* - Abril de 1900 (cópia de um desenho de 1856); e a *Planta das Muralhas de Évora*, de 17 de Junho de 1806.

Estrutura da Dissertação

Este estudo assenta numa abordagem que dá relevância a questões como a envolvente do conjunto abaluartado, à sua descrição arquitetónica. Além disso, traça-se ainda a sua evolução histórica, privilegiam-se aspetos de conservação e proteção jurídica do Conjunto e da sua envolvente, analisando-se as principais ameaças a que está sujeito, bem como propor medidas cautelares urgentes e de ações de médio e longo prazo que apostam na sua valorização. Por outro lado, a gestão do património implica a

¹³ Cf. Nota bibliográfica completa para cada obra citada na p. 121 das **Fontes**, referente às fontes cartográficas.

articulação de metodologias, de técnicas e de instrumentos concordantes; como tal, qualquer proposta deve ser justificada também sob um ponto de vista económico e social, uma vez que pretende fazer face a uma necessidade real no caso da fortificação abaluartada de Évora. Pareceu-nos, pois, essencial propor a promoção de ações relacionadas com o património, integradas em medidas que compreendam o crescimento e reconhecimento da cidade e do seu património. Neste âmbito, devem ser criados meios através dos quais se possam promover ações de valorização e de conservação de forma contínua, de modo a que o Conjunto se mantenha devidamente conservado. Ao mesmo tempo, e estando integrado no quotidiano da população que habita na cidade, deverá transformar-se num motivo de orgulho o que originará um crescimento turístico de qualidade, nunca esquecendo o facto de estarmos perante uma cidade cujo centro histórico faz parte da lista dos bens classificados como Património da Humanidade.

Nesta perspetiva, e tendo como suporte as ideias que acima enunciámos, a presente dissertação divide-se em três capítulos. No **Capítulo I**, contextualizamos a evolução do sistema abaluartado na Europa, através das Escolas italiana, flamenga e francesa. Por conseguinte, mencionamos as adaptações promovidas nas praças da linha da fronteira seca, especialmente na de Évora, bem como os arquitetos e os engenheiros militares que nelas trabalharam, de finais do século XVI ao término de Setecentos. Este constituiu um período relevante na formação dos engenheiros em Portugal, com o *Método Lusitânico* de Luís Serrão Pimentel e o *Engenheiro Portuguez* de Azevedo Fortes.

No **Capítulo II**, relacionamos o crescimento da malha urbana de Évora com as transformações operadas na cerca velha e cerca nova. Esta relação é importante para percebermos as adaptações modernas a partir do século XVI-XVII, sendo a cidade dotada de dois fortes (Fortes de Santo António e dos Penedos), sete baluartes (de Nossa senhora de Machede, de São Bartolomeu, dos Apóstolos, do Príncipe, do Conde de Lippe, do Picadeiro, e do Assa), e de remodelações em seis portas (de Avis, da Lagoa, do Rossio, do Raimundo, da Mesquita e de Machede).

Por fim, no **Capítulo III**, apresentamos uma Proposta de Salvaguarda e Valorização para o Conjunto Abaluartado de Évora. Para a sua realização, identificámos as principais ameaças a que o Conjunto tem estado exposto, bem como as medidas que se têm implementado, até à atualidade, para fazer face à ação do tempo e do próprio homem. Foram tomadas em consideração a legislação nacional e internacional acerca da

conservação e valorização do património, tal como os decretos-lei e os organismos responsáveis. Além das várias medidas que propomos, apostamos na criação de um Centro Interpretativo para o Conjunto Abaluartado de Évora – o **CIFAE** -, que pretende potenciar os meios turísticos, de atração e de investigação em redor do Conjunto e da sua história. O projeto deste Centro Interpretativo é complementado pelo projeto do seu website, inserido no CD-ROM. Neste trabalho os Anexos revelaram-se ainda essenciais para o conjunto da dissertação, onde frisamos a existência de um Glossário com a definição de conceitos referentes à arquitetura abaluartada, através dos autores da época, bem como uma Ficha de Inventário do Conjunto Abaluartado, partindo do modelo de ficha proposto pelo ICOMOS, acrescentando novas categorias de inventariação que aplicámos ao caso de Évora.

CAPÍTULO I

PORTUGAL E A ENGENHARIA MILITAR DO PERÍODO MODERNO

“O modo de fortificar as Praças com baluartes he sem duvida o melhor, que se tem inventado até o presente, e que tem dado mais exercício aos Engenheiros para achar o ponto da perfeição”¹⁴.

Na primeira parte desta dissertação, iremos definir o conceito de fortificação abaluartada e o contexto em que a mesma surgiu na Europa, especificando o caso português. Frisaremos a proliferação de teorias e projetos emanados, primeiramente, da Escola Italiana e, posteriormente das Escolas Flamenga e Francesa. Analisaremos as conjunturas políticas que se fizeram sentir em Portugal – do domínio filipino à aclamação de D. João IV –, que convergiram com a emergência defensiva da fronteira seca. Desta passaremos às praças de 1ª e de 2ª linha, mencionando os engenheiros que trabalharam nessas praças, sobretudo em Évora, para a qual elaboraram projetos, que serão descritos neste Capítulo.

Trataremos da influência teórica de Luís Serrão Pimentel e de Manuel de Azevedo Fortes na formação dos engenheiros militares em Portugal.

1 - A Europa e o surgir do sistema abaluartado: as escolas italiana, flamenga e francesa

No período moderno impôs-se na Europa, no que respeita à defesa das cidades/vilas, a fortificação abaluartada¹⁵ também denominada de traçado italiano, fortificação em estrela e fortificação *à moderna*¹⁶. Este tipo de arquitetura surgiu com o desenvolvimento da artilharia móvel, que tornou ineficaz o sistema tradicional de fortificação¹⁷. Deu-se início à transformação das antigas defesas, pelo abaixamento e

¹⁴ Cf. Manuel de Azevedo Fortes, *O Engenheiro Português*, vol. II, 1728-29, pp. 57-58.

¹⁵ Fortificação guarnecida com *baluartes*. Cf. **Anexo II – Glossário dos termos empregues no sistema abaluartado**, Abaluartada, Baluarte e Fortificação, pp. lx, lxii e lxix.

¹⁶ Cf. **Anexo V - Plantas, Planta 1**, Nomenclatura de uma Fortificação Abaluartada, p. ciii.

¹⁷ Este era baseado em muralhas altas, quase perpendiculares ao solo e relativamente pouco espessas. As representações de Duarte D'Armas são particularmente relevantes. No seu *Livro das Fortalezas*, cada fortaleza é desenhada em duas vistas, uma de cada banda. É possível observar-se as diferenças das várias épocas. As muralhas exteriores são expressas e mais baixas em relação às interiores que são muito altas. É o caso de Elvas, Campo Maior, Arronches, Castelo de Vide, Serpa, Mourão e Monsaraz. Cf. Duarte D'Armas, *Livro das Fortalezas*, Lisboa, Arquivo Nacional Torre do Tombo, Edições Inapa, 1990.

aumento da espessura das suas muralhas¹⁸, substituição das torres de planta quadrada ou com ângulos facilmente danificáveis por torres redondas, criação de terraplenos¹⁹ e acrescentamento de obras aos lados interiores das muralhas. Também se começaram a elaborar fortificações completamente novas, partindo já não das condições do terreno e das necessidades internas do lugar, mas sim das linhas de tiro²⁰, dos princípios da cobertura²¹ e do tiro de enfiada²².

Assim, a modernização das fortificações começou pela adaptação das já existentes, dado que com o seu número e extensão, teria sido muito custosa a sua substituição completa. Mas a segunda prática, já nos remete para o contínuo progresso técnico da artilharia que obrigou à renovação do traçado das muralhas. Depressa emergiram personalidades de relevo que começaram a teorizar e a construir novos tipos de fortificações²³. Nascendo a fortificação abaluartada na Itália, no final do século XV, predominou durante todo o seguinte²⁴ e parte de Setecentos, abrangendo um primeiro período de adaptação iniciado ainda no final da centúria de Quatrocentos, antes do pleno desenvolvimento do abaluartado.

A principal preocupação da *Escola Italiana*²⁵ era a proteção das cortinas²⁶, o principal alvo da artilharia de sítio que poderia facilmente abrir uma brecha²⁷ numa

¹⁸ Cf. **Anexo II – Glossário dos termos empregues no sistema abaluartado**, Muralha, p. lxxiii.

¹⁹ Cf. *Idem*, Terraplano, p. lxxx.

²⁰ Cf. *Idem*, Linha de Tiro, p. lxxii.

²¹ Cf. *Idem*, Cobertura, p. lxvi.

²² Cf. *Idem*, Tiro de Enfiada, p. lxxx.

²³ Tais como Francesco di Giorgio Martini, que dispunha engenhosamente os panos de muralha e os baluartes da fortificação, com base numa geometria intrincada, raramente aplicada a outras formas de desenho arquitetónico. Esta prática foi adotada e desenvolvida por Leonardo da Vinci, que repensou cada uma das partes de uma fortificação, dando resposta aos golpes de artilharia moderna. Os seus desenhos assumem o caráter da trigonometria dinâmica, maximizando as linhas de fogo a partir dos baluartes, ao mesmo tempo que criava ângulos. Leonardo inovou no desenvolvimento que fez do princípio de que a arquitetura militar devia assentar em regras fixas, extraídas das regras da natureza. Martim Kemp, *Vida e Obra: Leonardo Da Vinci*, Lisboa, Editorial Presença, pp. 87-89.

²⁴ Em 1557, Lanterini comparou a arte de fortificar a uma ciência médica, pois além de consistir no trabalho prático, era também uma ciência e uma forma de arte que necessitava de princípios matemáticos, buscando as formas e as proporções corretas. Antónia Fialho Conde, «Alentejo (Portugal) and the scientific expertise In Fortification In the modern period: the circulation of masters and ideas», in *The Circulation of Science and Technology – Proceedings of the 4th International Conference of the European Society for the History of Science*, Barcelona, Societat Catalana d'Història de la Ciència I de la Tècnica, 18-20 de Novembro de 2010, p. 247.

²⁵ Desta Escola destacam-se, sobretudo, Francesco di Giorgio Martini, os irmãos Giuliano e António Giamberti da Sangallo, e Leonardo da Vinci. Francesco foi responsável pela mudança que se efetuou no final do século XV em Itália: redigiu o *Trattato di Architettura, Ingegneria e Arte Militare*, em 1482, que embora não tenha sido editado, circulou por toda a Europa na forma de cópias e apontamentos, exercendo uma profunda influência na arquitetura do *Quattrocento*. Cf. Francesco di Giorgio Martini, *Trattati de Architettura Ingegneria e Arte Militare*, ed. De Corrado Maltese, Milão, Edizioni Polifilo, 1967, vol. I – fl. 4 a 6; vol. II – fl. 62; fl. 68v-69 e 75v-76. É os irmãos Sangallo generalizaram o uso do baluarte pentagonal. Já Leonardo da Vinci, elaborou desenhos e projetos sobre fortificações, supervisionava os trabalhos defensivos de torres, valas e armamento. Além disso, era perito nos mecanismos da guerra e nas subtilezas do poder. Cf. *Documentário Da Vinci e o seu código de vida*, canal História, 2005.

²⁶ Cf. **Anexo II – Glossário dos termos empregues no sistema abaluartado**, Cortina, p. lxvii.

²⁷ Cf. *Idem*, Brecha, p. lxiv.

muralha direita, por mais robusta que fosse. Uma vez aberta a fenda, o inimigo penetraria facilmente na fortificação. Para contrariar esta tática, experimentou-se o designado *fogo de retaguarda*. Este era feito a partir de uma estrutura avançada em relação às cortinas, propositadamente fortalecida e provida de posições para a artilharia que daí poderia atingir a infantaria que tentasse aproximar-se da cortina para tentar um assalto através da brecha.

Desta forma, a partir de 1520, a artilharia de sítio passou a concentrar os seus tiros sobre as obras avançadas. Esta teoria, de Francesco di Giorgio, que até então tinha sido eficaz, já não respondia à necessidade de não existirem pontos cegos, impossíveis de atingir pelos tiros dos defensores, uma vez que para a proteção das cortinas bastariam algumas bocas-de-fogo de pequeno calibre, a atenção dos artilheiros e dos projetistas de fortificações voltou-se para os baluartes.

Os irmãos António e Giuliano Sangallo conseguiram concretizar os seus projetos numa série de obras impressionantes pela sua homogeneidade e coerência. A sua inovação fundamental não está ligada à planta, mas sim ao perfil do sistema²⁸. Este estava desenhado de modo a que uma arma de fogo dos sitiante, colocada na esplanada²⁹, não pudesse atingir nenhuma parte da fortificação com um tiro direto, a menos que se expusesse completamente aos tiros dos defensores.

O esquema concebido era unitário, no qual todas as formas e dimensões dos elementos tinham um relacionamento geométrico perfeito com todos os outros componentes, sob pena de tornar o sistema vulnerável. A alteração da altura ou do perfil de qualquer um dos elementos, para manter a cobertura, implicaria a modificação de todos os outros elementos. Este perfil impedia o tiro direto das bocas-de-fogo dos sitiante contra as muralhas da fortificação. A arquitetura militar transformava-se cada vez mais em pura geometria, tendo os projetos desenhados que ser passados para o terreno com a máxima precisão, o que levou os arquitetos a desenvolverem complexos sistemas de traçado e de ampliação dos desenhos.

As fortificações realizadas pelos irmãos Sangallo dispunham já de muitos dos elementos que iriam caracterizar a arquitetura militar nos séculos seguintes: muralhas em tijolo, menos dispendiosas e mais fáceis de construir que as de pedra e dispo de mais elasticidade para resistir à artilharia – com costuras verticais de pedra para decorar e enrijecer as longas cortinas; existência de baluartes baixos e espessos, com esquinas

²⁸ Cf. *Idem*, Perfil da Praça Abaluartada, p. lxxv.

²⁹ Cf. *Idem*, Esplanada, p. lxxviii.

arredondadas, para não serem entalhados e enfraquecidos facilmente; baterias³⁰ situadas nos ângulos reentrantes³¹ entre os baluartes e as cortinas, invisíveis a partir da esplanada.

A influência desta *Escola*, nas fortificações portuguesas é notória durante todo o século XVI. A Torre de Belém, de Francisco de Arruda, foi inspirada em Francesco di Giorgio Martini, cujos escritos e desenhos que circulavam parecem ter influenciado a sua construção³². As obras militares da primeira metade daquela centúria – castelo de Evoramonte, de Vila Viçosa³³ e de Évora -, revelam igual influência, bem como muitas das fortificações da segunda metade do mesmo século³⁴. Essa influência surge do ducado de Urbino, onde trabalharam vários dos engenheiros desta *Escola*, como Garcia de Bolonha, que veio a Portugal em 1528, Martinegro, em 1529, e de portugueses como Duarte Coelho, que esteve muito tempo na Itália. No reinado de D. Filipe I, chegaram a Portugal engenheiros italianos³⁵, que projetaram e trabalharam nas fortificações que o monarca mandou construir perante a ameaça inglesa: Vincenzo Casale e Alexandre Massay realizaram um estudo para melhorar o sistema defensivo da barra de Lisboa; Vincenzo Casale projetou as fortificações de Santo António do Estoril e de São Lourenço do Bugio, em Lisboa; Massay foi encarregue da construção do Forte da Ilha do Pessegueiro, do Forte de São Clemente e do Forte de Revelim; os projetos de Cairato incidiram sobre o Forte Jesus de Mombaça, Mascate, São Sebastião de Baçaim, Nossa Senhora da Conceição de Ormuz e fortaleza³⁶ de Malaca; e Spanochi projetou a remodelação da antiga Fortaleza de São João Baptista da Ilha Terceira.

Entretanto, a construção da cidadela³⁷ de Antuérpia pelos italianos Francesco Paciotto e Galeazzo Alghisi criou um modelo de fortificação militar que influenciou toda a Europa. Desde então, vários arquitetos pensaram, imitaram e levaram avante inovações técnicas que deram vida às duas maiores Escolas de fortificação da Europa – a *Escola Flamengo*, encabeçada por Menno van Coehoorn e a *Escola Francesa*, que atingiu o seu apogeu com Vauban.

³⁰ Cf. *Idem*, Bateria, p. lxiv.

³¹ Cf. *Idem*, Ângulo Reentrante, p. lxi.

³² Apesar de não haver nenhuma construção idealizada por Martini que corresponda exatamente à estrutura da Torre de Belém, detetam-se pontos de contacto entre várias das suas propostas e a construção desta. Cf. Mário Barroca, *Tempos de Resistência e Inovação*, Portvgalia, p. 105.

³³ A planta do castelo de Vila Viçosa é praticamente a cópia de um desenho de Leonardo da Vinci. Cf. **Anexo VI - Desenhos, Desenho 9**, Projeto de Leonardo da Vinci (seg. John Bury, 1994), p. cxxx.

³⁴ Cf. Mário Barroca, *Op. Cit.*, pp. 102-109.

³⁵ Leonardo Turiano, Giovanni Vincenzo Casale, Alexandre Massay, João Baptista Cairato, Giacomo Fratino e Tiburzio Spanochi.

³⁶ Cf. **Anexo II – Glossário dos termos empregues no sistema abaluartado**, Fortaleza, p. lxix.

³⁷ Cf. *Idem*, Cidadela, p. lxvi.

Os engenheiros flamengos elaboraram um grande número de fortificações com plantas em estrela, muito regulares, com múltiplos fossos³⁸ quase sempre alagados e com obras de terra batida ou revestidas apenas com uma fina camada de tijolos nas faces voltadas para os atacantes. O escalonamento em profundidade era assegurado por quatro linhas – caminho coberto³⁹; revelins⁴⁰, sobrefaces⁴¹ e meias-luas⁴² ou contraguardas⁴³; falsa braga⁴⁴ e corpo da praça. A quase ausência de obras em alvenaria pressupõe que as posições de artilharia ficassem sempre a descoberto, sendo fortificações menos duradouras, mas mais fáceis de construir e de reparar⁴⁵.

Esta *Escola* era uma variante da Italiana na procura de soluções específicas e de pormenor, tendentes a uma melhoria da defesa do fosso. A obra mais antiga desta *Escola* é a de De Fer, atingindo o auge com o barão Menno van Coehoorn, que elaborou dois sistemas distintos de traçado, marcados pela existência de saliências muito proeminentes - o primeiro sistema consiste numa planta simples e com poucas inovações no que diz respeito às novas fortificações⁴⁶, mantendo os ideais de De Fer; mas o segundo, bem distinto do primeiro, apresenta-nos fortificações bastante imponentes⁴⁷, marcando nitidamente o período pré-Vauban.

Por último, a *Escola Francesa* desenvolveu-se no decorrer do século XVII, durante as guerras do norte da Europa, distinguindo-se três fases evolutivas:

- À fase mais antiga, de influência italiana, pertencem os nomes de Jean Errard de Bar-le-Duc - que publicou o primeiro tratado francês de fortificação⁴⁸-, De Ville e Pagan⁴⁹;
- depois Sébastien Le Prestre de Vauban⁵⁰ constituiu o auge desta *Escola* e desenvolveu o traçado abaluartado para melhor o preparar para a luta contra uma

³⁸ Cf. *Idem*, Fosso, p. lxx.

³⁹ Cf. *Idem*, Caminho Coberto, p. lxiv.

⁴⁰ Cf. *Idem*, Revelim, p. lxxviii.

⁴¹ Cf. *Idem*, Sobreface ou Fronte, p. lxxix.

⁴² Cf. *Idem*, Meias-luas, p. lxxiii.

⁴³ Cf. *Idem*, Contraguarda ou Cobre-face, p. lxvi.

⁴⁴ Cf. *Idem*, Falsa-braga, p. lxix.

⁴⁵ Durante os ataques do inimigo era prática comum os defensores repararem durante a noite os estragos causados pela artilharia dos sitiados durante o dia.

⁴⁶ Com base no seu primeiro sistema foram construídas numerosas fortificações, como Nijmegen, Breda, Bergen op Zoom e, Mannheim na Alemanha.

⁴⁷ Belgrado e Temesvar, na Europa de Leste, foram fortificadas segundo o seu segundo sistema.

⁴⁸ Cf. Jean Errard de Bar-le-Duc, *La Fortification Démonstrée*, 1594.

⁴⁹ Pagan foi autor da obra *Introduction ad Architecturam Militarem*, de 1645, que publicou e determinou com precisão as regras do traçado abaluartado, abrindo caminho a Vauban.

⁵⁰ Tornou-se Marechal de França e Comissário Geral das Fortificações de Luís XIV. Para o monarca, construiu/projetou numerosíssimas praças. Além disso, foi célebre a sua rivalidade cavalheiresca com o barão van Coehoorn, que culminou nos dois assédios de Namur. No primeiro, em 1692, Vauban tomou a cidadela construída por van Coehoorn, fortificando-a com o seu próprio sistema. No entanto, em 1695, o flamengo desforrou-se, reconquistando a cidade.

artilharia já muito desenvolvida e colocada à distância. A obra de Vauban⁵¹ compreendeu a modificação e a construção de raiz de fortificações. Muitas destas edificações constituíram o por ele chamado *pré carré*, consistindo numa linha dupla de fortificações abaluartadas para proteção da fronteira francesa com os Países Baixos;

- o período pós-Vauban foi marcado por Carmontaigne, que introduziu algumas alterações sem que elas constituíssem significativo avanço técnico. Os sucessores de Vauban projetaram, sobretudo, a construção de obras exteriores para aumentar a defesa próxima mas, pouco a pouco, o desenvolvimento da artilharia levou os engenheiros a preocuparem-se especialmente com a defesa longínqua e a simplificar os detalhes da fortificação. Nesta fase surgiu a planta poligonal com Montalambert, e com Carnot conservou-se o tipo abaluartado mas com alterações. Ambos tiveram grande influência nas edificações alemãs do século XIX.

Ao longo do século XVII, os engenheiros militares mostraram a sua habilidade técnica e desenvolveram as suas teorias. O estatuto de engenheiro passou a afirmar-se como detentor de um campo específico do saber⁵². A complexidade cada vez maior dos programas construtivos estava diretamente relacionada com a sofisticação da artilharia militar. Esta, por sua vez, passou a influenciar decisivamente as novas formas de construir fortificações⁵³.

Os Tratados sobre estes espaços aumentaram e os engenheiros tornaram-se figuras fundamentais. Os saberes postos à sua disposição e difundidos através de aulas institucionalizadas e dos livros elaborados pelos mestres e depois recopiadas pelos seus alunos, alcançaram outras categorias profissionais dentro e fora das estruturas militares. Os manuscritos circulavam facilmente entre diversos meios e eram objeto de estudo.

⁵¹ Vauban deu provas de uma grande flexibilidade, ao inventar diversos sistemas fortificados que se mostraram eficazes tanto nas fortificações localizadas em regiões planas, como nas localizadas em regiões montanhosas.

⁵² Cf. **Ponto 2.1** deste **Capítulo I**, onde referimos a importância da formação dos engenheiros, através da influência de Luís Serrão Pimentel, pp. 30-35.

⁵³ Cf., tese de Doutoramento de Margarida Valla sobre o planeamento das cidades através da acção dos engenheiros militares, intitulada *Os engenheiros militares no planeamento das cidades: entre a restauração e D. João V, 1640.1750* (Dissertação de doutoramento em História – História da Arte), Faculdade de Letras, 2008.

2- A engenharia e a arquitetura militar em Portugal de inícios do século XVI à Guerra da Restauração

Houve um esforço significativo da Coroa portuguesa na modernização das fortificações raianas, na designada fronteira seca, onde estiveram envolvidos muitos engenheiros militares, alguns deles oriundos de outros países. O Alentejo conheceu, entre finais do século XVI e no decorrer do seguinte, o trabalho de alguns destes engenheiros, que trabalharam em Évora e em áreas vizinhas⁵⁴. Destacam-se:

Diogo de Arruda (14?? – 1531) - Nomeado Mestre-de-obras da comarca do Alentejo⁵⁵ em 1521, dirigiu as obras do Castelo Novo de Évora. Embora o seu desenho seguisse os modelos renascentistas da arquitetura militar, representava uma inovação para Portugal⁵⁶. Em 1525, já sob o reinado de D. João III, foi nomeado arquiteto dos paços reais, tendo participado nas obras de Évora⁵⁷.

Francisco de Arruda (14?? – 1547)⁵⁸ - Entre 1508-10 foi empreiteiro nas obras das muralhas de Moura, de Mourão e de Portel⁵⁹. Em 1531, foi nomeado Mestre das Obras de Pedraria da Comarca do Alentejo e Paços de Évora e Medidor das Obras Reais. A este arquiteto devem-se algumas das mais estimulantes experiências da arquitetura militar portuguesa da *fase de transição*, sendo justo atribuir-lhe as primeiras inovações desse período:

- A primeira consiste no aparecimento de grandes bastiões ou bastilhas⁶⁰, de posicionamento angular, com canhoes⁶¹ de grande dimensão para o tiro flanqueado;

⁵⁴ A informação é-nos dada, essencialmente, por Sousa Viterbo no seu *Dicionário Histórico e Documental dos Arquitectos e Engenheiros Portugueses*, 3 vols., Lisboa, 1899.

⁵⁵ Cargo atribuído por D. Manuel I, devido à debilidade das defesas no Alentejo. Cf. *Chancelaria de D. Manuel*, ANTT, liv. 18, fl. 112v.; *Idem*, pp. 50-51.

⁵⁶ Mário Jorge Barroca, *Op. Cit.*, pp. 105-106.

⁵⁷ Cf. *Chancelaria de D. João III*, ANTT, 1.º 8, fl. 49v.; e Sousa Viterbo, *Op. Cit.*, p. 53.

⁵⁸ Faleceu a 30 de Novembro de 1547. Assim o declarou a carta que, um ano depois, a 7 de Novembro de 1548, assinou D. João III, nomeando para o substituir nos cargos de mestre-das-obras da comarca do Alentejo e dos paços de Évora, a Diogo de Torralva, genro de Francisco de Arruda.

⁵⁹ Tal facto é-nos revelado por Nuno Velho, que estava encarregado de visitar as obras da comarca do Alentejo e que, neste sentido, escreveu duas cartas ao monarca em que tratava minuciosamente deste assunto. Uma delas tem a data de 20 de Fevereiro de 1510 e a outra de 14 de Março do mesmo ano. Dão-nos pormenores curiosos sobre o modo de dirigir a construção e particularizam circunstâncias interessantes para a história de algumas povoações do Alentejo. Nestas cartas também se refere Mértola e o castelo de Noudal, que o Ministério da Guerra, para satisfazer as exigências de algum influente da localidade, vendeu em 1893. Cf. Sousa Viterbo, *Op. Cit.*, p. 53.

⁶⁰ Cf. **Anexo II – Glossário dos termos empregues no sistema abaluartado**, Bastião ou Bastilha, p. lxiii.

⁶¹ Cf. *Idem*, Canhoes, pp. lxxv.

- E a segunda, relaciona-se com a pesquisa que se desenvolveu ao nível das plantas das fortificações, assistindo-se ao aparecimento de algumas muito interessantes, mas que ficaram como exemplos isolados⁶².

Benedetto de Ravenna (1485 – 1556)⁶³ - Pertenceu à geração pioneira responsável pelo desenvolvimento, em Itália, do baluarte poligonal que revolucionou a conceção das fortalezas durante o segundo quartel do século XVI. Trabalhou como engenheiro militar especializado e artilheiro ao serviço de Espanha, modernizando e consolidando algumas das suas fortificações. Nesse período começou a desenhar o castelo artilheiro de Vila Viçosa, mas depressa as suas atenções se viraram para as defesas do Sul de Espanha⁶⁴. Em 1541, foi enviado para África, com instruções para inspecionar Ceuta e Mazagão. Antes de deixar África, visitou Safim e Azamor e, parece provável que os seus relatos, decerto indicando os elevados custos da modernização das defesas e de renovação da artilharia, confirmem a decisão de D. João III de abandonar essas duas cidades.

João Paschasio de Cosmader (1602 – 1648) - Matemático, engenheiro militar e arquiteto. D. Luiz de Menezes cita o préstimo deste engenheiro, na sua obra *Portugal Restaurado*⁶⁵. Quando o exército português tentou, em 1643, sitiar Badajoz, Joanne Mendes fez um reconhecimento à praça, sendo acompanhado por Cosmader⁶⁶. A 19 de dezembro de 1642, ordenou-se que Ruy Correia Lucas, acompanhado por Cosmader e por Jean Gilof, fosse ver todas as praças de fronteira, com autorização de empreender as obras que julgassem vantajosas e indispensáveis para a defesa do país. Em 31 de dezembro de 1644, foi enviado ao Conselho de Guerra um documento de Cosmader,

⁶² Temos o exemplo do Castelo Novo de Évora, referido no **Ponto 2.2.1** deste **Capítulo I**, p. 42.

⁶³ Na sequência do enfraquecimento gradual da sua visão, devido a muitos anos de exposição à cal e ao pó de pedra, Benedetto acabou por cegar em 1555.

⁶⁴ Deslocou-se primeiro ao Norte de África a fim de inspecionar as fortalezas espanholas de Orán e Mazarquivir. Seguiram-se-lhe estudos críticos das principais fortalezas da costa sul de Espanha virada para África, em particular Cartagena, Málaga, Gibraltar e Cádiz. Para cada cidade apresentou um sistema aperfeiçoado de defesas fixas e plataformas para canhões. Em 1535 foi encarregue da refortificação das praças-fortes isoladas de La Goletta, Bona e Bugia, que defendem os acessos a Tunis em 1540, na sequência do saque de Gibraltar por Barba-Roxa, foi-lhe atribuída a tarefa de supervisionar as obras necessárias, particularmente profundas em Cádiz, que envolveram a reconstrução sistemática dos antigos muros.

⁶⁵ Cf. Luís de Menezes, *História de Portugal Restaurado*, Tomo I e II, Lisboa, Officina de João Galvão, 1679-1698. Disponível em http://purl.pt/22311/1/hg-1968-a/hg-1968-a_item1/index.html (consultado a 7 de novembro de 2011).

⁶⁶ Com referência ao ano de 1647 e a propósito de fortificações, D. Luiz de Menezes relatou que “(...) *ajustou ao mesmo tempo El Rey numa contenda, que se levantou entre o general de artilharia André de Albuquerque e o engenheiro-mor Cosmader, sobre a jurisdição dos postos, no que tocava às fortificações. Sahiu Cosmader com a isenção que pretendia, e pagou depois mal a El Rey todos os favores que lhe fez o tempo que o serviu*”. *Idem*, p. 616.

no qual constavam diversas representações respeitantes à fortificação das praças do Alentejo⁶⁷.

Nicolau de Langres (1??? – 1665)⁶⁸ - Serviu o rei Luís XIII de França na função de Engenheiro ordinário encarregue de desenhar, erguer e reparar as fortificações daquele reino. Serviu no Exército Português, nas mesmas funções, através de um contrato de três anos, que aceitou em 1644. Por morte de Cosmader, sucedeu-lhe, tendo recebido do rei D. João IV, a patente de Coronel Superintendente dos Engenheiros. No entanto, algum tempo depois, Langres passou para o serviço de Espanha, sob o comando de D. João da Áustria, vindo a comandar a artilharia inimiga, aquando do ataque de 1662 à Fortaleza de Juromenha, por ele projetada e construída.

Charles Lassart - Nomeado engenheiro-mor do Reino por decreto de 22 de março de 1642, examinou e emendou as fortificações do Alentejo. No ano seguinte, retirou-se da fronteira sem ordem nem licença e, por isso, o Conselho de Guerra ordenou que assistisse na fortificação de Elvas. Em 1657⁶⁹, fez um desenho para Évora, onde constavam os seus baluartes reais⁷⁰.

Pierre de Saint-Colombe⁷¹ - Trabalhou no Alentejo e no Algarve, segundo informações do seu governador, o Conde de Vale de Reis, e executou diversas obras nas fortificações de Castro Marim, de Tavira e de Faro. Os seus desenhos para a fortificação de Évora fizeram com que tivesse uma acesa discussão com Luís Serrão Pimentel⁷².

Jean Gillot (1576 – 1642) - Engenheiro militar francês, veio para Portugal no início da Guerra da Restauração encarregue de ver todas as praças fronteiriças,

⁶⁷ Pedia que se lhe desse a patente de coronel e nela se exaltassem os serviços que tinha prestado. Aconselhava que houvesse nas fortificações das praças alguns ajudantes com soldos de dois tostões para que no reino se fossem criando no ofício, alguns sujeitos naturais dele, que o servissem melhor que os estrangeiros, como se vira no cerco de Elvas. Além disso, dever-lhe-iam mandar o coronel escultor flamengo, que andava na corte, para com ele ajustar uma carta dos lugares da raia e para pôr em estampa todas as praças fortificadas: forte de Santo António, em Évora; praça-forte de Estremoz; portas e baluartes da segunda linha de fortificações de Estremoz; praça-forte de Olivença; praça-forte de Campo Maior; Castelo de Vide e fortaleza de Juromenha. Cf. Sousa Viterbo, *Op. Cit.*, vol. I, p. 234.

⁶⁸ Faleceu após a Batalha dos Montes Claros, durante o cerco a Vila Viçosa, sob o comando de D. João da Áustria.

⁶⁹ D. Afonso VI ordenou ao Conselho de Guerra que ele – Pimentel – “se ajustasse com o engenheiro Lassart, segundo a capitulação com ele realizada, quando serviu neste reino, e o fizesse partir para o Alentejo com o Conde do Prado”. Cf. Sousa Viterbo, *Op. Cit.*, vol. II, p. 64.

⁷⁰ Cf. Anexo II – Glossário dos termos empregues no sistema abaluartado, Baluarte Real, p. Ixii.

⁷¹ Ficou prisioneiro de D. João da Áustria que ao ver dissipadas as suas esperanças de conquista na batalha do Canal, confessou numa carta que a “artilharia portuguesa lhe tinha sido fatal naquela batalha, mandando no tempo de paz fazer esta mesma confissão ao general de artilharia pelo engenheiro Pedro de Santa Colomba”. *Idem*, vol. III, p. 11.

⁷² Cf. Ponto 2.2.1 deste Capítulo I, p. 44-45; e Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 16, pp.xx-xxix.

delimitando as novas fortificações pelo método holandês. Morreu na defesa da praça de Olivença, à qual tinha dedicado saber e entusiasmo⁷³.

Miguel Luís Jacob (1715 – 1771)⁷⁴ - Formou-se na *Aula de Fortificação*⁷⁵, tendo sido fortemente influenciado pela renovação promovida por Manuel Azevedo Fortes, do qual nos ocuparemos adiante. Iniciou a sua carreira como ajudante engenheiro das fortificações do Alentejo em 1737, aparecendo na documentação como capitão da infantaria com exercício de engenheiro na mesma região, até 1750⁷⁶. Durante esse período trabalhou no projeto de adaptação do Castelo Novo de Évora a Quartel do Regimento de Dragões, sendo ainda muito vasta a sua atividade nesta província. Em 1762 foi nomeado sargento-mor e, publicou o *Tratado de Fortificação Regular e Irregular*.

2.1 - Luís Serrão Pimentel e Manuel de Azevedo Fortes e a formação de engenheiros militares em Portugal

Luís Serrão Pimentel (1613 – 1679) - alcançou o cargo de Tenente-General de Artilharia, de Cosmógrafo-mor e de Engenheiro-mor. Começou por receber formação no Colégio Jesuíta de Santo Antão, em Lisboa, que lhe ofereceu matérias relacionadas com as Humanidades e as Ciências Matemáticas. Pimentel destacou-se nas matérias respeitantes à navegação, nomeadamente a náutica. Antes de completar 30 anos, acompanhou o cosmógrafo-mor António de Mariz Carneiro, substituindo-o em 1647. Nesse período obteve um alvará⁷⁷ para desempenhar o referido cargo na íntegra. Mas só em 1671, se deu a sua confirmação definitiva como cosmógrafo-mor do Reino⁷⁸.

Contudo, o percurso ligado à náutica contrapôs-se com os trabalhos que efetuou na área da arquitetura militar, sobretudo no que refere à fortificação. Naquela época os

⁷³ Havia sido contratado pelo Conde de Alegrete, ficando encarregue daquela fortificação. Cf. Sousa Viterbo, *Op. Cit.*, vol. I, p. 423; e Ayres de Carvalho, *Catálogo da Coleção de Desenhos*, Lisboa, Biblioteca Nacional de Lisboa, Presidência do Conselho de Ministros – Secretaria de Estado da Cultura, Direcção-Geral do Património Cultural, p. 12.

⁷⁴ Cf. Margarida Tavares da Conceição, «Os desenhos do engenheiro militar Miguel Luís Jacob e a cartografia das praças de guerra no século XVIII», in *IV Simpósio Luso-brasileiro de Cartografia Histórica*, Faculdade de Letras, Porto, 9-12 de novembro, 2011.

⁷⁵ Cf. **Ponto 2.1** deste **Capítulo I** – Luís Serrão Pimentel a Manuel de Azevedo Fortes e a formação dos engenheiros militares em Portugal, p. 30.

⁷⁶ Cf. ANTT, Concelho Geral - Decretos, maço 110, 21 de Agosto 1750, nº 3.

⁷⁷ Cf. **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 4, Alvará de Nomeação de Luís Serrão Pimentel para cosmógrafo-mor por impedimento de António de Mariz Carneiro**, Lisboa, Torre do Tombo, Chancelaria de D. João IV, L.º 18, fl. 298v – microfilme 1238, p. viii.

⁷⁸ Cf. *Idem*, **Documento 24, Carta de nomeação de Luís Serrão Pimentel para o ofício de Cosmógrafo-mor do Reino**, Lisboa, Torre do Tombo, Chancelaria de D. Afonso VI, L.º 29, fl. 167-167v., pp. xxxix-xl.

maiores especialistas em fortificação militar em Portugal eram os padres jesuítas que lecionavam no Colégio de Santo Antão. Destes destacaram-se o já referido João Paschacio de Cosmander, lente de Matemática, e Simão Falónio, lente em Matemática e Astronomia.

Mas o ensino jesuítico nesta área empobreceu, pois desde 1640 que os engenheiros militares provinham do conjunto de mercenários contratados para o exército, comprovando a falta de pessoas qualificadas na matéria de fortificação. Como tal, revelou-se urgente alterar a formação.

Em 1641, na sequência do novo Conselho de Guerra, criado em 1640, e da Junta das Fortificações, que passaram a sistematizar o ensino e a superintendência dos assuntos militares, criou-se uma Aula Militar, onde Serrão Pimentel ensinava Ciência Militar, Matemática e Cosmografia.

Graças ao seu desempenho, Serrão Pimentel conseguiu a instituição da Aula de Matemática e Fortificação da Ribeira das Naus⁷⁹, a primeira escola de ensino militar especializado em Portugal. Apostava-se agora num pragmatismo do método de fortificar, resolvendo-se os problemas conjunturais do reino em termos militares e a funcionalização dos engenheiros.

Serrão Pimentel destacou-se também em termos práticos. Marcou presença nas batalhas das linhas de Elvas, em 1659, e do Ameixial, em 1663. Em 1662, esteve no Alentejo três vezes, com o intuito de realizar a planta da fortificação de Évora⁸⁰. Empenhou-se na realização desta obra, efetuando o projeto do Baluarte de S. Bartolomeu e desenhando uma planta para a refortificação da cidade⁸¹.

Graças ao seu prestígio, Serrão Pimentel ocupou cargos de relevo: em 1663 foi nomeado Engenheiro-mor do Reino e do Exército do Alentejo e Tenente General da Artilharia; e em 1673, atingiu o cargo de Engenheiro-mor do Reino⁸².

Além do importante papel que desempenhou no âmbito dos seus cargos, foi autor da obra *Methodo Lusitânico de Desenhar as fortificações das Praças Regulares e*

⁷⁹ D. João IV fundou esta Aula a pedido de Pimentel, em 1647. Esta representava um passo decisivo na institucionalização da engenharia militar no contexto português. A regência da lição foi entregue a Pimentel, passando este a distinguir-se no ensino dos engenheiros. Cf. Alexandre Martins Ferreira, *Luís Serrão Pimentel (1613-1679): Cosmógrafo Mor e Engenheiro Mor de Portugal* (Dissertação de Mestrado em História dos Descobrimentos e da Expansão), Faculdade de Letras, 2009, p. 79.

⁸⁰ Cf. Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 23, *Carta de Tença a Luís Serrão Pimentel*, Lisboa, Torre do Tombo, *Registo Geral de Mercês*, D. Afonso VI, Livro 11, fl. 85v. – 88v., p. xxxvii-xxxviii.

⁸¹ É importante referir uma nota do Conde do Prado acerca da fortificação de Beja e Évora: “*Luís Serrão Pimentel tem muy particular sciencia das fortificações militares e que he sugeito de grande estimasão e ahinda o será de maior como iuntar a teorica a sciencia pratica*”. Cf. Sousa Viterbo, *Op. Cit.*, vol. II, p. 271.

⁸² Cf. Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 19, *Consulta do Conselho de Guerra para que o Rei concedesse a Luís Serrão Pimentel o cargo de Engenheiro mor do Reino*, Lisboa, Torre do Tombo, Conselho de Guerra, Consultas, maço17, p. xxxii-xxxiii.

Irregulares fortes de campanha, e outras obras pertencentes à Architectura Militar publicada em 1680⁸³.

A sua denominação, como *Método Lusitânico*, prende-se com o facto de ser o primeiro a tratar esta matéria em língua portuguesa e com a apresentação de um novo método, uma vez que vários reinos tinham os seus métodos de fortificar, seria justo haver um método português, cuja atividade militar era notável⁸⁴.

O Capítulo VII deste Tratado remete para as obras de fortificação segundo os autores modernos, e critica algumas teorias, tais como a de Blaise François, Conde de Pagan⁸⁵, pertencente à Escola Francesa no período pré-Vauban. Pimentel inspirou-se especialmente no método holandês, defendendo a capacidade de defesa desse tipo de fortificações⁸⁶.

Posteriormente, será de destacar a influência de **Manuel de Azevedo Fortes (1660 – 1749)**, engenheiro do reino desde 1719. Integrando-se na corrente das Luzes, teve formação técnica noutros países europeus. Estudou Humanidades no Colégio Imperial de Madrid, Filosofia na Universidade de Alcalá de Henares; frequentou o Colégio de Plessis, em França, onde mostrou aptidão para a Matemática; e cursou Filosofia na Universidade de Siena, em Itália. Regressando a Portugal, com um espírito de inovação notável, lecionou Matemática na Academia Militar da Fortificação portuguesa em 1695; desempenhou o cargo de engenheiro-mor do reino e, em 1702, passou a ser capitão de Infantaria com aplicação de engenheiro. A 10 de outubro de 1703, o Conselho de Guerra ordenou que Fortes partisse para o Alentejo, com o objetivo de ajudar nas campanhas de guerra. E por decreto de 1705, passou de sargento-mor a tenente-de-mestre-de-campo-general, mostrando-nos que durante o ano anterior passara de capitão a sargento-mor, tendo tido duas elevações de posto num curto espaço de tempo, o que não era comum.

⁸³ O texto é dedicado a D. Pedro II e oferecido ao príncipe Cosme III de Médicis, grão-duque da Toscana, grande conhecedor da Arquitetura Militar, que em 1668-1669 veio a Portugal e visitou algumas das principais praças fronteiriças do Alentejo. Contatou com Serrão Pimentel, que lhe dedicou a obra em reconhecimento pela divulgação que fez das novas obras científicas e técnicas, e pela livraria especializada nessa matéria que lhe facultou. A obra é acompanhada de 36 desenhos à pena, a sépia, de fortificações, apresentando uma numeração romana, e uma numeração árabe, correspondente à numeração aposta nas gravuras da edição de 1680 do *Método Lusitânico*. Cf. Luís Serrão Pimentel, *Methodo Lusitanico de Desenhar as fortificações das Praças Regulares e Irregulares fortes de campanha, e outras obras pertencentes à Architectura Militar*, Lisboa, 1680.

⁸⁴ *Idem*, p. 14.

⁸⁵ *Idem*, pp. 481-545.

⁸⁶ Cf. Antónia Fialho Conde, *Op. Cit.*, p. 249.

Azevedo Fortes também desempenhou um papel importante na Academia do Conde de Ericeira⁸⁷; reconstruiu a praça de Campo Maior, que tinha sido arruinada por um raio; edificou paióis de pólvora; e desenhou a nova praça da Vila da Zibreira, contando com a ajuda de engenheiros que o acompanhavam e faziam os desenhos sob a sua direção.

A introdução de convenções no desenho técnico e a respetiva padronização dos códigos em tratados só ocorreu na Europa no século XVII. Em Portugal, no início de Setecentos, Fortes abordou, pela primeira vez, as questões referentes aos métodos necessários para os levantamentos de campo, bem como as convenções e códigos necessários à elaboração prática dos desenhos, nas obras *Tratado do modo o mais fácil de fazer as cartas geográficas* - de 1722 - e *O Engenheiro Português*⁸⁸ - de 1729. As suas fontes foram essencialmente os tratados franceses de Jacques Ozamam, *Methode de lever les plans et les cartes, de terre et de mer, avec toutes sortes d'Instrumens, & sans Instrumens*, de 1693, *Les Élémens d'Euclide*, de 1653, do padre jesuíta Claude François Milliet Dechalles, de Nicolas Buchotte, engenheiro do rei de França, *Les Règles du dessein et du lavis*, de 1722, e de Jean-Louis Naudin *L'Ingénieur français*, de 1696.

É ainda autor do primeiro tratado sobre lógica integralmente escrito em português, quebrando o anterior monopólio do latim, a *Lógica Racional Geométrica e Analítica*, publicado em Lisboa, em 1744. Nesta obra procurou tratar o plano da teoria das ideias - tema que o arrastou para um plano relativamente sincrético, mas que se reveste de grande interesse para o conceito do método e para o paradigma geométrico, vigente entre os teóricos das Luzes.

No entanto, destacamos o seu *Engenheiro Português*⁸⁹. Obra dividida em dois Tratados. A primeira parte compreende a Geometria Prática sobre o papel e sobre o terreno – o uso dos instrumentos necessários aos engenheiros; o modo de desenhar e dar ‘aguadas’ nas plantas militares. E a segunda parte compreende a fortificação, a ofensa e a defesa das praças.

⁸⁷ Também designada de Academia Real da História Portuguesa, criada por decreto de 8 de Dezembro de 1720. Nela, Azevedo Fortes tinha por tarefa a elaboração das cartas geográficas e topográficas de Portugal. Tinha por obrigação mostrar o seu trabalho de três a quatro vezes por ano. Este deveria ser apresentado com cuidado, mostrando-se empenho, nível de oralidade e de erudição. Cf. Dulcyene Maria Ribeiro, *A Formação dos engenheiros militares: Azevedo Fortes, Matemática e ensino da Engenharia Militar no século XVIII em Portugal e no Brasil* (Tese de Doutoramento em Educação), Universidade de São Paulo, 2009, pp. 18-19.

⁸⁸ Cf. Manuel de Azevedo Fortes, *O Engenheiro Português*, Lisboa, 1728-1729, vol. I e II;

⁸⁹ “Esta obra (amigo Leitor) não foi feita para se dar ao publico: o primeiro fim, que me propuz, foy a minha própria instrução; e passou depois em postila para servir de Methodo aos Praticantes da Academia Militar”. *Idem*, p. 23

Azevedo Fortes considerou o seu *Engenheiro Portuguez* como sendo um Tratado cuja doutrina era a mais moderna⁹⁰, sendo praticada no seu tempo preciso. Agora a arte de desenhar as plantas militares consistia em certas máximas⁹¹, ou regras, das quais umas eram naturais e outras de convenção. A arquitetura militar dependia, segundo Fortes, da aritmética e da geometria, que distinguem a matemática especulativa da prática. Com base nestas ciências pode fortificar-se qualquer local, devendo o engenheiro estar devidamente instruído⁹².

De acordo com os seus preceitos, na arquitetura moderna as cavas⁹³ são largos fossos, as ameias grandes merlões⁹⁴, as feteiras são canhoelras rasgadas, os muros são fortes reparos⁹⁵ de moderada altura, as torres são baluartes da mesma altura dos reparos, os parapeitos⁹⁶ são grossos e os terraplenos largos⁹⁷. Desta forma, Fortes defendia que fortificar consistia em cercar uma cidade ou vila para que os defensores se conseguissem defender devidamente do inimigo, que estava do lado exterior aos panos de muralha⁹⁸. Esta definição não diz apenas respeito à defesa, mas também ao ataque

⁹⁰ “*Àlem de haver muy poucos exemplares do Methodo Lusitano, que doutamente compoz Luis Serraõ Pimentel, Cosmographo mòr, e Engenheiro mòr, que foy deste Reino, foy escrita aquela obra em tempo, que lograva grande credito, e reputação o Methodo de Fortificar as Praças à Holandez de Dogen, Golgdmán, Freitag, Marolois, e outros Authores, de cujos methodos já hoje senaõ usa nas mais Nações da Europa: e da tradução do Livro intitulado Fortificação moderna, impresso por ordem de Sua Magestade, àlem de ser acabada a edição, não hera methodo fixo, e determinado, mas huma compilação de vários methodos, que podem mais servir para notícia histórica, do que para dar abertura de entendimento, e facilidade aos principiantes. Estes dous defeitos senaõ achàraõ nesta obra; porque a doutrina, que se contem em hum, e outro Tratado, he a mais moderna, que s està praticando nos nossos tempos: a ordem, em que as matérias se seguem, he natural, evaõ tratadas em seus próprios lugares. E porque a escuridão, e ambiguidade dos termos he hum dos maiores obstaculos para poder chegar ao perfeito conhecimento das Sciencias; puz hum grande cuidado em os definir exactamente, determinando-lhes a sua verdadeira significação; e o mesmo observey nas definições: e como as da Geometria, e Fortificação por mais claras que sejaõ, sempre se inculcaõ, e percebem melhor por figuras, e por exemplos; procurey, que as figuras nas Estampas, ajudadas de exemplos conhecidos, dessem huma nova luz à matéria, e a fizessem inteiramente perceptível*”. *Idem*, vol. I, pp. 24-26.

⁹¹ Cf. Manuel de Azevedo Fortes, *Op. Cit.*, vol. II, pp. 30-34.

⁹² *Idem*, vol. II, pp. 35-36.

⁹³ Cf. Anexo II – Glossário dos termos empregues no sistema abaluartado, Fosso ou Cava, p. lxx.

⁹⁴ Cf. *Idem*, Merlão, p. lxxiii.

⁹⁵ Cf. *Idem*, Reparo, p. lxxviii.

⁹⁶ Cf. *Idem*, Parapeito, p. lxxv.

⁹⁷ “*A mosquetaria, e Artelharia serve a deffender as Fortalezas; e faltando algum destes instrumentos he a deffença defectuosa, e a offença diminuta; porque se falta a Artelharia, não he a mosquetaria poderosa para deffender trincheiras, arruinar os Approches, arrazar as baterias, e abater as deffenças, ou parapeitos; nem os seus tiros obrigaõ aos inimigos a começar de longe os seus approches, e a continualos cubertos com fortes deffenças. Se falta a mosquetaria, não he a Artelharia capaz de se manear com a presteza, e continuação necessária para deffender os assaltos, nem pôde igualar o dano, que fazem as continuas, e repetidas cargas de mosquetaria com que os inimigos ofendem sem seçar com as suas manposterias, nem se pôde acudir com a Artelharia com a presteza necessária a diferentes lugares; porque a grandeza das peças, o peso das ballas, o trabalho de as chegar, e a dilação do bornear saõ impedimentos a ligeireza, presteza, e continuação taõ necessária nos assaltos; e falta com que defender prontamente os approches, as trincheiras, e os reductos &c., e nas próprias baterias falta com que deffender a mesma Artelharia, que os citados pretendem impedir, e encravar, fazendo sortidas, e falta nos assaltos a opperação de maior importância para ganhar a brecha, e deffendela, como tambem se falta a Artelharia, não bastaõ as ballas dos mosquetes, e espingardas para descavalgar pessoas, romper os reparos da Artelharia, desfazer os parapeitos, derribar as muralhas e, abrir brechas; porque estes saõ só os efeitos dos violentos tiros de groça, e miúdas peças, e segundo o alcance, e força destas armas se regulaõ nestes nossos tempos os comprimentos, alturas, e larguras de todas as partes da fortificação*”. *Idem*, vol. II, pp. 39-40.

⁹⁸ “*(...) de sorte que poucos deffensores de dentro possaõ resistir, e deffender-se de muitos inimigos de fóra, que he opor hum pequeno numero de soldados aos esforços de hum exercito poderoso*”. *Idem*, p. 41.

das praças, uma vez que o seu objetivo seria também o de ofender sem serem ofendidos e, o mesmo fim diria respeito aos atacantes, que se poderiam encontrar “*cobrindo-se com as trincheiras*”⁹⁹, e *approches*¹⁰⁰. Seria essa a essência de uma fortificação¹⁰¹. E para esta ser considerada perfeita, a disposição das suas partes daria a um pequeno número de defensores todas as possibilidades de uma resistência vantajosa¹⁰². Essa consistiria nas próprias muralhas, terraplenos, parapeitos, orelhões¹⁰³ e na abertura considerável do ângulo flanqueado¹⁰⁴.

Apesar dos paradigmas deste método de fortificar deverem ser tidas em conta¹⁰⁵, o Autor considerava que cada engenheiro tinha as suas próprias máximas, usando estas e as suas numa única obra¹⁰⁶.

⁹⁹ Cf. **Anexo II – Glossário dos termos empregues no sistema abaluartado**, Trincheira, p. lxxx.

¹⁰⁰ Cf. *Idem*, *Approches*, p. lxii.

¹⁰¹ Cf. Manuel de Azevedo Fortes, *Op. Cit.*, vol. II, p. 41.

¹⁰² Segundo Fortes, as partes de uma Fortificação podem ser representadas no papel segundo três métodos diferentes – através na iconografia (modo de representar uma Fortificação segundo o plano que ocupa sobre a terra, considerando a fortificação cortada junto do alicerce por um plano paralelo ao plano do horizonte, ou ao nível da Campanha, ou também considerando, através do pensamento, a fortificação levantada no ar, deixando os vestígios de onde fora tirada, podendo conhecer-se o seu comprimento, largura e ângulos), da ortografia (representação de alturas e grossuras das partes da fortificação “*como se consideracemos que huma fortificação he cortada por hum plano perpendicular à sua baze, o corte mostraria a groçura, e altura das suas partes*”) e da cenografia (espécie de perspectiva militar, na qual as coisas representadas não alteram as suas proporções, distinguindo-se da perspectiva rigorosa que representa as coisas não como são, mas como nos parecem à vista. Assim, alteram-se as proporções das grandezas e a quantidade dos ângulos). Para se descrever o perfil de uma obra deve desenhar-se uma linha, representando o plano horizontal da campanha e, nela deve estar implícito o comprimento da base do reparo, a largura do fosso e a largura da esplanada. Ora, é desses pontos de divisão que ressaltam as linhas perpendiculares das alturas necessárias e se notam as escarpas. *Idem*, p. 61

¹⁰³ Cf. **Anexo II – Glossário dos termos empregues no sistema abaluartado**, Orelhão, p. lxxiv.

¹⁰⁴ Cf. *Idem*, *Ângulo Flanqueado*, p. lxi.

¹⁰⁵ 1ª – “*que em todo o recinto de huma fortificação não haja parte alguma que não seja vista, e deffendida pela frente, e pelos lados, ou ao menos por hum lado, que he o fim principal, que se propõem quem fortifica*” - a violência da artilharia obrigou os defensores a aumentar a grossura dos parapeitos, ficando quase impossível a defesa pela frente, tornando-se necessária a defesa lateral -; 2ª – “*que a linha da deffença não exceda o alcance do mosquete*” - esta máxima é um corolário da precedente, uma vez que tanto importa que uma parte do recinto da Praça esteja fora do alcance do mosquete, ou das armas com que se defende, como que esta parte não seja vista ou flanqueada -; 3ª – “*que todos os angulo flanqueados dos baluartes; ou de outras quaisquer obras não sejam nunca menores de 60 grãos, e ainda para este bade obrigar a precisa necessidade*” - sendo mais agudos, facilmente serão arruinados pela artilharia e, os baluartes não permitirão uma defesa eficaz -; 4ª – “*que a Praça seja igualmente bem fortificada por toda a parte*” - bastaria que apenas uma das partes da fortificação não apresentasse defesa eficaz, para se considerar uma obra fraca. Estando mais facilmente sujeita aos ataques do inimigo -; 5ª – “*que todo o recinto da Praça, e todas as suas partes, assim flanqueantes, como flanqueadas sejam feitas com as groçuras convenientes para resistir aos tiros da artilharia*” - é necessário proporcionar a força da defesa à defesa das armas com que o inimigo ataca -; 6ª – “*que as partes mais próximas do centro da Praça sejam superiores (isto he mais levantadas) do que as mais remotas*” - por esse meio, os defensores poderiam sempre descobrir tudo o que se passava à sua volta, ficando cobertos, rechacando os inimigos caso ocupassem alguma parte da fortificação -; 7ª – “*que as partes flanqueantes sejam quanto maiores melhor sem prejuízo da Praça*” - quanto maiores fossem essas partes, maior o número de defensores que nelas se poderia acomodar, tendo os inimigos um maior numero de bocas-de-fogo contra si -; 8ª – “*que as Praças, com menos baluartes bem flanqueados, e bem defendidos contém igual área, devem ser preferidas às outras de maior numero de baluartes*” - além de se evitar a despesa de um ou dois baluartes a mais para o mesmo recinto, também é necessária menos guarnição. Os tiros nas defesas curtas serão mergulhantes, logo não farão tão bom efeito como os tiros horizontais, o que se conseguirá nas defesas mais largas -; 9ª – “*que os poligonos de maior numero de lados dão maiores angulos, que podem ser melhor fortificados*” - deste modo, originam maiores semi-golas e maiores flancos, ficando o ângulo flanqueado com abertura suficiente -; 10ª – “*que hum triangulo he impossível de fortificar regularmente*”; 11ª – “*quanto he mais agudo o angulo do centro do polígono, que se quer fortificar, tanto mais forte he a deffença, e maior o numero dos baluartes*”; 12ª – “*as demigolas grandes, sendo proporcionadas as mais partes,*

2.2 - O Alentejo e o sistema abaluartado das praças da linha de fronteira seca às praças de 1ª e 2ª linha¹⁰⁷

As «Praças de 1ª Linha» são aquelas que se encontravam mais próximas da linha de fronteira. No Alentejo, destacavam-se Arronches, Barbacena, Campo Maior, Castelo de Vide, Elvas, Juromenha, Marvão, Monsaraz, Moura, Mourão, Ouguela e Serpa.

Em **Arronches**¹⁰⁸, todo o aglomerado medieval é delimitado pelo próprio contorno da fortificação abaluartada. O antigo castelo está envolvido pelo baluarte do Castelo. A partir deste são visíveis as cortinas, uma delas, interrompida pela Porta do Rio; dois fossos; o baluarte da Porta de Elvas - com guarita¹⁰⁹ de corpo prismático e coruchéu piramidal -; o baluarte de Santo António; o baluarte do Espírito Santo - também com guarita de corpo prismático e coruchéu piramidal -; e restos do baluarte dos Clérigos e do meio baluarte de Nossa Senhora da Luz¹¹⁰.

Já em **Barbacena**¹¹¹, as fortificações possuem planta estrelada. Subsistem quatro meios baluartes, dois deles possuem um revelim avançado, em forma de seta, com guarita no ângulo flanqueado, que permite a comunicação com os meios baluartes¹¹².

A fortificação de **Campo Maior**¹¹³, resultado dos projetos de Charles Lassart, Cosmader, Nicolau de Langres, Luís Serrão Pimentel, e de Manuel de Azevedo Fortes,

saõ as melhores” - elas dão ao baluarte uma maior capacidade e às obras que nele se fazem, dando ainda lugar às cortaduras. *Idem*, pp. 30-34.

¹⁰⁶ *Idem*, p. 34.

¹⁰⁷ Cf. **Anexo V - Plantas, Planta 2**, *Descrição do Reino de Portugal e dos Reinos de Castela que confinam com a sua fronteira*, p. civ; **Anexo I - Transcrição de Documentos, Documento 2**, *Descrição de Portugal que tem por principal assunto falar de suas praças*, p. vi.

¹⁰⁸ Cf. **Anexo V - Plantas, Planta 10**, Fortificação de Arronches, p. cvi.

¹⁰⁹ Cf. **Anexo II - Glossário dos termos empregues no sistema abaluartado**, Guarita, p. lxxi.

¹¹⁰ Cf. IHRU - SIPA; Processo IPA.00001861 (PT041202010003): Fortaleza de Arronches/ Fortificação de Arronches (disponível em http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=1861 (consultado a 15 de novembro de 2011)).

¹¹¹ Cf. **Anexo V - Plantas, Planta 14**, Fortificação de Barbacena, p. cvi.

¹¹² Essa comunicação é feita através de uma espécie de capoeira. Cf. **Anexo II - Glossário dos termos empregues no sistema abaluartado**, Capoeira, p. lxxv; IHRU - SIPA; Processo IPA.00003214 (PT041207040021): Castelo de Barbacena/ Fortificações de Barbacena (disponível em http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=3214 - consultado a 20 de outubro 2011).

¹¹³ Erguida no alto do outeiro de Santa Vitória para defesa da raia alentejana, do alto das suas torres se divisam as regiões de Badajoz e Elvas. Em 1644, começou a direção das obras por Nicolau de Langres; a 14 de Maio Langres enviou uma carta a pedir materiais para continuar as obras da praça, bem como as armas necessárias para a defesa da mesma; em 1662, deram-se obras nas muralhas por Serrão Pimentel; a 22 de Maio de 1680, D. Pedro, na qualidade de regente, enviou a Campo Maior Mateus do Couto, D. Diogo Pardo e António Rodrigues para verificarem as obras e os planos de Serrão Pimentel; e em 1735, deu-se a construção de um armazém de pólvora, conforme risco de Azevedo Fortes. Charles Lassart e Cosmader também terão participado nas obras desta fortificação. Cf. **Anexo V - Plantas, Planta 4**, Fortificação de Campo Maior, p. cv.

forma um polígono irregular de dez lados. Infelizmente, alguns troços de cortina desapareceram. Flanqueando as cortinas e partindo do sector Sul – no sentido dos ponteiros do relógio –, apresenta o baluarte da Boa Vista, meio baluarte¹¹⁴ de São Sebastião, as Portas da Vila, meio baluarte de Lisboa, meio baluarte do Curral dos Coelho, baluarte de Santa Cruz, baluarte do Cavaleiro, meio baluarte do Príncipe, baluarte da Fonte do Concelho, meio baluarte de São Francisco, meio baluarte de Santa Rosa e uma poterna¹¹⁵. A fortificação possui ainda um fosso e contraescarpa¹¹⁶ em boa parte da sua extensão, nomeadamente de Sul a Nordeste, bem como quatro revelins¹¹⁷.

A antiga fortificação de **Castelo de Vide**¹¹⁸ sofreu alterações durante o século XVII, quando lhe foram introduzidas modernizações visando adaptá-la aos modernos tiros da artilharia. Os trabalhos iniciaram-se em 1641 e foram, ampliados em 1644 sob projeto de Langres. Anos mais tarde, em 1660-62, no auge desse processo de fortificação, por projeto de Luís Serrão Pimentel, a praça encontrava-se constituída por dois núcleos principais – o do castelo, a oeste, e o Forte de São Roque, a leste – interligados por uma extensa linha de muralhas abaluartadas. É uma fortificação de grande extensão e globalmente bem conservada, do ponto de vista estrutural. A muralha, cujo traçado resulta do encontro do aglomerado urbano com o relevo constituído pelos contrafortes¹¹⁹ da Serra de São Mamede constitui um percurso privilegiado de leitura do território¹²⁰.

O conjunto de **fortificações abaluartadas de Elvas**¹²¹ teve a influência de João Pascácio Cosmader, e possui uma planta poligonal estrelada¹²², a defesa desenvolvia-se

¹¹⁴ Cf. **Anexo II – Glossário dos termos empregues no sistema abaluartado**, Meio-baluarte, p. lxii.

¹¹⁵ Cf. *Idem*, Portas-Falsas ou Poternas, p. lxxvi.

¹¹⁶ Cf. *Idem*, Contraescarpa, p. lxvi.

¹¹⁷ Cf. *Idem*, Revelim, p. lxxviii; IHRU - SIPA; Processo IPA.00003756 (PT041204030002): Castelo de Campo Maior/Fortificações de Campo Maior (disponível em http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=3756 – consultado a 20 de outubro 2011).

¹¹⁸ Posição dominante no alto de uma colina a Norte da Serra de São Mamede. Cf. **Anexo V - Plantas, Planta 7** – Fortificação de Castelo de Vide, p. cv.

¹¹⁹ Cf. **Anexo II – Glossário dos termos empregues no sistema abaluartado**, Contrafortes, p. lxvi.

¹²⁰ Cf. IHRU - SIPA; Processo IPA.00004572 (PT041205020010): Castelo de Castelo de Vide/ Fortificações de Castelo de Vide (disponível em http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=4572 – consultado a 27 de outubro 2011).

¹²¹ Em 2012, foi classificada pela UNESCO, como Património Mundial. Sitiada em fins de 1658, a vitória portuguesa na Batalha das Linhas de Elvas, salvou esta Praça-Forte e o reino de cair novamente no poder de Filipe IV de Espanha. Por volta de 1601-1602, começaram as obras nas muralhas por Serrão Pimentel; em 1641-1642, iniciou-se a construção da fortificação abaluartada da Praça de Elvas, por Cosmader; em 1646, foi nomeado Pedro Fernandes, quartanário da Sé de Elvas e conhecedor da arte da fortificação, para ajudar Cosmader nas obras da muralha; em 1662, novamente obras nas muralhas por Serrão Pimentel; em 1735, a construção de um armazém de pólvora conforme planos de Manuel de Azevedo Fortes. Cf. **Anexo V - Plantas, Planta 6**, Praça de Elvas, p. cv.

em doze frentes. É composta por sete baluartes, três meios-baluartes, - dois redondos -, oito meias-luas e três contraguardas¹²³, além de cortinas monumentais. O Forte da Graça, de Santa Luzia e os Fortins de São Francisco, de São Mamede, de São Pedro e da Piedade complementam o polígono defensivo da Praça de Elvas, constituindo um dos maiores conjuntos de fortificações abaluartadas do mundo, com um perímetro superior a 10 km. É um exemplar raríssimo na Europa do método antigo de fortificação holandesa, com reabilitações posteriores que não o descaracterizaram tipologicamente¹²⁴.

Para a praça de **Juromenha**¹²⁵ foram apresentados ao Conselho de Guerra de D. João IV, no ano de 1644, três planos de fortificação que tinham como objetivo adaptar a fortaleza medieval à artilharia seiscentista¹²⁶:

- O primeiro, desenhado pelo engenheiro italiano Pascoeli, foi imediatamente recusado, porque estava demasiado perto do castelo;
- O segundo projeto, da autoria de Cosmader, foi escolhido pelo Conselho, embora algum tempo depois as obras tenham sido interrompidas devido aos elevados custos materiais e à inviabilidade técnica do mesmo;
- E o terceiro plano, da autoria de Nicolau de Langres, foi aprovado em 1646 e as obras prolongaram-se pelos anos seguintes e ainda decorriam quando o paiol¹²⁷ de pólvora explodiu, em 1659, arruinando grande parte das estruturas já edificadas e matando estudantes da Universidade de Évora que aí se encontravam¹²⁸.

¹²² Cf. **Anexo II – Glossário dos termos empregues no sistema abaluartado**, Forte em Estrela, p. lxx.

¹²³ Cf. *Idem*, Contraguarda, p. lxvi.

¹²⁴ Cf. IHRU - SIPA; Processo IPA.00003245 (PT041207020011): Sistema Fortificado da Praça de Elvas/ Fortificações de Elvas (disponível em http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=3245 – consultado a 15 de novembro de 2011).

¹²⁵ Situada junto à margem direita do Guadiana, na confluência com a ribeira de Mures, sobre um largo outeiro que se espreita para norte e cai, abrupto escarpado sobre o rio separando Espanha de Portugal. Devido à sua posição estratégica na defesa das linhas fronteiriças, a fortaleza foi sendo, sucessivamente, atacada ao longo dos séculos - se em 1662, as tropas de D. João de Áustria ocuparam durante seis anos a fortificação, que regressou à posse da Coroa Portuguesa na Paz Geral de 1668, no início do século XIX, durante a Guerra Peninsular, a fortificação foi tomada pelo exército de D. Manuel Godoy, só sendo recuperada em 1808. A partir de então, foi entrando em progressiva decadência e, em 1920 ficou despovoada. No ano de 1950, a DGEMN iniciou grandes obras de recuperação do espaço, numa campanha que se prolongou até 1996. Cf. **Anexo V - Plantas, Planta 3**, Fortificação de Juromenha, p. cv; e IHRU - SIPA; Processo IPA.00004461 (PT040701020007): Fortaleza de Juromenha (disponível em http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=4461 – consultado a 15 de novembro 2011).

¹²⁶ Cf. Túlio Espanca, *Inventário Artístico de Portugal*, Academia Nacional de Belas Artes, vol. IX, Lisboa, 1966, p.38.

¹²⁷ Cf. **Anexo II – Glossário dos termos empregues no sistema abaluartado**, Paiol, p. lxxiv.

¹²⁸ As empreitadas ainda perduravam quando em 19 de Janeiro desse ano explodiu o paiol de pólvora, arruinando gravemente a fortificação. Depois deste desastre a praça sofreu retificações. Todavia, as mesmas não estavam concluídas em 1662, fato que foi explorado pela transfuga de Nicolau de Langres, que no posto de Sargento-mor de Batalha de Estado Maior do Exército de D. Filipe IV, comandado pelo príncipe D. João de Áustria, dirigiu a ofensiva e comandou a artilharia inimiga, conquistando a fortificação. Cf. Túlio Espanca, *Op. Cit.*, 1966, p. 38.

Em **Marvão**¹²⁹, o castelo sobrepôs-se em cidadela à fortaleza seiscentista. Trabalhou na fortificação Nicolau de Langres. Os baluartes existentes são regulares¹³⁰ e irregulares, uma vez que se adaptaram ao acidentado do terreno e vieram reforçar as entradas na cerca urbana, ao mesmo tempo que permitiam a defesa do castelo na sua zona mais vulnerável¹³¹.

O sistema fortificado tipo Vauban de **Monsaraz**¹³² iniciou-se em 1644, por projetos de Nicolau de Langres e Jean Gillot. Este reforço está adossado a Sudoeste da cerca medieval do burgo e é constituído por um revelim de três baluartes, antecidos por escarpada de cortina e flanqueados por um grande forte conectado por túneis, de planta retangular. A cerca integra ainda a Porta da Vila, a Porta d'Évora a Norte, a Porta d'Alcoba a Sul e a Porta do Buraco ou da Cisterna¹³³ a Sudoeste, destinada à proteção da cisterna¹³⁴.

Na cidade de **Moura**¹³⁵, o Conselho de Guerra de D. João IV determinou a modernização e o reforço da antiga fortificação, dada a sua posição estratégica na fronteira com Espanha. Com projeto de Nicolau de Langres, foi erguida uma linha abaluartada, envolvente da povoação, reforçada por revelins¹³⁶. Sofreu danos, aquando da sua ocupação durante a Guerra de Sucessão de Espanha – quando explodiram as suas muralhas. Posteriormente, com o terramoto de 1755, ficou ainda mais danificada.

O castelo de **Mourão**¹³⁷ é envolvido por uma dupla cintura de muralhas concêntricas de planta poligonal, estrelada, irregular, de que existem vários troços, entre

¹²⁹ Cf. **Anexo V - Plantas, Planta 13**, Fortificação de Marvão, p. cvi.

¹³⁰ Cf. **Anexo II – Glossário dos termos empregues no sistema abaluartado**, Baluarte Regular, p. lxii.

¹³¹ Cf. Domingos Almeida Bucho, *Fortificações de Marvão – História, Arquitectura e Restauro*, Região de Turismo de São Mamede/ IPPAR/ Ministério da Cultura, 2000, pp. 42-43; e IHRU - SIPA; Processo IPA.00003234 (PT041210020001): Castelo de Marvão/ Fortificações de Marvão (disponível em http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=3234 – consultado a 20 de outubro 2011).

¹³² Cf. **Anexo V - Plantas, Planta 11**, Fortificação de Monsaraz, p. cvi.

¹³³ Cf. **Anexo II – Glossário dos termos empregues no sistema abaluartado**, Cisterna, p. lxv.

¹³⁴ Cf. IHRU - SIPA; Processo IPA.00030751 (PT040711030048): Fortificações de Monsaraz (disponível em http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=30751 - consultado a 15 de novembro de 2011).

¹³⁵ Cf. **Anexo V - Plantas, Planta 9**, Fortificação de Moura, p. cvi.

¹³⁶ Cf. IHRU - SIPA; Processo IPA.00000993 (PT040210070006): Sistema Fortificado de Moura/ Castelo de Moura (disponível em http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=993 – consultado a 3 de novembro 2011).

¹³⁷ Cf. **Anexo V - Plantas, Planta 12**, Fortificação de Mourão, p. cvi.

os quais, a Noroeste e a Sudoeste se localizam dois revelins¹³⁸. Em 1658, deu-se a construção da cintura fortificada do sistema por Langres e Saint-Colombe.

Em **Ouguela**¹³⁹, erguida sobre uma escarpa¹⁴⁰, o castelo domina a vila. Reconstruído por D. Dinis recebeu linhas abaluartadas no reinado de D. João IV, sob projeto de Nicolau de Langres. A fortificação possui uma planta poligonal irregular¹⁴¹, aproximada a uma elipse, com o extremo mais estreito apontando a Este. As suas muralhas possuem cubelos¹⁴² e torreões¹⁴³ adossados rebocados com embasamento. A toda a sua volta existe um fosso com reparo de traçado tenalhado e caminho de ronda¹⁴⁴.

A fortificação de **Serpa**¹⁴⁵ sofreu obras de modernização com um projeto de Nicolau de Langres. Este não foi concluído na totalidade, sendo parcialmente executado e materializado no Forte de São Pedro de Serpa, concluído em 1668¹⁴⁶.

Designavam-se de «Praças de 2ª Linha» as que se encontravam mais afastadas da linha de fronteira. No caso do Alentejo, são as praças de Beja, Estremoz, Vila Viçosa e Évora.

Em **Beja**¹⁴⁷ subsistem alguns vestígios das fortificações modernas, tais como o resto de um baluarte em alvenaria, do lado Este; a Sudoeste existe uma grande extensão do baluarte que rodeava a cerca de São Francisco; e a Sudeste são visíveis as linhas do parapeito e dos ângulos do baluarte¹⁴⁸. O projeto de reforço do castelo com baluartes,

¹³⁸ Cf. IHRU - SIPA; Processo IPA.00001242 (PT040708030001): Castelo de Mourão (disponível em http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=1242 – consultado a 20 de outubro 2011).

¹³⁹ Na margem esquerda da ribeira de Abrilongo, próximo à sua confluência com o rio Xévoa, vizinho à raia com Espanha. No séc. XVII iniciou-se a construção da fortaleza abaluartada com a participação de Nicolau de Langres. A intervenção do poder público, através da DGEMN, fez-se sentir através de campanhas desenvolvidas em 1976, 1987 e 1994, envolvendo a consolidação, reparos e recuperação do castelo, dos baluartes e das áreas internas e de acesso. Cf. **Anexo V - Plantas, Planta 5**, Fortificação de Ouguela, p. cv.

¹⁴⁰ Cf. **Anexo II – Glossário dos termos empregues no sistema abaluartado**, Escarpa, p. lxvii.

¹⁴¹ Cf. *Idem*, Fortificação Irregular, p. lxx.

¹⁴² Cf. *Idem*, Cubelos, p. lxvii.

¹⁴³ Cf. *Idem*, Torreão, p. lxxx.

¹⁴⁴ Cf. *Idem*, Caminho-de-ronda, p. lxiv; e IHRU - SIPA; Processo IPA.00003240 (PT041204030004): Castelo de Ouguela (disponível em http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=3240 - consultado a 15 de novembro de 2011).

¹⁴⁵ Integra o território na margem esquerda do rio Guadiana. Cf. **Anexo V - Plantas, Planta 8**, Fortificação de Serpa, p. cv.

¹⁴⁶ Cf. IHRU - SIPA; Processo IPA.00000579 (PT040213040002): Muralhas de Serpa (disponível em http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=579 – consultado a 3 de novembro 2011).

¹⁴⁷ Cf. **Anexo V - Plantas, Planta 16**, Fortificação de Beja, p. cvii.

¹⁴⁸ Cf. IHRU - SIPA; Processo IPA.00000906 (PT040205130003): Castelo de Beja (disponível em http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=906 – consultado a 15 de dezembro 2011).

iniciou-se em 1664 e, foi realizado por Langres, e aprovado por Luís Serrão Pimentel e pelo general Agostinho de Andrade Freire.

A fortificação de **Estremoz**¹⁴⁹ representa os baluartes incorporados na linha de muralha do castelo medieval e toda a cintura envolvente dos limites urbanos da cidade. Foi mandada edificar em 1642, por D. João IV, segundo um plano de Cosmander, devido à fragilidade dos velhos muros da cidadela medieval. Foi dotada de uma linha bastionada protetora do tipo de artilharia, encerrada em polígono exterior. A Noroeste está o baluarte de Santa Isabel, defendendo a povoação; a Norte, o baluarte de Santo Agostinho, protegendo o castelo; a Este, os baluartes de São Brás e da Rua Nova, protegendo a Porta do Arco de Frandina; e a Sudoeste, o baluarte das Ferrarias, guarnecido de guaritas¹⁵⁰. Em 1662, Langres, auxiliado por Saint-Colombe, foi nomeado como engenheiro encarregue desta fortificação.

A fortificação de **Vila Viçosa**¹⁵¹ apresenta um fosso com 7m de profundidade e 6m de largura. À volta deste e do castelo artilheiro, adaptando-se à sua forma, foi construída a fortificação de traçado tenelhado, formando um forte de planta em estrela irregular, composto de sete tenalhas¹⁵², desiguais, e com uma pequena cortina de interligação na fachada Noroeste. Desta subsistem cerca de dois terços, sensivelmente desde o meio da fachada Sudoeste até ao ângulo Norte, ainda que muito arruinado e encoberto por vegetação de grande porte. O reparo levantado à volta do castelo artilheiro apresenta a escarpa exterior¹⁵³ em talude, com ângulos de aparelho incerto, mas diferente, não apresentando na sua maioria vestígio do parapeito e tendo a escarpa interior¹⁵⁴ coberta de vegetação; duas tenalhas dispostas a Este, conservam no ângulo flanqueado a guarita, de planta circular. A fortificação a Noroeste tinha flancos laterais ligando as tenalhas de ângulo à cortina central, com troço da tenalha e cortina ainda subsistentes. Do Sul até à zona da cerca da vila e ligando-se a ela, existe uma segunda cortina composta por três tenalhas interligadas, muito arruinadas e igualmente

¹⁴⁹ Cf. **Anexo V - Plantas, Planta 15**, Fortificação de Estremoz, p. cvi.

¹⁵⁰ Cf. IHRU - SIPA; Processo IPA.00004803 (PT040704030008): Sistema Fortificado de Estremoz (disponível em http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=4803 – consultado a 20 de outubro 2011).

¹⁵¹ Em 1642, o general de artilharia Rui Correia Lucas com o Eng.º. João Pascasio Cosmander e Jean Gillot vistoriaram as fortificações da raia para determinar as obras urgentes a fazer; a 24 de Outubro de 1643, em visita a Vila Viçosa, D João IV determinou o aceleramento das obras, encarregando a direção das cortinas e meias luas a Cosmander; por volta de 1661, Nicolau de Langres estudou a fortificação. Cf. **Anexo V - Plantas, Planta 17**, Fortificação de Vila Viçosa, p. cvii.

¹⁵² Cf. **Anexo II – Glossário dos termos empregues no sistema abaluartado**, Tenalha Moderna, p. lxxix.

¹⁵³ Cf. *Idem*, Escarpa Exterior, p. lxxviii.

¹⁵⁴ Cf. *Idem*, Escarpa Interior, p. lxxviii.

encobertas pela vegetação. Da cerca nova resta apenas um troço por detrás do Convento da Esperança¹⁵⁵.

Deste conjunto de fortificações de segunda linha também fazia parte a **fortificação de Évora**¹⁵⁶, de que a seguir nos ocuparemos.

2.2.1 - Os projetos para a defesa de Évora no período moderno: debates e confrontos, modelos e paradigmas

Em 1518, D. Manuel I encomendou a construção de um ‘novo castelo’ a **Diogo de Arruda**, a que já aludimos, que o concebeu na forma de um quadrilátero, com cerca de 60m de lado, dotado de quatro potentes torres quadradas nos ângulos¹⁵⁷. Contudo, no século XVIII, esta construção foi objeto de uma profunda reforma¹⁵⁸ empreendida pelo engenheiro **Miguel Luís Jacob**, prolongando-se até 1803. Esta reforma respeitou a planta do castelo, mas a fachada principal foi totalmente remodelada, nos dois torreões do lado Sul¹⁵⁹.

Esta construção de transição veio marcar definitivamente a diferença para com as antigas defesas de Évora¹⁶⁰. Trouxe a arquitetura moderna à cidade que, no contexto das guerras da Restauração (1640 – 1668), conheceu a arquitetura abaluartada, devido à necessidade de defesa do Alentejo¹⁶¹.

A crescente preocupação está patente numa carta de 27 de setembro de 1646, na qual D. João IV ordenou ao juiz de fora que retirasse mil reais dos rendimentos da

¹⁵⁵ Cf. IHRU - SIPA; Processo IPA.00003927 (PT04071403002): Castelo de Vila Viçosa (disponível em http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=3927 – consultado a 17 de novembro 2011).

¹⁵⁶ Cf. IHRU - SIPA; Processo IPA.00003822 (PT040705070040): Muralhas e Fortificações de Évora/ Sistema Defensivo de Évora (disponível em http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=6567 - consultado a 17 de Outubro de 2011).

¹⁵⁷ Sendo a do lado esquerdo da fachada principal um pouco mais larga que as restantes. Através de duas cartas de quitação sabe-se que foram vedores desta obra Jorge de Paiva e Pero Álvares de Faria, e que nela terão sido aplicados 954.213 reais. Cf. Túlio Espanca, *Op. Cit.*, vol. VII, Lisboa, 1966, pp. 14-15. A construção deste conjunto fortificado era a materialização do plano de um palácio com quatro torres que o arquiteto italiano Andrea Sansovino ofereceu a D. Manuel I aquando da sua estadia em Portugal – entre 1492 e 1501. Cf. Mário Jorge Barroca, *Op. Cit.*, p. 106.

¹⁵⁸ Onde se instalou o Regimento dos Dragões, em 8 de Janeiro de 1736.

¹⁵⁹ Cf. Miguel Pedroso Lima, *Op. Cit.*, pp. 57-58; Mário Jorge Barroca, *Op. Cit.*, p. 106.

¹⁶⁰ *Cerca velha e cerca nova*, Cf. **Ponto 2.1 do Capítulo II**: “O reforço abaluartado no período moderno em Évora – dos projetos ao traçado efetivo”, pp. 66-80.

¹⁶¹ Cf. **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 3**, Documento referente à construção de um baluarte junto às muralhas de Évora, por ordem e expensas de D. João Coutinho, arcebispo da cidade de Évora, em 1641, p. vii.

cidade para a imediata reparação das portas e dos panos de muralha que acusavam alguns buracos e roturas¹⁶².

No final de 1648, **Nicolau de Langres** esteve em Évora, sob as ordens de André de Albuquerque, General de Artilharia, dando-se início a alguns baluartes, em 1651. No entanto, com a morte do príncipe D. Teodósio, em 1653, os estudos e as obras preliminares pararam, ficando estagnada a questão de defesa¹⁶³.

Entretanto, **Charles Lassart** fez dois desenhos para a fortificação de Évora¹⁶⁴: no primeiro desenho, deu ênfase aos baluartes reais e às cortinas. Contudo, este projeto não passou do papel. No seu segundo desenho, idealizou meias-luas destacadas para a fortificação. Este projeto foi, igualmente, posto de parte, perdendo-se com a morte do engenheiro.

Em 1657, uma Carta da Rainha regente¹⁶⁵, D. Luísa de Gusmão, expressa o desejo de ver a cidade de Évora fortificada, devendo dar-se início e fim à fortificação, imitando as outras obras entretanto feitas, mas excedendo-as. No entanto, a contenção dos custos veio pôr em causa essa necessidade de defesa. A soberana mandou acudir prontamente com algum dinheiro, pois apesar de não ser uma praça de 1.^a linha, Évora necessitava de recuperação urgente¹⁶⁶.

Foi **Nicolau de Langres** quem ficou com a tarefa de tratar da nova fortificação¹⁶⁷, traçando uma planta de emergência, constante de baluartes atacados aos muros, com algumas obras cornas¹⁶⁸ de dilatado circuito.

Em setembro de 1659, Langres, já provido no lugar de engenheiro-mor, em substituição de Lassart, fez uma segunda planta das fortificações de Évora¹⁶⁹, semelhante aos princípios técnicos do anterior projeto¹⁷⁰, o que mereceu reparos do Conselho de Guerra¹⁷¹. Justificado com elementos críticos as alterações e o estudo,

¹⁶² Cf. Túlio Espanca, «Fortificações e Alcaldarias de Évora, in *A Cidade de Évora*, n.º 9-10, setembro-dezembro, 1945, p. 72.

¹⁶³ Cf. **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 1**, Documento do P. João Baptista de Castro sobre a Fortificação de Évora, p. v.

¹⁶⁴ Cf. *Idem*, **Documento 7**, Carta sobre a fortificação da cidade de Évora, p. xi.

¹⁶⁵ Cf. *Idem*, **Documento 5**, *Documento sobre as fortificações de Évora*, p. ix.

¹⁶⁶ Cf. *Idem*, **Documento 9**, Carta sobre a emergência da fortificação em Évora, p. xiii.

¹⁶⁷ Nicolau de Langres assistiu ainda na Junta sobre o melhor acerto para a fortificação de Évora. Cf. *Idem*, **Documento 8**, Carta sobre a assistência de Nicolau de Langres na fortificação de Évora; e **Documento 6**, Consulta do Conde do Prado, aprovada pelo Conselho de Guerra, p. x e xii.

¹⁶⁸ Cf. **Anexo II – Glossário dos termos empregues no sistema abaluartado**, Obra Corna, p. lxxiii.

¹⁶⁹ Cf. **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 10**, Carta do Conde da Atouguia a informar aquilo que é necessário para a fortificação da cidade de Évora, p. x.

¹⁷⁰ O projeto apresentava duas obras cornas, cinco baluartes, três meios baluartes, dois redentes e uma frente abaluartada.

¹⁷¹ Cf. **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 11**, Carta do Conde da Atouguia (com carta de Nicolau de Langres) sobre a alteração da planta de Évora; **Documento 12**, Carta do Conde da Atouguia para se continuar a fortificação de Évora; **Documento 13**, Carta do Conde da Atouguia sobre duas dúvidas que há para se dar início à

acompanhado de uma memória descritiva da autoria do **Conde de Atouguia**, foi aprovado por unanimidade¹⁷². Contudo, apossando-se posteriormente da planta, Langres passou a servir o inimigo em abril de 1660¹⁷³.

Faltando os planos definitivos para o prosseguimento das obras e impondo-se a alteração estrutural dos projetos de Langres, com o objetivo de neutralizar os conhecimentos militares do engenheiro das vulnerabilidades da praça de Évora, e estando o estado da guerra a evidenciar-se com a perda de Olivença e de Arronches, tentou-se um novo projeto. O Conde de Atouguia encarregou aos engenheiros **Simon Jouquet e Jean Brivois**, de fazerem um desenho¹⁷⁴, que se revelou muito moroso. Mas o projeto foi considerado inaplicável e irrealizável por motivos técnicos, nomeando-se **Saint-Colombe**, para realizar uma nova planta onde dominavam as meias-luas, a qual, submetida à apreciação do Conselho de Guerra, por parecer de **Luís Serrão Pimentel**, foi criticada desfavoravelmente¹⁷⁵.

Em defesa da sua planta, Saint-Colombe respondeu às objeções. Segundo ele, as meias-luas defendiam-se conjuntamente, conforme a linha do recinto dos muros, sendo que algumas se destacavam dos próprios muros e da barbacã¹⁷⁶, potenciando mais segurança aquando do ataque do inimigo. Outras defendiam-se com os flancos legítimos ou com os flancos baixos que iam desde a frente das meias-luas até à barbacã¹⁷⁷. Sendo as meias-luas agudas permitiam uma defesa mais eficaz.

Luís Serrão Pimentel também propôs uma planta para a fortificação de Évora, constando de dez baluartes e uma obra corna. No lugar da cidadela, Pimentel projetou uma obra aberta para a praça, cuja defesa era menor¹⁷⁸. Defendia que o seu desenho tinha menor perímetro que o desenvolvido por Saint-Colombe, sendo também mais arrojado, por ser composto por baluartes reais. Para se defender, Saint-Colombe

fortificação de Évora, p. x; e **Documento 15**, Carta do Conde da Atouguia sobre a fortificação de Évora, p. xv-xvii, xix.

¹⁷² Embora persistissem entraves à urgente fortificação de Évora. Cf. *Idem*, **Documento 14**, Carta do Conde da Atouguia sobre duas dúvidas que há para se dar início à fortificação de Évora, p. xviii.

¹⁷³ Tornou-se patente de general de artilharia, em Espanha. Cf. Túlio Espanca, *Op. Cit.*, 1945, p. 74.

¹⁷⁴ Cf. Sousa Viterbo, *Op. Cit.*, vol. III, pp. 11-12; Cf. **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 1**, Documento do P. João Baptista de Castro sobre a Fortificação de Évora; e **Documento 16**, Resposta Apologética do Tenente General Pedro de Santa Colomba em defesa da sua planta de Évora ao papel de Luís Serrão Pimentel Lente de Matemática, p. v, xx-xxix.

¹⁷⁵ Segundo o tratadista, a planta era indigna: o perfil estava incorreto; o próprio fosso não tinha profundidade suficiente, e as meias-luas tinham pouca resistência. *Idem*, p. 12; *Idem*, pp. xx-xxix.

¹⁷⁶ Cf. **Anexo II – Glossário dos termos empregues no sistema abaluartado**, Barbacã, p. lxiii.

¹⁷⁷ Segundo Saint-Colombe, Tarragona estava fortificada de uma forma semelhante à sua planta e as suas meias luas eram resistentes. Cf. Sousa Viterbo, *Op. Cit.*, p. 14; e **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 16**, p. xx-xxix.

¹⁷⁸ “é de igual circuito menos setenta pés”, *Idem*, p. 17; *Idem*, p. xx-xxix.

elaborou uma memória justificativa¹⁷⁹, que expôs ao Conselho de Guerra e a D. Afonso VI, alegando os seus pontos de vista sobre aquela planta que considerava absurda¹⁸⁰. A excessiva despesa e o esforço que implicaria não justificavam o projeto¹⁸¹. E uma vez que o fosso era estreito para o ângulo das meias-luas e largo para as espaldas¹⁸², não compreendia como se podia defender com sucesso a fortificação¹⁸³. Além disso, os baluartes da planta de Pimentel não se poderiam aceitar por terem desproporções evidentes, de acordo com Saint-Colombe¹⁸⁴.

Apesar da controvérsia, Pimentel conseguiu que a sua planta fosse aprovada pelo Conselho de Guerra, e sob a direção de **Mr. Silincourt** (engenheiro muito entendido em arquitetura militar) retomaram-se as retificações e levantamentos de terras dos redutos, em cumprimento do Decreto de 4 de maio de 1660, o qual proclamava a necessidade de Évora ser fortificada urgentemente¹⁸⁵.

Apesar de a planta de Pimentel ter sido sujeita a bastantes alterações – no caso da cidadela em particular -, e de estar incompleta, deu as diretrizes definitivas para a fortificação da cidade de Évora. Assim, no final de 1660 veio expressamente para a praça dar cumprimento a estas ordens o general de artilharia Pedro Jaques de Magalhães, e na carta da rainha regente para a Câmara¹⁸⁶ temos conhecimento que de Lisboa marchava o terço do comando do mestre de campo Jerónimo de Mendonça, para auxílio dos trabalhos da fortificação, e que o Conde de Atoguia lhe iria fornecer alojamento e pão de munição. Entretanto, encontrava-se em Évora o Conde **Frederico Armando de Schömberg**¹⁸⁷, que a 19 de março do mesmo ano, elaborou uma carta para a Câmara a agradecer a D. Pedro de Opessinga o cuidado e a diligência que tinha nas obras de defesa.

¹⁷⁹ Segundo ele, a planta da fortificação de Pimentel tinha 26932 números de braças (cada uma equivalente a 2,2m), e a sua 13629, entrando em contra-senso com Pimentel. *Idem*, p. 18; *Idem*, p. xx-xxix.

¹⁸⁰ Afirmava que era uma planta indigna para alguém que havia estudado Matemática, e que, além disso, era uma cópia da planta de Nicolau de Langres. *Idem*, p. 17; *Idem*, p. xx-xxix.

¹⁸¹ O perfil representado na planta de Pimentel constava de um muro de 30 pés de altura, de paraiteito com 24 de grossura e 6 de altura por dentro, com a linha superior inclinada ao pé da contra-escarpa, e o terrapleno do *romparte* de 22 de altura, o que seria uma despesa supérflua da qual resultaria a ruína da praça. Dogen havia notado isso em Mastrique e em Breda, que se perderam por demasiada altura dos rampartes ou terraplanos. *Idem*, p. 18; *Idem*, p. xx-xxix.

¹⁸² Cf. **Anexo II – Glossário dos termos empregues no sistema abaluartado**, Espalda, p. lxviii.

¹⁸³ Cf. Sousa Viterbo, *Op. Cit.*, vol. III, pp. 17-18.

¹⁸⁴ Na Porta de Machede uma das frentes tinha 390 pés (cada pé equivale a 30 cm) e a outra 365 medidas, e os flancos tinham 90 pés; o baluarte que fez nos Padres da Companhia tinha 210 pés de frente, um flanco de 130, e outro de 160. Pôs ainda outro baluarte com 150 pés de frente entre os Padres da Companhia e S. Bartolomeu, sendo os flancos de um maiores que as frentes dos outros. Cf. **Anexo I - Transcrição de Documentos, Documento 16**, p. xx-xxix.

¹⁸⁵ Cf. Túlio Espanca, *Op. Cit.*, 1945, p. 76.

¹⁸⁶ Datada de 10 de março de 1660. Cf. **Anexo I - Transcrição de Documentos, Documento 15**, p. xix.

¹⁸⁷ Enviado pelo Marechal de Tiunnere, com o objetivo de auxiliar o exército português. Segundo o Coronel Fernandes Henriques, ele seria um homem extremamente competente. Cf. Documentário D. Afonso VI – O Vitorioso, dir. Prof. Joaquim Veríssimo Serrão, vol. XXIII, 2007.

Mais tarde, cederam-se mais de 12.000 cruzados para a rápida fortificação de Terena e de Monsaraz, praças que defendiam Évora e que se julgou estarem ameaçadas pela invasão de D. João da Áustria, iniciada em maio desse ano¹⁸⁸.

A 7 de agosto de 1660, nomeou-se para assistente das fortificações da cidade, pelo seu conhecimento das fortalezas do Alentejo, o mestre de campo **Agostinho de Andrade Freire**¹⁸⁹, encontrando-se aqui aquartelados o Marquês de Marialva, o Conde de Schömberg e, Pedro Gomes Pereira como engenheiro dirigente dos trabalhos¹⁹⁰.

A 19 de setembro do mesmo ano foi nomeado governador das armas da província o Conde de Mesquita, que trouxe o engenheiro **Diogo Pardo de Osório**, discípulo de Pimentel, e que assistiu aos trabalhos durante três anos, juntamente com **Francisco Pardo de Osório**, também discípulo de Pimentel¹⁹¹.

Em abril de 1664, D. Afonso VI, em missiva para o Conde de Castelo Melhor, autorizou que, para o rápido andamento dos trabalhos militares, se aplicassem todos os dinheiros existentes nos depósitos da cidade, incluindo algum do cofre dos órfãos, o qual seria restituído à consignação da verba dos reais de água. Mas, em julho, as obras quase pararam por falta de trabalhadores e após demoradas consultas oficiais, o Conde de Castelo Melhor sugeriu a aplicação do Artigo 13.º sobre as fazendas dos ausentes, das Capitulações que a Câmara e o Cabido fizeram com o Conde do Prado. Fez-se uma coleta sobre os proprietários com rendimentos suburbanos, que estavam até então isentos da contribuição¹⁹².

Em 1665 voltou a Évora como examinador da fortificação o autor do projeto em risco, Luís Serrão Pimentel¹⁹³, a convite do general D. Sancho Manuel, o qual, aproveitando os levantamentos ordenados por D. João da Áustria e os redutos já feitos pelos engenheiros Silicourt e Victório Antóni Ache, deu novo incremento às obras, nas quais deixou um discípulo seu.

O futuro monarca, D. Pedro II insistiu na conclusão dos baluartes e na conservação do que estava por acabar, sendo as obras de fortificação custeadas por ele, contribuindo a cidade apenas com o imposto criado voluntariamente. Logo a 21 de

¹⁸⁸ Cf. Túlio Espanca, *Op. Cit.*, 1945, p. 77.

¹⁸⁹ Agostinho de Andrade Freire daria incentivo ao avanço dos trabalhos na fortificação. Cf. **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 18**, Carta sobre a fortificação de Évora, p. xxxi.

¹⁹⁰ Cf. *Idem*, **Documento 17**, Carta do Rei sobre a brevidade da obra na fortificação de Évora, p. xxx.

¹⁹¹ Cf. *Idem*, **Documento 21**, Decreto da patente de ajudante de Fortificação a Francisco Pardo de Osório, p. xxxv.

¹⁹² Cf. Túlio Espanca, *Op. Cit.*, 1945, p. 78.

¹⁹³ Cf. **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 22**, Luís Serrão Pimentel desenha a fortificação de Évora, p. xxxvi.

agosto do mesmo ano, D. Pedro incumbiu D. Domingos de Gusmão, arcebispo da diocese, e D. Diniz de Melo e Castro, Conde das Galveias e Mestre de Campo General, como superintendentes dos trabalhos recomeçados. Em 26 de outubro de 1680, nomeou-se por carta patente como técnico de engenharia militar e assistente permanente da fortificação de Évora o já referido D. Diogo Pardo Osório, com o posto de sargento-mor¹⁹⁴.

Mostrando as suas referidas intenções, em 1682, D. Pedro II mandou que se redigisse um *Regimento para as Fortificações de Évora*¹⁹⁵. As próximas páginas baseiam-se na análise desse importante documento, onde o príncipe regente demonstra a vontade de defender os moradores de Évora, fortificando-a, para a qual se contribuía física e monetariamente¹⁹⁶.

A superintendência das obras estava a cargo do já referido arcebispo da cidade, D. Domingos de Gusmão, tendo sobre elas a mesma jurisdição que tinha o Governador das Armas nas fortificações¹⁹⁷. Desta forma, o arcebispo tinha quatro funções principais: conferir se as obras eram realizadas no tempo devido, cautelosamente e devidamente ajustadas com a planta do engenheiro; realizar despachos dando aos engenheiros dinheiro pelas obras na forma dos contratos; elaborar mandados para que o tesoureiro tomasse conhecimento do que se despendia nas obras; e informar D. Pedro II do que seria necessário fazer de seguida, através da Junta dos Três Estados¹⁹⁸.

O tesoureiro¹⁹⁹ era eleito pelos oficiais da Câmara para servir três anos. No fim desse período, tinha de dar conta na Contadoria Geral de Guerra, e lembrar o vedor de quais os provimentos necessários, num tempo devido, para que não houvesse falta de nada durante as obras.

¹⁹⁴ Cf. Túlio Espanca, *Op. Cit.*, 1945, p. 79.

¹⁹⁵ Cf. **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 25**, *Regimento para a Fortificação da cidade de Évora*, pp. xli-xxvii.

¹⁹⁶ Deveria contribuir-se com um real imposto no pescado e mandar-se aplicar o “*real dagoa das fortificações do reyno os sobejos dos estanques de papel, pólvora, e munição, e sal*”. *Idem*, fl. 239, pp. xli-xxvii.

¹⁹⁷ “*No tocante a este particular hande estar a ordem do ditto Arcebispo o Governador daquela praça, e mais officiaes da melícia della, o corregedor provador, juis de fora, officiaes da camara e de justiça, e todos farão dar comprimento as ditas ordens sem embargo de quaisquer leys, regimentos, e ordens que o contrario disponhão por assim convir meo serviço*”. *Idem*, fl. 239, pp. xli-xxvii.

¹⁹⁸ *Idem*, fl. 239-239v, pp. xli-xxvii.

¹⁹⁹ “*Pessoa ricca e abonada*”. *Idem*, fl. 240, pp. xli-xxvii.

A Câmara nomeava também um escrivão²⁰⁰ da receita e despesa dos negócios da fortificação. Mas para os trabalhos extraordinários era necessário um apontador²⁰¹, nomeado pelo arcebispo.

D. Pedro II nomeou um vedor²⁰² para tratar dos negócios da fortificação. O provimento era de três anos, como era usual em ofícios afins. Acabado o tempo, o arcebispo informava D. Pedro II sobre o procedimento do vedor²⁰³, através da Junta dos Três Estados. Ele poderia continuar no cargo ou poder-se-ia optar pela eleição de outra pessoa. Pertenciam-lhe funções importantes, tais como: o expediente do negócio da fortificação e sua despesa; passar as ordens necessárias para que nas praças públicas da cidade se apregoassem as obras de empreitada; assinalar o tempo da arrematação e assistir à mesma; ser vigilante e cuidadoso a inspecionar as obras que se faziam e ver se estas corriam como estava expresso nos contratos e plantas. Também competia às suas funções, mandar comprar os materiais necessários às obras; aprovar os preços fixados pelos mesmos e dar os despachos para os pagamentos; averiguar se o apontador procedia devidamente, inspecionando o Livro do Ponto sempre que lhe parecesse necessário; averiguar ainda se o tesoureiro e o escrivão cumpriam as suas obrigações, dando sempre conta ao arcebispo para que havendo que emendar irregularidades, se mandasse castigar quem não cumprisse²⁰⁴.

Existiam cinco livros²⁰⁵ essenciais à fortificação: um para a receita e despesa do tesoureiro; outro para a ementa com os empreiteiros e outras pessoas que fizessem obras na fortificação; o que incluía os contratos do registo de fianças; o do registo dos mandados e ordens; e um para o ponto dos oficiais que trabalhassem de empreitada. Estes livros, cada um com o seu respetivo título, eram numerados e assinados²⁰⁶ pelo vedor. Infelizmente, não se conhecem exemplares destes livros.

²⁰⁰ “Sujeito de autoridade, e capaz”. *Idem*, fl. 240, xli-xlvi.

²⁰¹ “Pessoa de cuidado, e intelligencia, e bem procedida, por ser este officio de muita confiança”. *Idem*, fl. 240.

²⁰² “Pessoa de autoridade, respeito, e intelligencia”. *Idem*, fl. 239v, xli-xlvi.

²⁰³ Caso ele não tivesse procedido bem, além de correr o risco de não ser eleito novamente, não teria salário. *Idem*, fl. 239v, xli-xlvi.

²⁰⁴ *Idem*, fl. 239v, pp. xli-xlvi.

²⁰⁵ “Do tamanho, que parecerem necessarios”. *Idem*, fl. 240v, pp. xli-xlvi.

²⁰⁶ “Com seos enseamentos no fim das folhas, que cada hum tiver”. *Idem*, fl. 240v, pp. xli-xlvi.

As obras faziam-se por arrematação de preços certos por braças, o que significa que os mestres punham por sua conta todos os materiais²⁰⁷, exceto a cal, que se dava por conta da Fazenda Real, para que não houvesse o risco de se gastar desnecessariamente. Estas arrematações faziam-se na presença do arcebispo, do vedor e do engenheiro, procedendo-se à explicação da planta: alturas, grossuras e escarpes.

O empreiteiro assentava a pedraria dos ângulos da fortificação. Davam-se-lhe os alicerces abertos, cujas alturas o vedor fazia tomar pelo engenheiro e escrivão, antes de se começar a parede, pela incerteza que se teria do vão dos alicerces para com a pedra ou o cascalho em que assentava a obra. Deste modo, o escrivão assentava no Livro da Ementa, no título do empreiteiro, os vãos que tocassem na pedra ou cascalho, a fim de se conferir ao tempo da medição da obra. Além disso, declarava-se na arrematação que os empreiteiros seriam obrigados a deixar a obra segura, sendo medida devidamente.

A planta estava em poder do vedor, tendo os empreiteiros uma cópia dela para poderem seguir com as obras.

O arcebispo superintendente visitava as obras sempre que pudesse, enquanto o vedor fazia as suas visitas com muita cautela, a fim de inspecionar tudo o que achasse necessário e o engenheiro assistia todos os dias às obras. Se considerassem que os empreiteiros não estavam a cumprir o contrato e a própria planta, davam conta ao arcebispo para que as fizesse emendar à custa dos próprios empreiteiros²⁰⁸.

Quando se acabava algum baluarte ou cortina, o engenheiro fazia a sua medição com a assistência do arcebispo, vedor, escrivão e mestres da obra.

Os fossos abriam-se por empreitada, com o objetivo de se deitar a terra nos terraplenos ou esplanadas. Para tal, as pessoas que neles trabalhavam dividiam-se em esquadras. O engenheiro assinalava o terreno que cada uma iria trabalhar²⁰⁹e, quando

²⁰⁷ “Os materiaes que se comprarem para as ditas obras hande ser por ordem do arcebispo, e intervenção do vedor fazendosse relações deles com toda a destinação e clareza das qualidades, quantidades e pezo”. *Idem*, fl. 243v, pp. xli-xlvi.

²⁰⁸ *Idem*, fl. 242, pp. xli-xlvi.

²⁰⁹ “Para a medição deichão balizas que, depois de feita a medição pello engenheiro em orezença do vedor e escrivão de fortificação mandarão derrubar as ditas balizas passando certidão o escrivão assinada por todos a cada hum dos cabos do que importa a sua medição avaliando lhe o engenheiro os preços por que se deve pagar cada pé cubico conforme a qualidade do tempo, e distancia, em que deitarem os terraplenos declarando se nella quantos pés, omportou a quantia, que monta o sitio em que se fes a empreitada, que foi na face travéz ou cortina, de tal baluarte que olha pera tal baluarte, e que a terra se deitou em terrapleno, ou esplanada de tal parte, ou ficou a pedra no mesmo foço pera as obras da muralha ou fornos da cal na forma, que pello engenheiro for ordenado”. *Idem*, fl. 242v, pp. xli-xlvi.

saíam algumas pedras das empreitadas dos fossos que podiam servir para a muralha e fornos da cal, punham-se em arrecadação por receita e eram avaliadas²¹⁰.

Apesar deste *Regimento* trazer novas leis essenciais ao avanço das obras na fortificação, a verdade é que em 1690 ainda esta estava por acabar. A 1 de março de 1692, pela nomeação de Tristão Guedes de Queirós como governador da cidade, D. Pedro II no respetivo *Regimento*, ordenou o prosseguimento da obra do presidio, com o auxílio do Senado e do povo²¹¹. Mas, por falta de verba, as obras pararam e os fortins e baluartes, alguns inacabados e sem artilharia, principiaram a desagregar-se. Foi neste estado que rebentou a belicosidade do rei, intervindo, diretamente, na Guerra da Sucessão de Espanha.

D. Simão da Gama, arcebispo de Évora, investindo juridicamente como superintendente das fortalezas no posto de Governador das Armas, escreveu ao Juiz e Senado da Câmara, em 23 de maio de 1704, informando que na cidade faltava tudo para a sua defesa. Informa ainda que recebera uma carta do novo governador de Évora, D. Luís César de Meneses, datada de 31 do anterior mês, que estando as tropas do Príncipe de Tily e do Duque de Brunswick às Portas de Portalegre e saqueando a província, o sargento-mor de engenharia Manuel Borges da Fonseca, pediu ao governador que defendesse Évora até ao último extremo - referia: *“fazendo-lhe lembrar ao útil da conservação de hua tam importante Cidade, e o gravemente que se acha destituída, assim nas obras novas por falta de terraplenos, como na ruína das antigas. Reconheço tanto as obrigações em que estou a tao nobre Côrte que não somente a amo como pátria, mas todo o mais possível, e tudo o que estiver em mim e depender da minha pessoa em todos os seus particulares não hey de faltar: e se a desgraça for tal que o inimigo se lhe aproxime, o menos com que desejo servilla he perder a vida em sua defesa”*²¹².

Deste modo, o Conselho de Guerra enviou a Évora alguns engenheiros, dos quais se destacam **Manuel de Azevedo Fortes**, José Vieira e José Gomes de Macedo, discípulos da Aula de Fortificação. Estes apenas visitaram os redutos, pois havia falta de dinheiro, o auxílio da Câmara era pouco e apenas com promessas do monarca a obra não progredia. Só com D. João V se aplicaram alguns milhares de cruzados nos

²¹⁰ *Idem*, fl. 243, pp. xli-xlvii.

²¹¹ Cf. **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 26**, Trespelado da ordem da Junta dos Três Estados sobre a defesa da cidade de Évora, p. xlviii.

²¹² Cf. Túlio Espanca, *Op. Cit.*, 1945, p. 81.

baluartes novos. Por volta de 1737, por determinação da Corte, uma junta de oficiais de infantaria que serviam de engenheiros e ajudantes da Aula de Fortificação do reino, inspecionaram as defesas de Évora: Filipe Carneiro de Alcáçova, Carlos José Charpentier, Filipe J. Gavaux e Frederico Jacob Weinholtz.

Em junho de 1759, com complacência do Senado, a praça que estava aberta e não tinha governador de propriedade. A fortificação inacabada era agora nos fossos, barbacãs e fortes um extenso recinto de sementeira, e se a obra foi posteriormente dada como concluída, perdeu-se pelo desinteresse do Conselho de Guerra, que a terá desartilhado e fugido aos encargos da manutenção de guarnição permanente, vindo a arruinar-se nos princípios do século XIX.

Apesar de todo este historial, são apenas oficialmente conhecidos três projetos de fortificação para a cidade de Évora: a planta publicada por **Allain Manesson Mallet**²¹³, em 1671-1672 na obra *Les Travaux de Mars*, ou la Fortification Nouvelle Tant Reguliere, qu'Irreguliere²¹⁴; a planta de **Coquart**, datada de 1705; e a planta de **Nicolau de Langres**, que nos foi dada a conhecer por Gastão de Melo Mattos, em 1941, na sua obra *Nicolau de Langres e a sua obra em Portugal*²¹⁵.

O projeto de Mallet apresenta uma composição de sete baluartes atacados à muralha antiga, uma obra avançada nos Telhais – S. Sebastião e Remédios –, dois baluartes destacados – Santo António dos Penedos com uma contraguarda – e um redente. A barbacã é fielmente representada, e num curioso panorama da cidade em cima a ornamentar a carta, verifica-se que as obras de fortificação estavam bastante atrasadas quando se tirou o apontamento do natural – antes de 1663 talvez.

²¹³ Intitulava-se engenheiro dos campos e exércitos do Rei de Portugal, e engenheiro-mor de artilharia. Serrão Pimentel advertiu-nos que esse posto não existia em Portugal. Considerou ainda que tinha sido um enorme desaforo Mallet ir publicar por estampa, em França, que havia fortificado Évora, Estremoz, Arronches, Ferreira, entre outras, começando ele a servir a 14 de Fevereiro de 1667, fortificando-se as ditas praças há já muitos anos, recorrendo-se à assistência de engenheiros portugueses. Cf. Luís Serrão Pimentel, *Op. Cit.*, pp. 464-465.

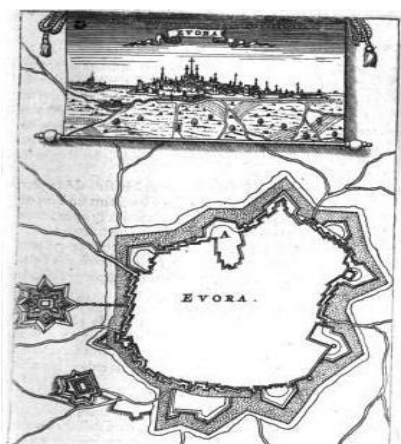
²¹⁴ Cf. Allain Manesson Mallet, *Les Travaux de Mars, ou la Fortification Nouvelle Tant Reguliere, qu'Irreguliere*, Paris, J. Hénault & C. Barbin, 1671-1672.

Disponível em

http://books.google.pt/books?id=YK0WAAAAQAAJ&printsec=frontcover&hl=ptPT&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false (consultado a 22 de abril de 2012).

²¹⁵ Cf. Gastão de Melo Mattos, *Nicolau de Langres e a sua obra em Portugal*, Lisboa, 1956.

Ilustração 1 – Planta da Fortificação de Évora



(Fonte: AllainMallet, *Les Travaux de Mars ou la Fortification Nouvelle Tant Reguliere, qu'Irreguliere*, 1671-1672.)

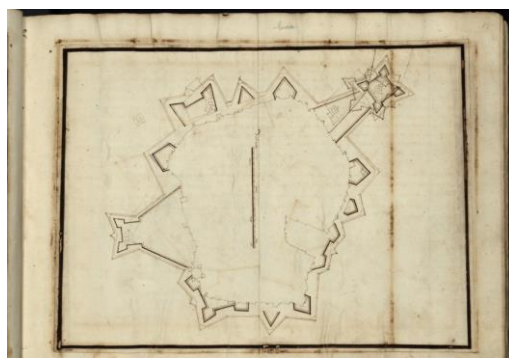
Ilustração 2 – Planta da Fortificação de Évora



(Fonte: Coquart, 1705)

O projeto de Coquart é em tudo semelhante ao de Mallet, apresentando os mesmos baluartes. Sendo posterior, vem confirmar que a fortificação não foi alterada entretanto. Mas o de Langres é um trabalho notável de ciência militar²¹⁶. Compõe-se de duas vastas obras cornas – S. Brás e Santo António -, e outra menor englobando o Mosteiro dos Carmelitas; cinco baluartes completos, uma frente abaluartada (que protege as cercas da Universidade e da horta dos Duques de Cadaval), três meios baluartes e dois redentes.

Ilustração 3 - Planta da Fortificação de Évora



(Fonte: Nicolau de Langres, c. 1660, publicada em 1941 por Gastão de Melo Mattos, na obra *Nicolau de Langres e a sua obra em Portugal*)

²¹⁶ Pertenceu ao Conde de Castelo Melhor e foi tomado nos despojos da batalha do Ameixal, como sugere Gastão de Melo Mattos, *Idem*, p. 4.

Alguns dos elementos desta última planta foram aproveitados pelos engenheiros portugueses e pelos próprios castelhanos. Contudo, a obra elaborada, embora muito mutilada²¹⁷, revela-se diferente, o que comprova que o projeto definitivo e executado foi o de Luís Serrão Pimentel²¹⁸. De Langres, apenas sabemos que realizou o Forte de Santo António, o Baluarte do Príncipe, fundado pelo marechal D. Teodósio, em 1651, e robustecido no século XVIII, e provavelmente, o Baluarte do Conde de Lippe, por ser tipologicamente muito semelhante ao anterior. Este engenheiro não terá tratado os baluartes da cidadela, pois fogem do plano defensivo adotado²¹⁹.

Dos projetos retratados, e já após as campanhas da Restauração, em 1668-69, a cidade de Évora apresentava-se aos visitantes, em termos de baluartes defensivos, na forma como está apresentada por Pier Maria Baldi, na **Ilustração 4**. Esta mostra uma fortificação imponente, mas inacabada²²⁰.

Ilustração 4: Gravura da cidade de Évora, por Pier Maria Baldi



(Fonte: Lorenzo Magalotti, *Viaje de Cosme de Médicis por España y Portugal* [1668-69]²²¹)

Desta primeira Parte conclui-se que, a Fortificação Abaluartada se expandiu graças à proliferação das Escolas Italiana, Flamenga e Francesa. Esta última influenciou nitidamente Portugal que, durante a Guerra da Restauração recorreu ao serviço de

²¹⁷ Cf. o **Ponto 2.1** do **Capítulo II**: “O reforço abaluartado no período moderno em Évora – dos projetos ao traçado efetivo”, pp. 66-80.

²¹⁸ Infelizmente, não possuímos qualquer registo da planta de Luís Serrão Pimentel, além da memória justificativa de Saint-Colombe, onde este engenheiro critica algumas das características apresentadas na sua planta. Contudo, mesmo essa planta, tendo sido aprovada pelo Conselho de Guerra, sofreu alterações posteriores, tal como já afirmámos. Deste modo, apenas podemos reconhecer as suas características pelos registos recentes e pelo que se observa atualmente no Conjunto Abaluartado de Évora.

²¹⁹ Cf. Túlio Espanca, *Op. Cit.*, 1045, p. 82; Sousa Viterbo, pp. 62-63.

²²⁰ Cf. as outras gravuras do mesmo autor nos **Anexo VI – Desenhos**, **Desenho 10**, **11** e **12**, pp. cxxxi-cxxxii.

²²¹ Cf. Lorenzo Magalotti, *Viaje de Cosme de Médicis por España y Portugal* (1668-1669), Madrid, Sucesores de Rivadeneyra, Gravura XLVIII. Disponível em <http://purl.pt/12926/1/P1.html>.

muitos engenheiros franceses para a conceção das fortificações das praças de 1.^a e 2.^a linha. Porém, com Serrão Pimentel, surgiu a formação de engenheiros militares de acordo com os preceitos do *Método Lusitânico*. Este trabalho, juntamente com o de Azevedo Fortes, *O Engenheiro Portuguez*, veio afirmar a existência de uma formação portuguesa autónoma no domínio da Engenharia militar.

Apesar de termos conhecimento sobre a existência de vários projetos para Évora, apenas chegaram até nós três, graças à sua respetiva preservação.

CAPÍTULO II

A DEFESA DA CIDADE DE ÉVORA – O CRESCIMENTO DA MALHA URBANA E DA MURALHA

Na segunda Parte deste trabalho faz-se uma breve contextualização da evolução da cidade, cuja muralha, sob o domínio árabe na cidade, foi reconstruída seguindo o traçado do muro romano-godo da Antiguidade²²². Durante os séculos XI e XII Évora cresceu para fora da primeira cintura de muralhas, originando arrabaldes na zona extramuros. Mas em 1165 a expansão do burgo transbordou os limites fortificados, construindo-se um novo circuito de muralhas, concluído no século XIV²²³.

A partir do século XVI, adaptaram-se os antigos muros ao sistema abaluartado, cujo traçado efetivo descrevemos desde os seus Fortes, aos Baluartes e à adaptação das Portas antigas, dado que nenhuma é do período moderno.

Destacamos ainda o impacto da Guerra da Restauração na cidade de Évora, revelando os confrontos militares ocorridos na cidade, bem como as suas consequências no Conjunto abaluartado.

1 - Da cerca romano-goda à cerca fernandina

Évora possui duas cinturas defensivas de muralhas, das quais subsistem inegáveis vestígios.

Estrategicamente bem localizada, a cidade situava-se num ponto alto²²⁴ de separação de três bacias hidrográficas²²⁵ e simultaneamente no cruzamento de várias vias²²⁶, favorecendo a ocupação de povos e de civilizações²²⁷.

²²² Cf. Hermínia Vilar, Hermenegildo Fernandes. *O Urbanismo de Évora no Período Medieval*, pp. 1-2. Disponível em http://ww3.fl.ul.pt/unidades/centros/c_historia/Biblioteca/projectos/o_urbanismo_de_Evora.pdf (consultado a 17 de dezembro de 2011).

²²³ Cf. *Época Medieval*. Itinerários Históricos de Évora.

Disponível em http://www2.cmevora.pt/itinerarios/epoca_medieval.htm (consultado a 17 de dezembro de 2011).

²²⁴ Domina a paisagem quase por completo, com altitudes que podem oscilar entre os 200 m e os 400 m.

²²⁵ A que mais território ocupa na cidade, o Guadiana (são suas afluentes várias ribeiras que correm de noroeste para sudeste e desaguem na margem direita do rio - Degebe, Álamo, Azebel e Lucefece - embora a margem esquerda também receba a ribeira de Alcarache, proveniente de Espanha). Já o terço ocidental da cidade divide-se entre as bacias hidrográficas do Sado, a sul (para o qual correm o rio Xarrama, e as ribeiras de Odivelas, Alcáçovas, Marateca, entre outras), e do Tejo, a norte (para onde correm as ribeiras de Canha, Lavre, Divor, entre outras). *Idem*

²²⁶ Destacam-se os Itinerários de Antonino, com destaque para os itinerários: Lisboa (Olissipo) a Mérida (Emerita) por Alcácer do Sal (Salacia) e Évora (Ebora); Lisboa (Olissipo) a Mérida (Emerita) por Alter do Chão (Abelterium). Destacam-se ainda outros Itinerários, como o de Évora (Ebora) a Beja (Pace Iulia); Tomar (Selleum) a Évora (Ebora); Santarém (Scallabis) a Évora (Ebora); Idanha-a-Velha (Igaeditania) a Évora (Ebora); e Évora (Ebora) a Moura (Fines)

Apesar de se conhecer pouco sobre a sua estrutura urbana, durante o período romano, sabemos que detinha uma posição central relativamente ao atual aglomerado, ocupando a sua parte mais elevada. Era limitada por uma cintura muralhada de cerca de 1080m de extensão na qual se abriam quatro portas²²⁸, cuja localização, procurando adaptar-se às condições topográficas, à estrutura viária exterior e à organização urbana interior, não permite uma clara definição dos eixos estruturantes das cidades romanas – o cardo (eixo N/S) e o decumano (eixo E/W)²²⁹. Estas portas, estariam orientadas segundo os pontos cardeais e delas partiam duas vias que se cruzavam na acrópole, compreendendo o Templo Romano e a atual área da Sé.

A cerca muralhada, construída pelas civilizações romana, goda e árabe²³⁰, tinha uma forma quase retangular, sendo o seu lado oriental o mais irregular, dada a dificuldade de adaptação ao relevo.

O conhecimento da estrutura viária, que a partir das quatro portas desta cerca constituía os prolongamentos dos eixos interiores e assegurava a ligação da cidade a outros centros importantes²³¹, mostra a influência das antigas vias romanas na estrutura urbana futura²³².

Após a queda do Império Romano, Évora sofreu um longo período de domínio visigótico e árabe. Houve um reforço das fortificações romanas, manifestado quer pela grandeza do castelo godo-árabe²³³, quer pelas alterações e robustecimento de alguns troços da cerca romana que continuou a defender a cidade durante o período do Al-Andaluz²³⁴.

²²⁷ Cf. Maria Domingas Simplício, «Évora: origem e evolução de uma cidade medieval», in *Revista da Faculdade de Letras – Geografia 1.ª série*, vol. XIX, Porto, 2003, p. 365.

Disponível em <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/330.pdf> (consultado a 17 de dezembro de 2011).

²²⁸ Porta de D. Isabel, Porta da Praça Grande ou Selaria, Porta de Moura e Porta do Sol. Cf. Túlio Espanca, *Op. Cit.*, vol. VII, 1966, pp. 9-10.

²²⁹ No cruzamento desses dois eixos rasgava-se o Fórum. *Idem*, pp. 365-366

²³⁰ Esta cintura de muralhas é conhecida com o nome que a própria História conservou de *cerca velha*. É reforçada por várias torres de secção quadrada, circular e poligonal, sendo rompida por várias portas posicionadas sobre alguns dos principais eixos viários.

²³¹ Cf. **Anexo V - Plantas, Planta 18**, Planta da cidade romana, adaptada pelo Plano Diretor de Évora, p. cvii.

²³² De antigos caminhos exteriores, aquelas vias transformaram-se em ruas principais quando a cidade, no seu crescimento, extravasou a cerca primitiva. Cf., *Idem*, **Planta 19**, Planta da cidade de Évora no século XIV; e **Planta 20**, Cerca antiga, cerca nova e fortificações modernas, pp. cvii-cviii.

²³³ Localizado no extremo noroeste da área fortificada, no espaço das ruínas do Convento do Salvador – próximo da Porta Nova e da Praça do Sertório. Cf. Túlio Espanca, *Op. Cit.*, vol. VII, 1966, p. 6

²³⁴ Testemunhando esta época ficaram muitos topónimos árabes, nomeadamente nos nomes das ruas e o uso tradicional da taipa e do adobe nas construções populares. Temos a descrição de Edrici, que mencionou a cidade de ‘Yábura’ no início do século XII – “*Esta última cidade é grande e bem povoada. Cercada de muros, possui um castelo e uma mesquita catedral. O território que cerca é de fertilidade singular. Produz trigo, gado e toda a espécie de frutos e legumes. É uma região excelente onde o comércio é próspero, quer em objectos de exportação, quer em objectos de importação*”. Cf. António Borges Coelho, *Portugal na Espanha Árabe*, Lisboa, Seara Nova, 1972, vol. I, p. 69.

O espaço urbano da cidade muçulmana estava dividido em duas partes distintas: a alcáçova ou castelo, situada a leste e correspondendo a cerca de 1/8 da área total, e a medina, ou cidade propriamente dita, ocupando o espaço restante²³⁵.

Deste modo, a área urbana intramuros era constituída pelos arrabaldes diferenciados pelas suas comunidades e localizados a norte – o moçárabe de S. Mamede -, a oeste – o judeu – e a sul, junto à Porta de Moura – o muçulmano. A distinção espacial da cidade que acabámos de descrever iria lançar as bases sobre as quais assentou o desenvolvimento da urbe cristã²³⁶.

A influência muçulmana no traçado urbano de Évora sobrepôs-se à organização da antiga cidade romana²³⁷, e embora quase todo o espaço intramuros apresente um traçado irregular, na área onde a influência islâmica perdurou – a mouraria -, esse carácter é mais evidente, dominando as ruas estreitas e de direção irregular, com bruscos alargamentos e súbitas mudanças de orientação.

Quando Giraldo Sem Pavor conquistou a cidade e a integrou na coroa de D. Afonso Henriques, Évora conheceu um novo período de desenvolvimento e reforçou a sua posição na rede urbana do país.

A crescente importância da cidade conduziu a movimentos migratórios em direção a Évora, obrigando ao desenvolvimento da área extramuros. De facto, a malha urbana do interior da *cerca velha* foi, progressivamente completada, e a limitação do espaço levou à instalação, fora dos primitivos muros, de alguns Conventos, nomeadamente o de S. Francisco e S. Domingos, no século XIII²³⁸.

Progressivamente, a estrutura urbana foi-se definindo, acentuando-se a importância das principais praças públicas – Praça do Giraldo (primitivo Rossio) e Largo das Portas de Moura – e do eixo de ligação destas entre si aos referidos Conventos²³⁹.

As antigas estradas de ligação ao exterior começaram a ser vias urbanas, desenvolvendo-se em seu redor quarteirões de dimensões e estruturas regulares, com

²³⁵ *Idem*, p. 69

²³⁶ Cf. Maria Domingas Simplício, *Op. Cit.*, pp. 366-367.

²³⁷ Aliás, Orlando Ribeiro defendeu que a própria Rua da Selaria (atual Rua 5 de Outubro), mantendo aproximadamente a posição de decumano, passou a apresentar, a par de um rigoroso alinhamento, o traçado sinuoso e largura variável característicos do traçado muçulmano. Cf. Orlando Ribeiro, “Évora. Sítio, Origem, Evolução e Funções de uma Cidade”, in *Estudos em Homenagem a Mariano Feio*, Lisboa, 1986, p. 384.

²³⁸ Cf. João Luís Inglês Fontes, *Cavaleiros de Cristo, Monges, Frades e Eremitas: Um Percurso Pelas Formas de Vida Religiosa em Évora Durante a Idade Média (Sécs. XII e XV)*, p. 43; Ângela Beirante, *Évora na Idade Média*, Lusitânia Sacra, 2.ª série, 17, 2005, pp. 93-95.

²³⁹ Este eixo era constituído pela Rua da Porta Nova (atual Rua Elias Garcia), Rua Ancha (atual Rua João de Deus), Rua do Paço (atual Rua da República) e Rua dos Infantes (atual Rua Miguel Bombarda). Cf., **Anexo V - Plantas, Planta 19**, Planta da cidade de Évora no século XVI, p. cvii.

uma tipologia urbanística característica²⁴⁰. Mas apesar desta relativa regularidade dos quarteirões, o processo de expansão urbana não ocorreu de forma planificada. Foi a partir das portas existentes, e integrando na estrutura urbana os antigos caminhos, que se foram constituindo os novos sectores urbanos.

A cidade constituía-se agora pela cidadela, contida dentro da muralha romano-goda, onde o centro urbano começou, e pela periferia, de expansão livre, formando os arrabaldes até meados do século XIV, quando a construção de uma nova cerca possibilitou a sua integração na cidade²⁴¹.

Com efeito, a extensão dos sectores urbanos situados fora da *cerca velha* tornou necessária a construção de uma nova cintura de muralhas²⁴². Esta foi iniciada por volta de 1350, no reinado de Afonso IV, prolongando-se a sua edificação por aproximadamente um século, ficando concluída no reinado de D. Afonso V – cerca de 1440. Segundo Túlio Espanca, a designação de muralha fernandina deve-se ao maior incremento da sua construção durante o reinado de D. Fernando, uma vez que cerca de 15 a 20 torres datam do seu período²⁴³. Por ordem deste monarca, foi aberta e destruída parte da *cerca velha* para utilizar os materiais na nova muralha, ficando a cidade desprotegida, pelo que foi necessário acelerar a construção dos novos muros.

A nova estrutura envolvia a *cerca velha* exceto na parte leste²⁴⁴, onde as duas linhas coincidem, abrindo-se para o exterior pelas portas do Moinho de Vento²⁴⁵ e da Traição. Esta nova cerca era rodeada por fossos e barbacãs e reforçada por cerca de 35 a 40 torres de diferentes secções, uma vez que umas são redondas e outras quadrangulares. É descrita na legenda no *Plano do Recinto de Évora*, de 1856²⁴⁶,

²⁴⁰ Cf. CME, *Plano Diretor de Évora*, 1978/1979, relatório nº 28, pp. 1-6; também é relevante a obra do Prof. Jorge Gaspar, *A Área de Influência de Évora*, que marcou um rumo novo nos estudos da Geografia. Cf. Jorge Gaspar, *A Área de Influência de Évora*, Lisboa, Universidade de Lisboa – Instituto de Investigação Científica, 1981.

²⁴¹ Cf. Maria Domingas Simplício, *Op. Cit.*, p. 368.

²⁴² Denominada de *cerca nova* ou fernandina. Foi reforçada em alguns troços e, durante o século XVII por alguns baluartes. Cf. **Anexo I - Transcrição de Documentos, Documento 27**, Memória Paroquial da Sé de Évora, pp. xlix-l.

²⁴³ Cf. Túlio Espanca, *Op. Cit.*, 1945, p. 56.

²⁴⁴ Provavelmente por questões topográficas.

²⁴⁵ Esta Porta foi criada na base de um terrapleno executado para o efeito onde se situa o Jardim do Palácio de Cadaval. Este terrapleno foi adossado à cerca antiga. Na construção é visível o aproveitamento de materiais anteriores à sua construção, tendo sido subtraídos silhares graníticos com o objectivo de serem reutilizados no novo conjunto. A sua espessura é de cerca de 1,60m, tendo o arco redondo de granito um vão de 2,62m. O local da porta está reentrante em relação ao primeiro troço da muralha que lhe serve de protecção para o quadrante nordeste, com adarve (Cf. **Anexo II – Glossário dos termos empregues no sistema abaluartado**, Adarve, p. lx) e ameias, em troços rematados com repregas que permitiam a defesa do flanco da cortina seguinte. Cf. Miguel Pedroso de Lima, *O Recinto Muralhado de Évora: subsídios para o estudo do seu traçado*, Évora, Estar Editora, 1996, p. 41; Túlio Espanca, *Op. Cit.*, vol. VII, 1966, pp. 9 e 14.

²⁴⁶ Cf. **Anexo V - Plantas, Planta 21**, Plano do recinto de Évora, da extensão e indicação das freguesias, p. cix.

baseada nos elementos apresentados pelo padre Manuel Fialho, na sua obra *Évora Ilustrada*, de 1703²⁴⁷.

A cerca perdeu quatro portas: a do Moinho de Vento e a da Traição, com a edificação dos Colégios da Purificação e do Espírito Santo; a de Machede, com a construção do baluarte do mesmo nome; e da Mesquita²⁴⁸.

Com a construção desta nova cerca a cidade ficou protegida e delimitada. Évora apresentava-se como uma cidade muralhada, de planta rádio concêntrica²⁴⁹. Como polos secundários de desenvolvimento da expansão urbana estavam a, já referida, Praça do Giraldo e o Largo das Portas de Moura, bem como os elencados Conventos de S. Francisco e de S. Domingos. Também a Igreja de S. Mamede e a entrada do Aqueduto na cidade pela Rua do Cano terão tido um papel importante como polos de desenvolvimento urbano²⁵⁰.

Os espaços de circulação eram constituídos pelas ruas principais que irradiavam das portas da *cerca velha* – Avis, Lagoa, Alconchel²⁵¹, Raimundo²⁵², Mesquita, Mendo Estevens²⁵³ e Machede – e por um conjunto de ruas de menor importância designadas por travessas, que faziam a ligação às ruas principais.

²⁴⁷ “Comprehendia em tempo o ambito de 3452 passos na forma seguinte: da Porta de Aviz á do Moinho de Vento 416: d’esta á da Traição 154: d’esta á de Machede 262: d’esta á de Mendo Estevens 190: d’esta á da Mesquita 370: d’esta á do Rocio 370: d’esta á do Raymundo 488: desta á de Alcousel 300: d’esta á da Lagõa 532: e d’esta á de Aviz 370 passos”. Cf. Manuel Fialho, *Évora Ilustrada*, BPE, Cód. CXXX /1,8, Tomo I, fl.304-304v.

²⁴⁸ Cf. Miguel Pedroso de Lima, *Op. Cit.*, p. 39.

²⁴⁹ Cf. Maria Domingas Simplício, *Op. Cit.*, p. 369.

²⁵⁰ Cf. Ângela Beirante, *Évora na Idade Média*, Dissertação de Doutoramento em História, F.C.S.H. da Universidade Nova de Lisboa, 1988, p. 145.

²⁵¹ Pela sua posição em relação à entrada de ligação a Lisboa, a porta serviu de local para as recepções solenes a reis, príncipes, embaixadores, arcebispos, governadores e outras ilustres figuras. Além da sua importância militar, o próprio local possuía uma dignidade acrescida aos olhos da população. Sobre esta Porta existia a Ermida de Nossa Senhora da Ajuda, anterior a 1490. A Porta e a respectiva Ermida foram demolidas no dia 13 de Dezembro de 1867, por ordem do então Presidente da Câmara. Cf. **Anexo I, Transcrição de Documentos, Documento 29**, Portaria sobre a demolição de portas extintas na muralha, p. lii; Túlio Espanca, *Op. Cit.*, 1945, p. 63.

²⁵² Em cujas imediações se localizavam a Ermida de N^a Sr^a. da Orada, do século XIV; a Ermida de N^a. Sr^a. Dos Remédios, do século XVI; e a Ermida de N^a. Sr^a. Das Brotas, do século XVII. Cf. Miguel Pedroso de Lima, *Op. Cit.*, p. 49.

²⁵³ Desta Porta, dada como demolida, poderá ainda sobressair algum vestígio seu nos imóveis que hoje ocupam a sua localização, pois ao compararmos a planta de 1806 com a planta topográfica actual, percebemos que o local desta porta coincide com o do edifício privado que se situa no enfiamento principal da Rua Mendo Estevens. Junto a esta porta encontrava-se a Ermida de N^a. Sr^a. Da Cabeça, construída no século XVII. Cf. **Anexo V - Plantas, Planta 41 - Planta da cidade de Évora, 1806**, p. cxxi.

2– Da União Ibérica à Guerra da Restauração: reflexos em Évora

Entre 1580 e 1640 Portugal esteve sob o domínio castelhano, num período designado pela historiografia como «união ibérica». Com a morte de D. Sebastião²⁵⁴, Filipe II de Espanha surgiu em primeiro lugar na sucessão, com legitimidade, sendo aclamado nas Cortes de Tomar²⁵⁵ de 1580, como D. Filipe I de Portugal²⁵⁶.

A derrota da *Armada Invencível*, às mãos dos ingleses, originou o primeiro abalo do poderio espanhol, para além da consternação e descontentamento generalizado. Em 1593, o cardeal Alberto (governador em nome de D. Filipe I) abandonou Portugal, nomeando D. Filipe I uma junta de cinco governadores, presidida pelo Arcebispo de Lisboa, D. Miguel de Castro. Estes indivíduos eram, tendencialmente pró-espanhóis ou mesmo de origem castelhana. Mas nesse ano, morreu D. Filipe I, sucedendo-lhe o seu filho, D. Filipe II (III de Espanha), que, menos interessado na governação de Portugal, optou pelos ministros como fórmula governativa²⁵⁷. O seu reinado tendeu para o reforço do poder centralizado em Madrid, reduzindo autonomias. No caso português, os impostos aumentaram em 1611, levando ao empobrecimento da população, para além de serem nomeados cada vez mais indivíduos castelhanos para a administração pública, a par do apoio à aristocracia e uma série de medidas pouco populares, como a saída permitida de cristãos-novos do país. A partir de 1620-21, com a morte de D. Filipe II, surgiu o período da impopularidade castelhana, do Sebastianismo²⁵⁸ crescente e do agudizar da situação socioeconómica e política. O reinado de D. Filipe III (IV de Espanha) foi marcado pela administração do Conde Duque de Olivares, que nomeou para Portugal uma regência coletiva, mais tarde substituída por vice-reis. Apesar de reformista, Olivares não melhorou a imagem de Espanha em Portugal²⁵⁹. Com a

²⁵⁴ D. Sebastião morreu sem herdeiros ou irmãos em 1578; e D. Henrique, rei nesse ano, tinha 66 anos e sem descendência legítima, morreu em 1580. A união com Espanha foi inevitável. Cf. António de Oliveira, «Um rei que veio de Espanha», in *Memória de Portugal – o milénio português*, coord. Artur Teodoro de Matos, Lisboa, Circulo de Leitores, 2001, p. 306.

²⁵⁵ Ainda iniciadas pelo Cardeal D. Henrique.

²⁵⁶ Filipe I define um estatuto de governo para Portugal. Globalmente, satisfaz as classes privilegiadas, apoiando-as financeiramente, e garante uma autonomia administrativa para o País, sob o princípio de unidade na soberania com administração separada, assegurada, na metrópole ou nas colónias, unicamente por portugueses. Comprometia-se a abrir as fronteiras entre os dois países e a garantir fundos de solvência para os problemas do Reino. Criava, igualmente, um Conselho de Portugal para o acompanhar sempre, inteirando-se da situação do país. Cf. António de Oliveira, *Op. Cit.*, p. 306.

²⁵⁷ Em 1598-1618, nomeou o duque de Lerma; e em 1618-1621, o duque de Uceda.

²⁵⁸ Consiste numa crença, radicada num messianismo político, no regresso do rei D. Sebastião, desaparecido em circunstâncias misteriosas na Batalha de Alcácer Quibir. Esta crença exacerbou-se com a tomada do trono português por D. Filipe II de Espanha. Cf. AA.VV., *Nova Enciclopédia Larousse*, Lisboa, Circulo de Leitores, vol. 20, 1996, pp. 6280-6281.

²⁵⁹ Antes pelo contrário - as sucessivas guerras de Madrid na Europa custaram caro a Portugal, com impostos pesadíssimos, fuga dos cristãos-novos, mobilização de mancebos portugueses para essas guerras, diminuição da autonomia, desproteção das colónias (que foram desaparecendo, perigando mesmo o Brasil com os ataques e a

nomeação de vice-reis e funcionários espanhóis, a abolição da autonomia e recrutamentos constantes, o mal-estar generalizou-se.

A 21 de agosto de 1637 estalaram em Évora violentos motins, dos quais se destacou a *Revolta do Manuelinho*, também designada como as Alterações de Évora²⁶⁰. Foi um movimento de cunho popular que pré-antecedeu a Guerra da Restauração, questionando o aumento de impostos²⁶¹ (para acudir às operações no Condado da Catalunha²⁶²) e as difíceis condições de vida provocadas pela dinastia filipina. Aquando desta Revolta, Miguel de Vasconcelos²⁶³ enviou a Évora o Conde de Linhares com a incumbência de levar os magistrados a pedirem perdão a D. Filipe III e a levarem o povo a pagar o tributo, agora acrescentado. O povo revoltou-se novamente, na *Revolta das Janeiras*, em 1638. Perante tal atitude, Miguel de Vasconcelos mandou a Évora o corregedor Diogo Fernandes de Salema, acompanhado por tropas comandadas pelo Duque de Beja. Alvo de verdadeira repressão, o povo foi obrigado a pagar o tal imposto.

Aproveitando a deslocação de tropas e de atenções para a revolta da Catalunha, em 1640, alguns nobres e letrados portugueses revoltaram-se contra o domínio espanhol e a sua representante em Portugal, a duquesa de Mântua, e restauraram a independência de Portugal a 1 de dezembro de 1640 aclamando rei D. João, duque de Bragança, futuro D. João IV, pondo fim a 60 anos de domínio filipino²⁶⁴. A primeira preocupação do novo monarca e dos seus apoiantes foi consolidar o poder alcançado²⁶⁵. Deu ênfase às questões militares, pois esperavam-se ataques castelhanos, procedendo-se ao levantamento de todo o apoio logístico que as forças de Portugal iriam necessitar.

ocupação holandesa), e os fidalgos portugueses passam a depender dos rendimentos nacionais. Os motins surgem por todo o lado, com repressão espanhola - em 1629, no Porto e depois em Lisboa; em 1637, em Évora (alastrando pelo País, com dura intervenção espanhola), contra o pagamento da sisa para as tenças dos fidalgos.

²⁶⁰ Os principais responsáveis pelas *alterações de Évora* terão sido Sisnando Rodrigues - Juiz do Povo e Corregedor de Espadas - e João Barradas - Escrivão do Povo -, mas as ordens para o movimento apareceram assinadas pelo "Manuelinho", um pobre da popular cidade alentejana. Por ele surgiram assinados uns papéis que vinham ao encontro da alma do povo português, representando uma grande capacidade intelectual, poluindo uma linguagem profunda e perceptível, que expressava revolta. Cf. António Cruz, *Portugal Restaurado*. Porto, 1940; Cf. Documentário sobre D. Filipe III – O Grande, direção: Professor Doutor Joaquim Veríssimo Serrão, Filmes Unimundos, vol. XXI, 2007.

²⁶¹ Cerca de 20.000 cruzados, *Idem*.

²⁶² A Revolta da Catalunha, a 7 de junho de 1640 contra a política centralizadora do Conde Duque de Olivares, abriu a possibilidade de explorar a fraqueza dos espanhóis, dando esperanças aos portugueses.

²⁶³ Secretário de D. Margarida de Áustria. Duquesa de Mântua.

²⁶⁴ “Essa revolta (...) colheu de surpresa não só os representantes políticos de Filipe IV em Portugal, (...) mas também a própria monarquia espanhola. Para mais a rebelião catalã fizera reduzir os efectivos militares em Portugal. Talvez por isso, a resistência foi mínima e o sucesso do golpe revolucionário anunciado umas escassas horas. Fora apenas necessário tomar o paço real, dominando os seus diversos corpos de guarda, e anunciar o acontecido às demais instâncias políticas relevantes: arcebispado, Senado da Câmara de Lisboa, Casa da Suplicação”. Cf. Mafalda Soares da Cunha, «O significado da “Restauração”», in *Memória de Portugal – o milénio português*, coord. Artur Teodoro de Matos, Lisboa, Círculo de Leitores, 2001, p. 355.

²⁶⁵ Essa consolidação passava por iniciativas em vários domínios. Na ordem interna, D. João IV obteve legitimidade formal sendo reconhecido e prestado juramento perante as Cortes de Lisboa, logo em Janeiro de 1641. No plano diplomático, o envio de embaixadores a várias capitais europeias visou obter o apoio de outros monarcas.

Surgiram fábricas de pólvora, de salitre, de armas, de munições e arsenais²⁶⁶. Do Conselho de Guerra e da Junta dos Três Estados, fez-se a divisão em províncias, sendo a mais extensa a do Alentejo. Criaram-se novos comandos militares que pudessem adaptar-se a uma situação de guerra: criou-se o cargo de Tenente General de Artilharia, que respondia perante a Junta dos Três Estados, a Junta do Comércio e o Conselho Ultramarino; assim como os cargos de Governadores das Armas da Província do Alentejo. Todo este aparelho servia para apoiar e comandar o exército português²⁶⁷. D. João IV dividiu ainda as províncias em comarcas, sendo cada uma delas dividida em Companhias de Ordenanças com o respetivo capitão e o seu sargento-mor. Esta organização tinha por base o regimento de Ordenanças de D. Sebastião de 1570²⁶⁸. Era às Ordenanças que se ia buscar o exército de linha, ponto forte de toda a estrutura militar²⁶⁹. O governo do reino precaveu-se, preparando exércitos e dispondo os meios para custear o esforço de guerra²⁷⁰. Começou por assistir-se a campanhas esporádicas e inconsequentes, que a resistência portuguesa enfrentou sem grandes dificuldades.

A necessidade de defesa levou à adaptação das fortificações da linha de fronteira ao sistema abaluartado. Como Generalíssimo das Armas de todo o Reino, o príncipe D. Teodósio defendia a fortificação da cidade de Évora, exigindo o apoio da população, física e monetariamente. Nesta época deu-se início à construção do baluarte do Príncipe, advindo daí o seu nome. Com o falecimento do Príncipe, a 15 de maio de 1653, e o de D. João IV, a 6 de novembro de 1656, o monarca castelhano supôs que Portugal ficaria desamparado. Mas a Rainha viúva, D. Luísa de Gusmão, estava atenta e nomeou Generalíssimo das Armas de todo o Reino o seu outro filho, o futuro D. Afonso VI. Porém, surgiu o primeiro ataque dos castelhanos, sob o comando do duque de San Germán, à praça de Olivença, em abril de 1657²⁷¹. Neste cerco viu-se, pela primeira

²⁶⁶ Estes últimos consistiam na construção e reparação dos navios de guerra e na elaboração de uma grande quantidade de armas.

²⁶⁷ Era um exército que, segundo o Coronel Fernandes Henriques, nascia praticamente do nada e que tentava no levantamento da nação em armas. Cf. Documentário sobre D. João IV – O Restaurador, direção: Professor Doutor Joaquim Veríssimo Serrão, Filmes Unimundos, vol. XXII, 2007.

²⁶⁸ *Idem*.

²⁶⁹ Este exército era constituído por sorteio entre os filhos segundos de todas as classes, excluindo os filhos das viúvas e os lavradores. Os oficiais eram recrutados na nobreza e nomeados pelo reino. Era constituído por cerca de 20.000 infantes e 4.000 cavaleiros e que pela luta da independência e soberania, tinha por base o próprio povo português. Com os homens casados, os lavradores e os filhos das viúvas, formaram-se as famosas milícias territoriais. *Idem*.

²⁷⁰ “Este foi, porventura, o campo onde a diplomacia lusa foi mais eficaz, pois logrou alcançar um importante apoio logístico para as batalhas que estavam em curso na fronteira luso-espanhol, e é bem possível que, sem esse apoio, o resultado dos combates tivesse sido outro”. Cf. Pedro Cardim, «A diplomacia da Restauração», in *Memória de Portugal – o milénio português*, coord. Artur Teodoro de Matos, Lisboa, Circulo de Leitores, 2001, p. 356.

²⁷¹ Cf. Francisco Sousa Lobo, «Batalhas da Restauração», in *Monumentos*, nº 7, setembro, 1997, p. 84.

vez, o terço de auxiliares²⁷² de Évora que, defendeu a praça de 12 de abril até 30 de maio²⁷³. De Elvas saiu também um exército de socorro à praça mas, como não logrou o intento, optou-se pelo cerco a Badajoz, sendo que a resistência espanhola foi forte.

Tendo-se retirado o exército português de Badajoz, D. Luís Mendes Haro, que governava Castela, sitiou Elvas²⁷⁴, onde se ultimavam os preparativos para a defesa. A 14 de janeiro o exército colocou-se em linha de batalha e de imediato a vanguarda portuguesa penetrou nas linhas espanholas.

A primeira investida séria dos espanhóis deu-se na batalha do Ameixial²⁷⁵ (8 de Junho de 1663), um dos mais notáveis feitos militares da Guerra da Restauração, do ponto de vista português, por significar a derrota das melhores forças castelhanas²⁷⁶. Importa referir o seu enquadramento: deixando o governo das armas, D. Luís de Haro entregou-as a D. João da Áustria²⁷⁷, que nas suas primeiras campanhas, saqueou algumas praças menos relevantes e ganhou a praça de Juromenha.

A 6 de maio de 1663, com o seu exército e o Duque de S. Germán, Mestre de Campo General que conquistara Olivença, D. João da Áustria saiu de Badajoz em direção a Évora que, por sua vez, estava desprovida de defesa. O Conde de Vilaflor, D. Sancho Manuel, tinha o governo desta província e, ao tomar conhecimento do sucedido, enviou reforços para Évora. A 14 de maio, havia já muita inquietação na cidade dado que, em breve, o inimigo a cercaria. Os quartéis²⁷⁸ castelhanos já tinham ocupado o Moinho de Vento, a Cartuxa, a quinta do Alcaide e a cerca dos Remédios. Neste último local, é provável que se tenha travado um combate de atiradores, porque alguns defensores da cidade, do alto do cubelo que fica entre a Porta de Alconchel e a Rua do

²⁷² Responde ao que os franceses chamavam regimento. Estes nunca passavam dos 3.000 infantas. Mas os terços espanhóis seguiam poucas vezes os 1.000, chamando-se esse número de terços por ser a terceira dum regimento francês. Mas alguns governadores de milícia, com o ânimo de escusar soldos, instituíram no século XVII, os terços de 2.500 infantas, repartidos em 10 companhias com 250 soldados cada uma. Cf. Rafael Bluteau, Vocabulário português e latino, Lisboa, Oficina de Pascoal da Sylva, Impressor de Sua Magestade, 1727-1728, vol. VIII, p. 110.

²⁷³ “O valor deste terço em todo o tempo foi o mais extremado (...) que fôra o terço de Évora desgraçado em se entregar a praça, porque ficariam os auxiliares de Évora pelo obrado na defesa mais gloriosos que nenhuns outros terços, que em todo o tempo da guerra entraram nas fronteiras”. Cf. António Franco, *Évora Ilustrada* (extraída da obra do mesmo nome do P. Manuel Fialho); Évora, Edições Nazareth, 1944, p. 184.

²⁷⁴ A 22 de outubro de 1658.

²⁷⁵ Batalha do Ameixal, “campanha reputada pelo Conselho de Guerra espanhol como o momento ideal para acabar com a resistência portuguesa”. Com a perda destas duas localidades, “o centro do Alentejo estava nas mãos dos espanhóis”. Cf. Nuno Monteiro, «A Guerra da Restauração», in *Memória de Portugal – o milénio português*, coord. Artur Teodoro de Matos, Lisboa, Circulo de Leitores, 2001, p.366; e Túlio Espanca, «História das campanhas do Alentejo de 1663 até 1665», in *A Cidade de Évora*, nº 29-30, julho-dezembro, 1952, pp. 459-467».

²⁷⁶ O conflito desenvolveu-se de forma descontínua, e de uma forma geral pendeu a favor dos portugueses, que venceram alguns recontros importantes, com destaque para a Batalha de Castelo Rodrigo, em 1664, e a Batalha de Montes Claros, em 1665. Aparece representado em posição de destaque nos painéis da sala das Batalhas do Palácio de Fronteira, em Lisboa.

²⁷⁷ O P. António Franco refere-o como filho bastardo do Rei D. Filipe IV. Cf. António Franco, *Op. Cit.*, p. 186.

²⁷⁸ Lugar em que estava aquartelado cada terço do exército espanhol. Cf. Rafael Bluteau, *Op. Cit.*, p. 21.

Raimundo fizeram fogo mortífero.²⁷⁹ Alguns castelhanos foram ao campanário dos Remédios para responder, mas não sustentaram a posição por muito tempo, dada a topografia do local²⁸⁰. Destruiu-se o antigo Convento do Carmo, à Porta da Lagoa, cujas pedras terão sido depois empregues no baluarte de S. Bartolomeu. A 22 de maio, ao oitavo dia enquanto cidade sitiada, já muito destruída, a cidade de Évora entregou-se e parte da força castelhana instalou-se para controlar a cidade. Durante estas operações de assédio, a fortificação eborense, embora muito atrasada, foi de extrema importância. Superintendia nas obras Saint-Colombe, que passou para o lado dos invasores e continuou, ativamente, na companhia de Mr. De Henot e de Langres que vinha na comitiva técnica de D. João de Áustria, nos trabalhos defensivos. Durante o cerco a Évora, Luís Serrão Pimentel teve papel de suma importância, assistindo às batalhas de Degebe e Ameixial. Tiveram glória nestas ações os seus subordinados João Coutinho, Diogo Pardo de Osório, que dirigiu o ataque ao baluarte de S. Bartolomeu, D. Francisco de Osório, alferes duma companhia de ordenanças, António Rodrigues, capitão engenheiro e discípulo, nos aproches do Carmo e de S. Bartolomeu. No cerco da Porta de Machede distinguiram-se Francisco João da Silva, Adão Francisco da Ponte e Bartelemey Zanit²⁸¹. Entretanto Saint-Colombe saiu da praça, mascarado, com a guarnição castelhana do Conde de Satirana, D. Francisco Gatinara. Depois de rendida a praça a favor dos castelhanos, começou em grande escala o êxodo da população²⁸².

Tomando conhecimento de que já tinham entregado a cidade de Évora, algumas tropas saíram de Estremoz, onde se encontravam a observar o inimigo. Passaram por Evoramonte e Alandroal, onde completaram o exército, impedindo a D. João de Áustria a sua comunicação com Castela. Entretanto, este mandou que o seu exército se recolhesse. E estando os portugueses formados além do rio Degebe, D. João de Áustria acampou na parte daquém e dispôs algumas peças de artilharia em plataformas para os enfrentar.

A 5 de junho, o Conde da Ericeira, General da artilharia portuguesa, dispôs também algumas peças de guerra, estando uma parte à vista do inimigo e, outra, em baixo, junto do rio, encoberta com arvoredos. Quando se aproximaram do rio, as peças do alto começaram a disparar contra os espanhóis. Este acontecimento levou D. João da Áustria a retirar-se com a intenção de alienar reforços e voltar à cidade de Évora.

²⁷⁹ Cf. António Franco, *Op. Cit.*, p. 176.

²⁸⁰ Cf. Gabriel Pereira, *Estudos eborenses: história e arqueologia*. Évora, Nazareth, 1948, pp. 147-148.

²⁸¹ Os dois últimos mortalmente feridos em ação.

²⁸² Cf. Túlio Espanca, *Op. Cit.*, 1945, pp. 77-78.

As forças portuguesas e castelhanas encontraram-se novamente a 8 de junho, nas proximidades de Estremoz, no Ameixial. Aproveitando o ligeiro avanço sobre o inimigo, os portugueses anteciparam-se e tomaram uma posição vantajosa. Nessa batalha, os castelhanos contaram com muitas baixas²⁸³, escapando os restantes na direção de Badajoz²⁸⁴. Esta batalha contribuiu para a desmoralização do exército castelhano e levou à demissão de D. João de Áustria. Posteriormente, a 14 de junho, as forças portuguesas dirigem-se para Évora, com o objetivo de restaurar a cidade. Juntou-se-lhes o Marquês de Marialva, refazendo-se o exército. No dia 17, já na cidade, admiraram-se do quanto o reforço da fortificação estava adiantado.

A 23 de junho, o combate foi junto às portas da Lagoa e de Avis, avançando-se para o baluarte de S. Bartolomeu, que não foi possível ganhar. O Conde de Gatinara, desesperado de sustentar a praça, quis pôr a salvo a cavalaria, mas os portugueses impediram a sua fuga. No dia de S. João, os combates foram duríssimos para o lado inimigo, sendo necessária a sua entrega. Os acordos de paz celebraram-se no dia 25 de junho. Mas esta paz mudou quando, em 1665, veio a Portugal D. Luís de Benavides, Marquês de Catacena, sucessor no governo das armas de D. João da Áustria. Dirigiu-se a Vila Viçosa, berço da restauração de Portugal²⁸⁵, onde chegou a 9 de Junho desse ano. O castelo desta localidade era defendido pelo Governador Cristóvão de Brito Pereira e pelo Mestre de Campo Manuel Lobato Pinto, que havia defendido Juromenha, sendo que durante oito dias os castelhanos não terão conseguido entrar.

Um novo confronto entre as duas forças veio a suceder em Montes Claros, contra D. Luís de Benavides²⁸⁶, os portugueses derrotaram-no²⁸⁷ e o poder de Castela ficou nitidamente enfraquecido. O próprio monarca, D. Filipe IV, admitiu o cansaço. Com a sua morte, a 7 de setembro de 1665, sucedeu-lhe o seu filho, D. Carlos II. Sendo menor, governava a Rainha que, vendo que Castela se estava a perder, procurou de imediato fazer as pazes. Assim, foi enviada a sua comissão assinada a 5 de janeiro de

²⁸³ “Foram atacados os Castelhanos com grande mortandade”. *Idem*, p. 189.

²⁸⁴ “Altíssimo e imimportante memoravel batalha Domingial q’ ganharão as envensíveis armas portuguezas asitidas da direcção do Conde Devillaflor e osmaís cabos e pessoas notáveis (...) em seus postos ao numeroso vetereno e asis formidavel exercito de Castela que governava Dom Ião de Austria o primeiro Castelhano que por suas virtudes fama nasimento he o mais natural filho de Felipe IV idisputada e conseguida aos 8 de Junho de 663 com total rota de todo o exercito e perda universal do trem de bagagens e artilharia e pessoas de grande conta e grandes de Espanha e dous mil cavallos q’ se tomarão vivos fora os mortos e feridos que ficarão no campo”. Cf. José Cassiano Neves, *Jardins e palácio dos marqueses de fronteira*, Lisboa, Quetzal Editores, 1995; e Lilian Pestre de Almeida, «O Teatro da Guerra da Restauração Portuguesa: a sala das batalhas do Palácio de Fronteira: uma leitura estético-simbólica», in *Monumentos*, n.º 7, setembro, 1997, pp- 70-77.

²⁸⁵ Cf. Túlio Espanca, *Op. Cit.*, 1945, p. 191

²⁸⁶ “Era mui experimentado, vinha carregado com a fama de dezassete batalhas em que saíra vencedor”. *Idem*, p. 191.

²⁸⁷ *Idem*, p. 191.

1668, a D. Gaspar de Aro e Gusmão, que ajustou as pazes com D. Pedro II, que já reinava em nome de D. Afonso VI, deposto. As pazes publicaram-se a 10 de março desse ano, 27 anos depois da aclamação de D. João IV.

Confirmada a paz, a Câmara de Évora suspendeu as obras na fortificação e, constando na Corte que a negligência, além de perniciosa, podia ser a causa da ruína do que ainda estava por terminar, D. Pedro, regente, informou a 7 de maio de 1668, que os danos causados na fortificação eram da responsabilidade do Senado. Évora ficou com uma guarnição de infantaria limitada, segundo determinação do Conde da Ericeira.

Enquanto durou a Guerra da Restauração, as saídas de Mendo Estevens, do Raimundo e do Rossio, estiveram cerradas com um forte empedrado²⁸⁸.

2.1 - O reforço abaluartado no período moderno em Évora – dos projetos ao traçado efetivo

O projeto de Luís Serrão Pimentel para a fortificação de Évora, baseado no de Nicolau de Langres, já foi anteriormente explicado²⁸⁹. Cada um deles fez a planta do local onde se implementaram os elementos defensivos, e assinalou o terreno por onde deveriam passar as linhas da fortificação, de modo a que na mesma se detetassem as irregularidades do terreno. Só depois é que desenharam os baluartes.

O Conjunto abaluartado sofreu demolições no séc. XIX, impostas pelo estilo de vida cada vez mais citadino. Dele subsiste a primeira obra militar completa da cidade, projetada por Langres, o Forte de Santo António, uma estrela perfeita de quatro pontas, com presidio e claustro.

Ligados à *cerca nova*, subsistem os Baluartes do Assa e do Picadeiro²⁹⁰. E sem estarem adossados à *cerca nova* o Baluarte do Príncipe, do Conde de Lippe²⁹¹, do Picadeiro, do Assa, dos Apóstolos²⁹², de Nossa Senhora de Machede²⁹³, e de S. Bartolomeu. Desapareceu a obra cornuta do Rossio de S. Brás²⁹⁴ e o Forte dos

²⁸⁸ *Idem*, p. 62.

²⁸⁹ Cf. o ponto 2.2.1 do **Capítulo I** sobre os projetos para a defesa de Évora no período moderno: debates, confrontos; modelos e paradigmas, p. 43-53.

²⁹⁰ Defendendo o castelo manuelino (Quartel dos Dragões).

²⁹¹ Defendendo o Jardim Público e respetiva Mata. Cf. **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 28**, Legitimidade da posse de 4 baluartes pertencentes à antiga fortificação da cidade, p. li.

²⁹² Sobranceiro ao extradorso do Colégio da Companhia de Jesus.

²⁹³ Cf. Túlio Espanca, *Op. Cit.*, vol. VII, 1966, p. 6.

²⁹⁴ Desapareceu durante a regência da infanta D. Isabel Maria (1826-27).

Penedos²⁹⁵, também chamado contraforte, situado em terreno elevado, entre a Ermida de S. Sebastião e os Telhais, que estabeleciam os seus fogos com o Forte de Santo António. Era a mais poderosa obra da cidadela, constituindo um reduto avançado e sentinela vigilante das estradas de Lisboa, de Arraiolos e de Estremoz, possuindo guarnição permanente em tempo de guerra. Esboçado por Langres, na sua primeira fase entre 1650-1660, foi totalmente refeito depois das campanhas de 1663 sob superintendência do governador da cidade Agostinho de Andrade Freire, general de artilharia²⁹⁶.

O conjunto abaluartado constituiu um dos motivos pelos quais a UNESCO, em 1986, atribuiu à cidade a classificação de Évora como Património Mundial da Humanidade pela Unesco em 1986.

2.1.1 – Os Fortes

1. Forte de Santo António

Por volta de 1650, o Conselho de Guerra de D. João IV deu ordem para a edificação do **Forte de Santo António**²⁹⁷ com o intuito de proteger o Convento de Santo António da Piedade. O projecto inicial é da autoria de Nicolau de Langres, tendo depois sofrido alterações sugeridas por Schomberg²⁹⁸. No projecto de Langres a mudança de direcção do aqueduto evidenciava-se quando este atravessava o forte junto à gola do baluarte, mais a sul (**Ilustração 3**). Mas no projecto executado, o aqueduto atravessa o forte numa maior extensão, saindo deste na direcção a S. Bento de Cástris, segundo uma directriz que quase coincide com a linha capital do baluarte a poente²⁹⁹.

²⁹⁵ Esta obra cornuta não teve a aprovação dos táticos de engenharia portuguesa e foi eliminada como zona bastionada. Cf. **Anexo II – Glossário dos Termos Empregues no Sistema Abaluartado**, Obra Cornuta, p. lxxiii; e Túlio Espanca, *Op. Cit.*, 1945, p. 83.

²⁹⁶ Cf. Túlio Espanca, *Op. Cit.*, vol. VII, 1966, p. 6.

²⁹⁷ É suburbano e está situado em terreno ermo entre o Convento da Cartuxa e o centro histórico, protegendo no seu interior o Convento de Santo António da Piedade. Cf. **Anexo V - Plantas, Planta 22**, Forte de Santo António, p. cx.

²⁹⁸ Cf. Túlio Espanca, *Op. Cit.*, vol. VII, 1966, p. 16.

²⁹⁹ A linha corresponde ao eixo de simetria do baluarte. Cf. Miguel Pedroso Lima, *Op. Cit.*, p. 66.

Ilustração 5 – Pano de muralha do Forte de Santo António



(Fonte: Ana Sousa – 30.11.2012)

O seu plano atual foi traçado pelo General de Artilharia Agostinho de Andrade Freire, que o reformou na totalidade depois de 1665, ficando pronto na década seguinte, sob a assistência de Luís Serrão Pimentel.

O acesso ao Forte faz-se pela rampa do revelim do lado Norte, defendido pelos flancos abaluartados, consistindo num quadrado de quatro baluartes reforçados, com presidio, claustro e parada anexa ao extinto Convento dos Capuchos da Piedade, que aí estaca instalado desde o final do século XVI. Conserva a porta primitiva de campanha, voltada ao lado setentrional, com pontão, algumas guaritas angulares (de tijolo)³⁰⁰ e parte do fosso descoberto³⁰¹.

Todas as suas guaritas são diferentes³⁰². Tornando-o um exemplar único dentro desta tipologia arquitetónica, dado que as guaritas costumam ser iguais, tal como se verifica nos restantes baluartes do Conjunto.

2 . Forte dos Penedos³⁰³

Também conhecido como Postigo ou Reduto³⁰⁴, era uma obra exterior, menor,

³⁰⁰ Cf. **Anexo VII – Fotografias, Fotografia 4**, Baluarte e Guarita – junto à porta de entrada do Forte; **Fotografia 5**, Guarita do laranjal do Forte de Santo António; e **Fotografia 6**, Guarita do Forte de Santo António em mau estado de conservação, pp. cxxxvii-cxxxviii.

³⁰¹ Cf. *Idem*, **Fotografia 3**, Forte de Santo António: interior do fosso (adaptado a horta) e pano de muralha onde se insere a mata, p. cxxxvii.

³⁰² Cf. *Idem*, **Fotografia 4**, Baluarte e Guarita – junto à porta de entrada do Forte; **Fotografia 5**, Guarita do laranjal do Forte de Santo António, **Fotografia 6**, Guarita do Forte de Santo António em mau estado de conservação; e **Fotografia 7**, Guarita restaurada, pp. cxxxvii-cxxxviii.

³⁰³ Localizava-se num lugar altaneiro, onde hoje se implanta o Bairro dos Três Bicos. Se atendermos a que nas gravuras existentes este forte apresenta 3 pequenos bicos, correspondendo a outros tantos baluartes avançados, poderemos levantar a hipótese de o nome do Bairro advir da configuração deste Forte. Cf. Cármen Balesteros, Élia Mira, *As Muralhas de Évora*, Separata de “A Cidade – Jornadas Inter e Pluridisciplinares”, Atas I, Universidade aberta – 1993-1994, p. 25. Esta obra é referida na *Planta do recinto e fortificações exteriores da cidade de Évora*, como sendo o *Reduto do Príncipe*. Cf. **Anexo V - Plantas, Planta 23**, Troço da Rua dos Penedos e do Baluarte do Príncipe, cx; **Planta 29**, Zona 1: Porta da Lagoa – Postigo dos Penedos; e **Planta 30**, Zona 2: Postigo dos Penedos – Porta de Alconchel, p. cxvi.

³⁰⁴ Cf. **Anexo II – Glossário dos termos utilizados no sistema abaluartado**, Reduto, p. lxvii.

quadrada com cerca de 35 ou 40 m de lado³⁰⁵. É possível observar-se a planta deste Forte nas Plantas de Coquart e de Mallet, onde se identificam seis baluartes e uma dimensão muito inferior ao Forte de Santo António³⁰⁶. Embora demolido, ainda se pode identificar a sua localização através dos seus vestígios topográficos perto da Rua dos Penedos³⁰⁷.

2.1.2 - Os Baluartes e as Guaritas

O Conjunto abaluartado de Évora era dotado de sete baluartes imponentes. Em seguida, descreveremos cada um deles, destacando a ruína dos Baluartes de São Bartolomeu e dos Apóstolos.

1 . Baluarte de S. Bartolomeu³⁰⁸

É composto por um redente de três pontas irregulares, que aproveita o cômodo natural onde estão os destroços da Ermida de S. Bartolomeu. Conserva poucos materiais originais da sua fundação, dado que foi destruído nos assédios de 1663³⁰⁹ e levantado de novo após a publicação do *Regimento da Fortificação da Cidade de Évora*, em 1682, a instâncias de D. Pedro II e da Junta dos Três Estados do Reino³¹⁰. Mas o terramoto de 1755 voltou a danificá-lo grandemente.

Ilustração 6 – Troço do Baluarte de São Bartolomeu em ruína



(Fonte: SIPA, Daniel Giebles - 2007)

Em 1966, estava em avançado estado de degradação, sendo amplamente

³⁰⁵ Cf. Miguel Pedroso de Lima, *Op. Cit.*, p. 67.

³⁰⁶ Cf. **Ilustração 1 e 2**, Plantas da Fortificação de Évora, de Mallet e de Coquart, p. 52.

³⁰⁷ Miguel Lima refere que esses vestígios ficam a uma distância de 150m da praça de Évora. Cf. Miguel Pedroso de Lima, *Op. Cit.*, p. 67.

³⁰⁸ Detectámos que existe um equívoco na sua denominação, pois alguns designam-no por Forte. Esse erro foi detectado não só nas nossas leituras, como também em projetos existentes na documentação da Câmara Municipal. No entanto, ele não pode ser considerado um Forte e, apesar de estar isolado, continua a ser um baluarte, pois nunca teve características de forte.

³⁰⁹ Cf. Túlio Espanca, *Op. Cit.*, vol. VII, 1966, p. 17.

³¹⁰ Cf. Túlio Espanca, «Libertação da cerca amuralhada de Évora», in *A Cidade de Évora*, nº48-50, janeiro-dezembro, 1965-67, p. 173

restaurado nas suas faces exteriores. Um ano depois, na sequência da implementação do *Plano de Desafrontamento da Muralha Medieval* e da abertura de novos lanços de via pública, a então DGEMN e a Direcção de Estradas do Distrito e a Câmara Municipal, empreenderam a criação de um troço de estrada com início na porta de Avis, que indo terminar junto ao Baluarte de N.^a Sr.^a de Machede, atravessava a antiga horta de S. Bartolomeu, sacrificando os flancos do Baluarte, que ficou separado da *cerca nova* onde se adossava.

2. Baluarte do Príncipe³¹¹

Liga-se, por cortina, no seu quadrante nascente, ao Baluarte do Conde de Lippe, tendo sido projectados por Langres. A sua construção iniciou-se em 1651, sob a assistência do príncipe D. Teodósio. Da análise atenta do pano de muralha, constata-se a presença de diversas juntas de ampliação que indiciam fases de crescimento distintas:

a) Existência de uma fortificação avançada, adossada à muralha da *cerca nova*, com planta quase quadrada, assemelhando-se às primeiras plataformas de tiro;

b) O extremo do baluarte deslocou-se um pouco para sul, passando a face direita a medir cerca de 70m, originando-se a construção de um novo plano da face esquerda, que cresceu para uma medida próxima dos 80m. Desta fase farão parte as duas poternas entaipadas e ainda visíveis nas faces do baluarte;

c) O prolongamento das duas faces, que aumentaram significativamente a área do baluarte, passando ambas a medir cerca de 100m;

d) O aumento do comprimento da face esquerda atingindo a dimensão de 114m. O flanco esquerdo criado mede 20m e a sua ligação à *cerca nova* faz-se com uma variação de plano para o interior;

e) Por fim, o aumento do flanco esquerdo, passando este a medir cerca de 40m, ligando-se à cortina e ao baluarte do Conde de Lippe que lhe são coevos³¹².

³¹¹ Cf. **Anexo V - Plantas, Planta 24**, Baluarte do Príncipe, p. cxi; **Anexo VII - Fotografias, Fotografia 8**, Baluarte do Príncipe p. cxxxix.

³¹² Cf. Miguel Pedroso de Lima, *Op. Cit.*, pp. 62-63.

Ilustração 7 – Troço do Baluarte do Príncipe



(Fonte: Ana Sousa – 08.03.2012)

O baluarte é de construção sólida com os cunhais reforçados por granito aparelhado e possui guaritas executadas em cantaria de granito, e um longo friso que acompanha pelo exterior a cota de base do seu parapeito de tiro. O seu terraplino é ocupado com a Mata do Jardim Público, delineada pelo cenógrafo italiano Cinatti em 1866, sendo a cava, existente entre ele e o baluarte vizinho, utilizada como Jardim e Parque Infantil. O acesso à cava, a partir dos terraplenos dos baluartes e cortina, faz-se por uma escadaria em granito e por uma porta aberta ao meio da cortina e na sua base.

Nas fotografias do projeto realizado pela DGEMN e pela Câmara Municipal, na década de 60 do século XX, constata-se a ausência de uma guarita³¹³, tendo sido reconstruída e adaptada ao baluarte (**Ilustração 7**). A sua construção não foi alterada, mantendo-se igual às outras.

3. Baluarte do Conde de Lippe³¹⁴

Construído no local da antiga porta do Rossio, a sua edificação é coeva da última fase de construção do baluarte do Príncipe, afigurando-se uma tipologia semelhante. Com efeito, a sua construção é bastante sólida, com os cunhais reforçados por granito aparelhado, possuindo três guaritas executadas em cantaria de granito, assim como um longo friso que acompanha, pelo exterior, a cota de base do parapeito de tiro. É atravessado pelo troço inicial da Rua da República, que rasgou o seu terraplino nos finais do século XIX.

³¹³ Projeto descrito no **Ponto 3** do **Capítulo III** que diz respeito aos projetos desenvolvidos para a conservação e valorização do conjunto abaluartado de Évora, pp. 89-97. Cf. **Anexo VII – Fotografias, Fotografia 9**, Baluarte do Príncipe antes do restauro da guarita – projecto DGEMN, 1960, p. cxxxix.

³¹⁴ Cf. **Anexo V - Plantas, Planta 25**, Baluarte do Conde de Lippe, p. cxii ; e **Anexo VII – Fotografias, Fotografia 10**, Baluarte do Conde de Lippe, p. cxi.

Ilustração 8 – Troço do Baluarte do Conde de Lippe



(Fonte: Ana Sousa – 08.03.2012)

O projeto de construção poderá ser de Langres, embora no desenho das fortificações de Évora que dele se conhece o baluarte não apareça delineado, deparando-nos com dificuldades em apurar com rigor qual o projecto seguido, dado que a construção teve diversas fases, podendo existir vários planos. É de supor na ideia de ter sido construído posteriormente.

4. Baluarte do Picadeiro³¹⁵

Possui uma tipologia semelhante aos dois baluartes anteriores, pelo que será de uma época próxima. Foi projetado por Diogo Pardo de Osório, estando pronto em 1680³¹⁶. A sua tipologia também se assemelha ao Baluarte do Assa, seu vizinho pelo lado esquerdo a uma distância de 134m³¹⁷. Está em bom estado de conservação, possuindo duas guaritas³¹⁸ em cantaria de granito, assim como grande parte do friso boleado em cantaria de granito, que acompanha pelo exterior a cota de base do parapeito de tiro. A guarita da **Ilustração 9** sofreu reparações em mármore, contrastando com o material granítico empregue na sua construção³¹⁹. Na planta de 1806³²⁰ está assinalada no terraplino deste baluarte uma enfermaria para cavalos doentes, um picadeiro e uma rampa de comunicação com o Quartel dos Dragões³²¹.

³¹⁵ Protegia a cidadela e o Palácio dos Condes de Sabugal.

³¹⁶ Cf. Túlio Espanco, *Op. Cit.*, Vol. VII, 1966, p. 17.

³¹⁷ Miguel Pedroso de Lima, *Op. Cit.*, p. 64.

³¹⁸ Inicialmente possuía três, mas só se conservam duas, contrariamente ao afirmado por Cármen Balesteros e por Élia Mira. Cf. Carmen Balesteros, Élia Mira, *Op. Cit.*, p. 27.

³¹⁹ Cf. **Anexo VII - Fotografias, Fotografias 11 e 12**, Baluarte do Picadeiro, pormenor da sua guarita restaurada, p. cxli.

³²⁰ Cf. **Anexo V – Plantas, Planta 41**, Planta da cidade de Évora, 1806, p. cxxi.

³²¹ A enfermaria já não existe, o que remete para a sua construção ligeira e efémera. Já o picadeiro coberto, ainda hoje existente é de invulgar tipologia construtiva, com abóbodas reforçadas pelo exterior. Cf. Miguel Pedroso de Lima, *Op. Cit.*, p. 65.

Ilustração 9 – Troço do Baluarte do Picadeiro – à direita: pormenor de uma intervenção na guarita



(Fonte: Ana Sousa – 08.03.2012)

5. Baluarte do Assa³²²

O terraplano deste baluarte é hoje ocupado pelo Hospital Distrital de Évora. Fica a cerca de 430m do baluarte de Machede, prova de que terão existido outras obras exteriores intermédias de protecção à porta do Largo de Machede³²³. O seu volume está muito dissimulado por sucessivos aterros provocados pelas obras de urbanização envolventes. Além disso, já não apresenta guaritas³²⁴ estando os seus muros visíveis em razoável estado de conservação.

Ilustração 10 – Troço do Baluarte do Assa



(Fonte: Ana Sousa – 08.03.2012)

Foi aberta uma rua pública na cortina que o liga ao baluarte do Picadeiro, junto do seu flanco direito. Esta rua permite o acesso à cidade intramuros através do Largo de Nossa Senhora da Pobreza.

³²² Cf. **Anexo V - Plantas, Planta 26**, Baluarte do Assa, p. cxiii; **Anexo VII, Fotografias, Fotografia 17**, Baluarte do Assa- troço, p. cxliv.

³²³ Miguel Pedroso de Lima, *Op. Cit.*, p. 65.

³²⁴ **Anexo VII, Fotografias, Fotografia 18**, Baluarte do Assa – visível ausência da guarita, p. cxliv.

6. Baluarte de Nossa Senhora de Machede³²⁵

Foi executado em 1640-41, após a vistoria de Lassart e Gillot³²⁶. Encontra-se adossado à *cerca nova*, cujo aterro entaipou a antiga porta de Machede³²⁷. A sua tipologia construtiva é diferente das restantes efectuadas em Évora, utilizando a taipa conjuntamente com a alvenaria de pedra e o tijolo.

Ilustração 11 – Troço do Baluarte de N.ª Sr.ª de Machede



(Fonte: Ana Sousa – 08.03.2012)

Os panos da muralha são constituídos por cunhais em silhares de granito, alvenaria de pedra, ou alvenaria mista com tijolo e taipa³²⁸. A métrica da alternância dos materiais não é regular³²⁹: a extensão máxima de taipa é de 6,20m e, a menor de 2,00m, enquanto os reforços em alvenaria de pedra que os intercalam variam entre os 0,90 e 1,35m. Nos troços de simples alvenaria de pedra as extensões variam, tendo o maior troço um comprimento de 32m³³⁰. O projectista terá traçado, inicialmente, a linha de simetria do baluarte e, partindo da linha da base de 100m, traçou as respectivas faces³³¹, gola³³² e afastamento ao seu principal extremo³³³. Esta metodologia atesta que a época do projecto e o início da construção desta fortificação – 1640 – é anterior aos tratados de fortificação portugueses, que vieram divulgar métodos mais rigorosos e científicos para

³²⁵ Cf. **Anexo V - Plantas, Planta 27**, Baluarte de N.ª Sr.ª de Machede, p. cxiv.

³²⁶ Para a sua projecção contribuíram as verbas da Mesa Episcopal, outorgadas por D. João Coutinho e, na sua planificação trabalharam os clérigos, governantes e povo da cidade. Cf. Túlio Espanca, *Op. Cit.*, vol. VII, 1966, p. 17.

³²⁷ Cf. **Anexo V – Plantas, Planta 21**, Plano do recinto e fortificação de Évora, da extensão e indicação das suas freguesias, p. cix - “Perdeu 4 portas: a do Moinho de Vento e a da Traição com a edificação dos Collegiaes da Purificação e do Espírito Santo; a de Machede, com a construção do forte do mesmo nome e, a da Mesquita (por ser contigua à dos Mouros)”; Miguel Pedroso de Lima, *Op. Cit.*, p.59

³²⁸ *Idem*, p. 59.

³²⁹ Regular no sentido de perfeita, conforme os tratados. Sendo neste conjunto, o Forte de Stº António a obra mais regular, uma vez que foi projetado com menos condicionantes.

³³⁰ Cf. Miguel Pedroso de Lima, *Op. Cit.*, p. 59.

³³¹ Cf. **Anexo II – Glossário dos termos empregues no sistema abaluartado**, Face, pp. lxxviii.

³³² Cf. *Idem*, Gola, p. lxx.

³³³ Cf. Miguel Pedroso de Lima, *Op. Cit.*, p. 59.

desenhar as fortificações³³⁴.

7. Baluarte dos Apóstolos³³⁵

Este baluarte protegia a horta dos Padres da Companhia, e parte dele foi delineada por Saint-Colombe pouco depois de 1660, tendo a última fase de construção em 1680³³⁶, mas nunca terá chegado, de facto, a estar completo³³⁷. Apesar de só se ter conhecimento deste projeto de 1660, o seu estado já havia sido descrito a 18 de janeiro de 1624, em informação enviada pelo Conselho de Guerra ao rei D. Filipe III: “*O Baluarte dos Padres da Companhia Parece mais o fizeraõ para/ guarda da sua horta que para deffensa da Cidade, e saindo sse fora e que/ rendo que as paredes do seu jardim siruaõ de escarpa a esta praça/// Estando senhores de duas portas para a Campanha muito fracas, E dado caso que/ estiueraõ muyto fortes, naõ couem, nem se pode permitir aja mais/ chaves nas praças que as que se entregaõ aos Gouuernadores cada noyte (...)/ ha mais que sobre a muralha a Barbacã tem feito officinas, E/ casas occupando com ellas totalmente a defensa (...)*”³³⁸.

Este baluarte encontra-se em estado de degradação, sofrendo quotidianamente com a ação do homem, pois como se observa na **Ilustração 12**, é utilizado como estacionamento. Está roto nos flancos e na linha bastionada que o ligava aos baluartes de N.^a Sr.^a de Machede e de S. Bartolomeu. Conserva, embora em lastimoso estado, parte da cortina frontal e parte do troço ocidental, sendo que grande parte da sua cortina foi suprimida³³⁹.

Ilustração 12 – Troço do Baluarte dos Apóstolos



(Fonte: Ana Sousa – 08.03.2012)

³³⁴ O primeiro tratado de Arquitetura publicado em Português, foi precisamente o *Methodo Lusitanico de Desenhar Fortificações das Praças Regulares e Irregulares*, de Luís Serrão Pimentel, já referido no ponto 2.1 do **Capítulo I**, pp. 30-35.

³³⁵ Cf. **Anexo VII, Fotografias, Fotografia 13 e 14**, Baluarte dos Apóstolos – troço em ruína, p. cxlii.

³³⁶ Cf. Túlio Espanca, *Op. Cit.*, vol. VII, 1966, p. 17

³³⁷ Cf. **Anexo V - Plantas, Planta 28**, Baluarte dos Apóstolos, p. cxv.

³³⁸ Cf. Fernando Córtes, «Subsídios Documentais para o estudo das fortificações de Évora e de outras Praças militares Alentejanas nos inícios da Guerra da Restauração», in *A Cidade de Évora*, nº 67-68, 1984-85, p. 199.

³³⁹ Este baluarte é um dos melhores exemplos das demolições que ocorreram nos troços de alguns baluartes na cidade. Cf. **Anexo VII, Fotografias, Fotografia 15 e 16**, Baluarte dos Apóstolos – troço actualmente inexistente, p. cxliii.

2.1.3 – As Cortinas

São os panos de muralha que ligam um baluarte ao seguinte. O conjunto abaluartado de Évora possuía seis cortinas:

1. A primeira encontra-se no Jardim Público e ligava (e ainda liga) o baluarte do Príncipe ao do Conde de Lippe;
2. A segunda percorre a Horta das Laranjeiras, e ligava o baluarte do Conde de Lippe ao do Picadeiro;
3. A terceira percorre a zona entre o Hospital Distrital de Évora e o quartel dos Bombeiros Voluntários, e ligava o baluarte do Picadeiro ao baluarte do Assa;
4. A quarta encosta-se ao Hospital Distrital de Évora, ligando o baluarte do Assa ao baluarte de Machede;
5. Da quinta cortina apenas restam alguns vestígios pertencentes ao Colégio do Espírito Santo e, ligava o baluarte de Nossa Senhora de Machede ao baluarte dos Apóstolos;
6. Existiria ainda uma sexta cortina, que ligaria o baluarte dos Apóstolos ao baluarte de S. Bartolomeu³⁴⁰.

2.1.4 - As Portas: os elementos modernos na estrutura medieval

Na fortificação abaluartada um grande número de portas era prejudicial, querendo-se, por isso, o menor número possível. O lugar destas é nas cortinas, ficando bem flanqueadas³⁴¹.

Em Évora, existem algumas portas que não estão relacionadas com o sistema abaluartado mas que foram inseridas no seu contexto: umas foram melhoradas e, outras suprimidas. Desta forma, não existe na cidade nenhuma porta *à moderna* (como existem noutras cidades já aqui referidas, como Estremoz ou Elvas). Subsistem sim elementos medievais a que se juntaram remodelações no período moderno.

As portas que sofreram alterações entre o século XVI e XVII foram as Portas de Avis, da Lagoa, do Rossio, do Rossio, da Mesquita e de Machede.

³⁴⁰ Cf. Túlio Espanca, *Op. Cit.*, vol. VII, 1966, p. 17.

³⁴¹ Cf. Manuel de Azevedo Fortes, *Op. Cit.*, pp. 136-137.

1. Porta de Avis³⁴²

No século XVI, estava muito arruinada, pelo que foi reparada por ordem de D. João III. Sobrepujante, a população fundou a capela de Nossa Senhora do Ó, que sofreu grandes danos nos assédios de maio-junho de 1663³⁴³, dando-se a reforma da porta e o seu alienamento como função militar, porquanto os engenheiros construtores da fortificação abaluartada abriram outra comunicação voltada ao lado setentrional. Poderá existir a hipótese de esta porta ter sido aberta nesse mesmo ano, e entaipada a anterior, uma vez que na Planta das Muralhas de Évora de 1806³⁴⁴, as duas portas parecem estar abertas, parecendo até que a primitiva dava acesso ao terrapleno do baluarte de S. Bartolomeu e a nova proporciona o fácil acesso ao exterior do recinto fortificado. Esta abertura era protegida a nascente pelo flanco esquerdo do baluarte de S. Bartolomeu e a poente pela antiga torre de planta quadrangular, ainda hoje existente, a uma distância de apenas 40m³⁴⁵. Desta torre, a muralha recua cerca de 10m para o interior do recinto, seguindo depois até à **Porta da Lagoa**³⁴⁶.

2. Porta da Lagoa³⁴⁷

Esta porta necessitava de embelezamento em 1590³⁴⁸, sendo entaipada dando lugar a uma nova porta, voltada a noroeste e aberta na muralha adjacente. As obras desejadas concretizaram-se ainda na mesma centúria.

³⁴² É emoldurada exteriormente por uma composição em alvenaria com pilastras simples a carregar o arquitrave de profundas molduras, com friso alto e frontão triangular. Possui uma lápide epigrafada no friso que diz: «NOVA PORTA DE AVIZ/ ABERTA NO ANNO DA ESTERILIDADE DE 1804/ SENDO REGENTE DO REINO O PRÍNCIPE D. JOÃO/ PAI DESTES SEVS VASSALLOS PIEDOSO FILHO DE D. MARIA/ OS CIDADAOOS PVZERAQ AQUI/ AOS VINDOVROS ESTA MEMORIA». Cf. **Anexo V - Plantas, Planta 36**, Zona 10: Porta de Avis – Porta da Lagoa, p. cxvi; **Anexo VII – Fotografias, Fotografia 23**, Porta de Avis – vista exterior; **Fotografia 24** Porta de Avis – vista interior; e **Fotografia 25**, Porta de Avis – pormenor dos encaixes da porta, p. cxvii.

³⁴³ “Durante o cerco muitas bombas caíram na cidade (...). Houve casos prodigiosos no bombeamento. A imagem da Senhora da Expectação, ou do Ó, da ermida da Porta de Avis, foi para casa de um devoto: à hora de certas orações reunia-se bastante gente na casa; uma bomba veio quase verticalmente, arrombou o telhado, os sobrados e sumiu-se; muita poeira, terror e desmaios, e quando passou o susto reconheceu-se que todos estavam ilesos”. Cf. Gabriel Pereira, *Op. Cit.*, p. 152.

³⁴⁴ “A cidade tinha cinco portas R porta de Alcouxel, S do Rossio, T de Machede, U de Aviz a velha, X a nova que mandou fazer o corregedor que hoje he provedor Joze Ignacio Cordeiro que diz com a mesma licença do General Fernando da Costa, Z da Alagoa (...)”. Cf. **Anexo V, Plantas, Planta 41**, Planta da Cidade de Évora de 1806, p. cxxi.

³⁴⁵ Cf. Miguel Pedroso de Lima, *Op. Cit.*, p. 45.

³⁴⁶ Cf. **Anexo VII - Fotografias, Fotografias 26 e 27**, Porta da Lagoa – vestígios; pormenor dos encaixes, p. cxlviii.

³⁴⁷ Junto desta porta encontra-se o Convento de Santa Helena do Monte Calvário, cuja construção se apoia num troço da cerca nova, ao longo de cerca de 50m. Tal facto, deveu-se a um pedido de D. Sebastião. Ficou porém estabelecido que se poderia ter acesso à torre medieval que se encontrava na sua cerca por questões de defesa da cidade. Cf. o documento (Liv. 6º dos Originais da Câmara, fl. 256) transcrito por Túlio Espanca, in *A Cidade de Évora*, nº 15-16, p. 279.

³⁴⁸ “Na sessão da Câmara, realizada em 2 de Junho de 1590, (...) os vereadores Lopo Vaz de Camões e João Galvão de Oliveira solicitaram ao juiz de fora, dr. António de Carvalho, o embelezamento da porta militar da Lagoa, com a colocação de uma pedra de armas da cidade no exterior, e a abertura de um nicho, na parte de dentro, com um santo da devoção coetânea”, Túlio Espanca, «A velha porta da Lagoa (1590)», in *A Cidade de Évora*, nº 25 – 26, setembro-dezembro, 1951, pp. 501-502.

Em 1619, com a visita de Filipe II e no ano de 1699, aquando da recepção à rainha de Inglaterra, D. Catarina de Bragança, a porta estava decorada com pinturas históricas e religiosas³⁴⁹. Contudo, esta entrada foi demolida em 1845, e a antiga conheceu intervenções na década de 90, sendo desobstruída parcialmente, pela DGEMN³⁵⁰.

Muito atingida pela artilharia inimiga nos assédios de 1663, sofreu uma vultuosa reparação em 1696, data da atual tipologia do seu troço superior, com grilhagens de tijolo, e cobertura em quatro águas³⁵¹.

Mais a sul, junto à Rua dos Penedos³⁵², verifica-se a existência do Postigo dos Penedos³⁵³, aberto, segundo Túlio Espanca, no ano de 1645, para possibilitar a comunicação entre a praça e o Forte dos Penedos³⁵⁴. Este vão, de reduzidas dimensões, encontra-se entaipado com alvenaria de aparelho irregular idêntica à da própria muralha envolvente.

Já no troço imediato a sul, que durante anos esteve aberto para servir a população e, mais tarde fechado por intervenção da DGEMN, abre-se um vão para o exterior. Com esta abertura, em 1963, a Câmara Municipal de Évora, pretendeu criar uma ligação pedonal entre a cidade intramuros e a cidade extramuros, junto à Rua dos Penedos no lado interior da muralha e junto ao nó em que confluem a estrada das piscinas com a entrada da circunvalação pelo lado exterior.

3. Porta do Rossio³⁵⁵

Situa-se junto ao local ocupado pelo Palácio Barahona. Manteve-se em funcionamento após a construção do baluarte do Conde de Lippe, uma vez que possuía uma abertura sobre o seu flanco esquerdo em posição muito próxima da cortina. Junto a esta porta, estava a Capela da Nossa Senhora da Alegria, do século XVII³⁵⁶.

³⁴⁹ Cf. Túlio Espanca, *Op. Cit.*, vol. VII, 1966, p. 11.

³⁵⁰ Cf. Túlio Espanca, *Op. Cit.*, 1951, pp. 501-502.

³⁵¹ Cf. Túlio Espanca, *Op. Cit.*, vol. VII, 1966, pp. 11-12; e Miguel Pedroso de Lima, *Op. Cit.*, pp. 45-46.

³⁵² Topónimo originado pelos afloramentos graníticos existentes, ainda hoje visíveis no terreno.

³⁵³ Também conhecido por Buraco dos Cógulos, uma vez que se situa no enfiamento do Largo com o mesmo nome.

³⁵⁴ Cf. Túlio Espanca, *Op. Cit.*, vol. VII, 1966, p. 12.

³⁵⁵ Cf. Gil Monte, *Dicionário da Toponímia Eborense*, 2º vol., Évora, 1982, pp. 80-81; e **Anexo I – Transcrição de Documentos, Documento 29**, Portaria sobre a demolição de portas extintas na muralha, p. lii; **Anexo V - Plantas, Planta 31**, Porta do Raimundo – Porta do Rossio, p. cxi, e **Planta 32**, Zona 5: Porta do Rossio – Porta da Mesquita, p. cxvi; **Anexo VII – Fotografias, Fotografia 28**, Porta do Rossio – vestígios, p. cxlix.

³⁵⁶ “*Em alvará, com força da carta, de 15 de Maio de 1623, deu el-rei licença aos mordomos de Nossa Senhora da Alegria, sita na igreja de Santo Antão, no altar de S. Roque, da cidade de Évora, para que pudessem fazer capela à mesma Senhora na torre do muro da porta do Rocío, á semelhança de outras capellas que se construíram em outras portas da cidade e que não prejudicavam a defesa d’ella*”. Cf. Sousa Viterbo, *Op. Cit.*, vol. II, p. 510.

4. Porta do Raimundo³⁵⁷

Esta Porta é um dos melhores exemplos existentes na cidade no que refere aos elementos do sistema abaluartado. Tem dois torreões laterais bem destacados das suas anteriores características. A Porta que se vê actualmente resulta do arranjo em cantaria executado pela junta Distrital de Évora, no final do século XIX.

5. Porta de Mesquita³⁵⁸

O arco desta porta vislumbra-se no preciso sítio do altar-mor da Igreja do Senhor Jesus da Pobreza de Évora. Sobre ele existe uma capela que parece ocupar o espaço da antiga Ermida de Nossa Senhora do Amparo. O alienamento da porta verificou-se na segunda metade de Seiscentos, aquando da construção do baluarte do Assa, abrindo-se outra saída protegida por duas torres de cintura medieval, uma das quais estava artilhada em 1651³⁵⁹.

6. Porta de Machede³⁶⁰

Foi entaipada com a construção do baluarte do mesmo nome. No entanto, é possível descortinar o sítio da porta, sob o espaço da antiga Ermida de Nossa Senhora da Natividade - do século XV -, com o arco medieval, em parte aterrado num compartimento de arrumos.

Esta porta foi protegida por uma torre avançada, cuja implantação se aproximou muito do actualmente existente.

Acompanhando os terrenos envolventes podemos descortinar o traçado da cerca medieval já desaparecida, até ela se encontrar com o flanco esquerdo do baluarte de Nossa Senhora de Machede. A partir deste ponto reaparece a cerca, que segue em troços intercalados de repregas ao enfiamento da porta da Traição, e que com a construção do Colégio jesuíta foi inutilizada, mas que se ergueria sobre as fundações da cerca medieval. A topografia explica o troço medieval da muralha com uma significativa reentrância entre o Colégio e a cerca de Santa Mónica.

³⁵⁷ Cf. **Anexo VII – Fotografias, Fotografia 29**, Porta do Raimundo – Parte Frontal, p. cxliv.

³⁵⁸ Cf. **Anexo V - Plantas, Planta 32**, Porta do Rossio – Porta da Mesquita; e **Planta 33**, Porta de Mesquita – Baluarte do Assa, p. cxvi; **Anexo VII, Fotografias, Fotografia 30**, Porta da Mesquita - vestígios, p. cli.

³⁵⁹ Cf. Túlio Espanca, *Op. Cit.*, vol. VII, 1966, p. 13.

³⁶⁰ Cf. **Anexo V - Plantas, Planta 34**, Baluarte do Assa – Porta de Machede; e **Planta 35**, Porta de Machede, p. cxvi; **Anexo VII – Fotografias, Fotografia 31**, Porta de Machede - vestígios, p. clii.

7. Porta do Forte de Santo António

Apesar das expectativas de encontrarmos uma porta representante do sistema abaluartado, deparamos com uma porta remodelada numa época posterior. Actualmente está embutida num muro anexado aos panos de muralha. Observa-se uma porta embutida em pedra e cal, decorada com um azulejo alusivo à Quinta da Piedade. Pouco ou mesmo nada resta da abertura original da fortificação, uma vez que no local não são visíveis quaisquer tipos de materiais que a interliguem com os utilizados nos panos de muralha, baluartes e guaritas.

Ilustração 13 – Porta do Forte de Santo António



(Fonte: SIPA, Daniel Giebles – 2007)

Conclui-se que, com o surgir da Guerra da Restauração, Évora se adaptou às novas necessidades táticas e militares: reforçaram-se as muralhas fernandinas ao estilo da fortificação abaluartada, construindo-se os baluartes, reforçando-se as portas já existentes, e construindo-se dois fortes nitidamente modernos. O Forte dos Penedos apenas poderá ser descoberto arqueologicamente, mas o Forte de Santo António mantém a sua traça original, com algumas adaptações mercê das ocupações que conheceu, afirmando-se como um dos melhores exemplos da arquitetura militar moderna na região.

CAPÍTULO III

PROPOSTA DE SALVAGUARDA E VALORIZAÇÃO PARA O CONJUNTO ABALUARTADO DE ÉVORA

Na terceira e última parte, evidenciaremos o modo como tem sido valorizado o Conjunto Abaluartado de Évora e apresentaremos as nossas sugestões para o transformar num polo atrativo, ressaltando o seu carácter histórico, patrimonial e cultural.

Nesse sentido, conciliaremos a legislação nacional e internacional com os princípios das Organizações e Sistemas de Informação ligados à conservação e salvaguarda do Património com vista à conservação e valorização contínua do Conjunto.

Além das propostas a nível paisagístico e ao nível da conservação do existente, idealizaremos o CIFA – o Centro Interpretativo da Fortificação Abaluartada de Évora, cujos objetivos, princípios e realizações descreveremos a seguir.

1 - O património militar versus património histórico: teorias, convenções, legislação, e organismos a nível nacional e internacional

Na Europa amadureceram noções ligadas à salvaguarda e à valorização do património, entre os séculos XV e XVIII, posteriormente conjugadas nas vertentes teóricas do restauro³⁶¹, até ao vocabulário conceptual da atualidade em termos de património, e onde a questão da preservação do património militar assume um significado cultural pautado nos valores formais, históricos, simbólicos e memoriais.

Em Portugal, a preocupação dos monarcas na reparação das fortificações foi decisiva para a implementação de um conjunto de medidas legais expressas na obrigação das populações na construção, na reparação e no financiamento dos sistemas defensivos³⁶². No século XVI, destaca-se o papel protagonizado pelo *Livro das Fortalezas*, de Duarte D'Armas, onde se encontra esquematizado um plano de intervenção, baseado na avaliação individual de todas as fortificações da fronteira luso-

³⁶¹ Destaca-se o respeito pelo material original, a ideia de distinção da intervenção e a importância da metodologia científica. Foram preponderantes o despertar do Iluminismo, os debates gerados pelas transformações decorrentes da Revolução Industrial e as destruições após a Revolução Francesa.

³⁶² No reinado de D. João IV, surgiram medidas no sentido de reforçar as fortificações da época, das quais se destacam as praças transfronteiriças, garantindo-se a preservação de um conjunto de estruturas militares, indispensáveis à manutenção da independência política de Portugal.

castelhana. Esta obra surge como referência ao longo de toda a Época Moderna e serve de base para um plano concreto de restauro e de preservação deste património.

O processo de maturação a nível europeu combinou formulações teóricas e experiências práticas, desde inventários a intervenções, que se desenrolaram ao longo do século XIX, com repercussão na legislação de alguns países³⁶³. No final dessa centúria e início da seguinte, Riegl elaborou análises sobre a forma de apreensão dos conjuntos históricos pela sociedade, teorizando acerca da preservação dos conjuntos³⁶⁴.

Na sequência das destruições patrimoniais, ocorridas durante a II Guerra Mundial, surgiram outras posições no campo do restauro, uma vez que os instrumentos teóricos defendidos até então eram reduzidos, quando confrontados com as extensas áreas devastadas. Destacam-se as teorias de Cesari Brandi, Roberto Pane, Renato Bonelli e Paul Philippot³⁶⁵, que atingiram consenso internacional na **Carta de Veneza**³⁶⁶. As várias experiências contribuíram para fundamentar noções ligadas ao restauro³⁶⁷ e permanecem atuais. Existem finalidades comuns à preservação, uma vez que o restauro se baseia no respeito pelo conjunto tendo por objetivo conservar os valores estéticos e históricos do monumento, respeitando o material original³⁶⁸.

³⁶³ Algumas vertentes defendiam o estado idealizado da obra, tendo como objetivo a unidade de estilo, mesmo que para tal tivessem de ser sacrificadas várias fases da obra e feitas substituições maciças, cujo mediador foi **Viollet-le-Duc**; a que preconizava o respeito absoluto pelo material original – encabeçada por **John Ruskin** e **William Morris** –, que aconselhava manutenções periódicas a fim de prolongar a vida dos conjuntos. Estas experiências dispare foram formuladas no final do mesmo século, em especial por **Camillo Boito**, consolidando uma via que se contrapunha à prática das tentativas de se voltar a um suposto estado original ou unidade de estilo, preconizando-se agora o respeito pelo material original, pelas marcas do tempo e pelas várias fases da obra, além de recomendar a mínima intervenção e a distinção das ações contemporâneas, para que estas últimas não se confundissem com o que subsiste do conjunto.

³⁶⁴ *O Culto Moderno dos Monumentos*, de 1903, da autoria de Riegl, integra um projeto de organização legislativa para a conservação da Áustria, sendo composto por três partes: a primeira, o *culto*, consiste numa discussão teórica que fundamenta a proposta da lei; a segunda é o projeto da lei para a tutela dos conjuntos; e a última é composta pelas disposições para aplicação da lei. Cf. o artigo de Cláudia dos Reis e Cunha, «Alois Riegl e o “O culto moderno dos monumentos”», in *Revista CPC*, São Paulo, maio/outubro, 2006, v.1, n.2, pp. 6-16 – disponível em <http://www.revistasusp.sibi.usp.br/pdf/cpc/n2/a02n2.pdf> (consultado a 19 de maio de 2012); e Alois Riegl, *O Culto Moderno dos Monumentos*, Edições 70, 2013.

³⁶⁵ Autores ligados ao “restauro crítico”, tais como **Bonelli** e **Pane**, alicerçaram as suas posições nas análises das transformações por que passaram as teorias do restauro, reformulando-as e articulando-as com outras teorias da época, tais como as de **Brandi** que, por sua vez, fundamentou as suas posições na Estética e na História.

³⁶⁶ Emanada do II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos/ ICOMOS, em 1964. Disponível em <http://www.igespar.pt/media/uploads/cc/CartaDeVeneza.pdf> (consultado a 17 de agosto de 2012). Cf.

Apêndice Documental.

³⁶⁷ Segundo Brandi, o restauro deve ser entendido como o “*momento metodológico do reconhecimento da obra de arte, na sua consistência física e na sua dúplici polaridade estética e histórica, com vista à sua transmissão ao futuro*”. Cf. Cesari Brandi, *Teoria do Restauro*, Atelie Editorial, 2004, p. 30.

³⁶⁸ Art.º 9 da Carta de Veneza sobre a Conservação e Restauro dos Monumentos e dos Sítios. Além disso, a conservação e o restauro dos monumentos constituem uma disciplina que apela à colaboração de todas as ciências e de todas as técnicas que possam contribuir para o estudo e salvaguarda do património monumental – art.º 2 - e visam salvaguardar tanto a obra de arte como o testemunho histórico – art.º 4. A conservação dos monumentos impõe, em primeiro lugar, uma manutenção permanente dos mesmos. O conjunto é inseparável da sua História – da qual é testemunho – e também do meio em que está situado – art.7º. Sempre que as técnicas tradicionais se revelem inadequadas, a consolidação de um monumento pode ser assegurada com o apoio de todas as técnicas modernas de conservação e de construção cuja eficácia tenha sido comprovada por dados científicos e garantida pela experiência – art.10º.. Os trabalhos de conservação e de restauro têm de ser acompanhados pela compilação de uma documentação precisa de desenhos e de fotografias. Todas as fases de trabalho de seleção, de consolidação, de integração, assim

Entre as várias Convenções relacionadas com estas temáticas, destacamos a **Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural**³⁶⁹, da UNESCO³⁷⁰, que ressalta a obrigação individual de assegurar a identificação, proteção, conservação, valorização e transmissão às gerações futuras do património. Agir é fundamental, pois os vestígios estão cada vez mais ameaçados de destruição, não apenas pelas causas tradicionais de degradação, mas também pela evolução da vida social e económica que os agrava através dos fenómenos de alteração ou de destruição.

A questão da musealização dos vestígios do passado tem vindo a colocar-se ao longo dos séculos XX e XXI. Essa preocupação remonta a 1931, mais concretamente de 21 a 30 de outubro, quando se realizou a **Conferência de Atenas**. A Carta³⁷¹, emanada desta conferência especifica a necessidade da proteção do património. Essa preservação abrange a conservação, o restauro e a sua respetiva valorização. Esta necessidade de enquadrar a salvaguarda do património através da legislação continuou patente na já referida Carta de Veneza³⁷², uma das mais importantes referências no domínio da recuperação e valorização³⁷³.

Nos termos da **Carta de Cracóvia sobre os Princípios para a Conservação e o Restauro do Património Construído**³⁷⁴, a manutenção e a reparação³⁷⁵ constituem um elemento fundamental do processo de conservação do património, que deve ser executado de acordo com um projeto de restauro inserido numa estratégia de conservação a longo prazo. O projeto baseia-se em opções técnicas apropriadas e é elaborado segundo um processo cognitivo que integra a recolha de informação e a

como os elementos formais e técnicos identificados no decorrer dos trabalhos serão anotados. Esta documentação será guardada nos arquivos de um organismo público e colocada à disposição das pessoas que a quiserem consultar e a sua publicação é recomendada – art.16º.

³⁶⁹ Paris, 17 de outubro a 21 de novembro de 1972.

Disponível em

<http://www.igespar.pt/media/uploads/cc/ConvencaoParaaProteccaoDoPatrimonioMundialCulturalNatural.pdf> (consultado a 10 de setembro de 2012).

³⁷⁰ United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. Cf. <http://www.unesco.org/new/en/>; <http://www.unesco.pt/> (consultado a 12 de setembro de 2012).

³⁷¹ Proveniente do Escritório Internacional dos Museus/Sociedade das Nações, em 1931. Disponível em <http://www.igespar.pt/media/uploads/cc/CartaDeAtenas.pdf> (consultado a 12 de setembro de 2012).

³⁷² No seu art.1º. define-se monumento histórico como a criação arquitetónica isolada bem como o sítio rural ou urbano que testemunhe uma civilização particular, uma evolução significativa ou um acontecimento histórico.

³⁷³ A recuperação e a valorização assentam na noção de conservação. Esta frisa a necessidade de conservação de um monumento através da manutenção permanente dos mesmo e dos elementos que o constituem e que a ele estão associados. Neste âmbito, a prática do restauro e beneficiação corrente adotou uma metodologia de intervenção baseada, essencialmente, na preservação do elemento existente, tendencialmente adaptado a uma função útil à sociedade, em que esta se assumia como garante da sua prevenção.

³⁷⁴ Emanada da Conferência Internacional sobre Conservação, em 2000. Disponível em <http://www.igespar.pt/media/uploads/cc/cartadecracovia2000.pdf> (consultado a 12 de setembro de 2012).

³⁷⁵ Estas ações exigem investigações prévias, testes, inspeções, controlos, acompanhamento dos trabalhos e do seu comportamento pós-realização.

compreensão do conjunto. Inclui ainda o estudo dos materiais tradicionais (ou novos), assim como da estrutura, análises gráficas e dimensionais e a identificação dos significados histórico, artístico e sociocultural.

Destacamos também a **Declaração de Budapeste sobre o Património Mundial**³⁷⁶ que zela pelo justo equilíbrio entre a conservação, a sustentabilidade e o desenvolvimento, de modo a proteger o património mundial através de atividades adequadas que contribuam para o desenvolvimento social e económico e para a qualidade de vida da comunidade. Reconhece ainda que qualquer atentado sobre o património constitui uma violação à herança comum da humanidade. Nesta orientação, e integradas no processo de acompanhamento do estado de conservação do património mundial, temos a **Declaração de Dresden**³⁷⁷, **Declaração de Viena**³⁷⁸, a **Carta de Bruxelas**³⁷⁹, e as **Orientações Técnicas para Aplicação do Património Mundial**³⁸⁰.

Emanada do Conselho da Europa, temos a **Carta Europeia do Património Arquitetónico**³⁸¹, que além de defender os princípios de salvaguarda do conjunto visa o respeito e a valorização dos conjuntos urbanos. Segundo o seu artigo 4.º, a estrutura dos conjuntos históricos favorece o equilíbrio harmonioso das sociedades. Na sequência desta, a **Convenção para a Salvaguarda do Património Arquitetónico da Europa**³⁸², que ressalta outros princípios não presentes na anterior, embora muito semelhantes.

Na **Recomendação sobre a Salvaguarda dos Conjuntos Históricos e da sua Função na Vida Contemporânea**³⁸³ e na **Carta Internacional para a Salvaguarda**

³⁷⁶ Na qual o Comité do Património Mundial reconhece o caráter da Convenção da UNESCO e, consequentemente, a necessidade de assegurar a sua aplicação enquanto instrumento de desenvolvimento sustentável de todas as sociedades, pelo diálogo e pela compreensão mútua. Recomendação emanada da UNESCO em 2002. Disponível em <http://www.igespar.pt/media/uploads/cc/declaracaoBudapestesobrepatrimoniomundial2002.pdf> (consultado a 14 de setembro de 2012).

³⁷⁷ O Comité Nacional do ICOMOS da República Democrática Alemã, reuniu-se em Dresden, entre 15 e 19 de novembro de 1982, num simpósio sobre o tema da “Reconstrução de Monumentos Destruídos pela Guerra”. Disponível em <http://5cidade.files.wordpress.com/2008/03/declaracao-de-dresden.pdf>.

³⁷⁸ É proveniente do ano 2009. Disponível em <http://5cidade.files.wordpress.com/2008/03/declaracao-de-dresden.pdf> <http://www.igespar.pt/media/uploads/cc/DECLARACAODEVIENA.pdf> (consultado a 14 de setembro de 2012).

³⁷⁹ Proveniente do ano 2009. Disponível em <http://www.igespar.pt/media/uploads/cc/CartadeBruxelas.pdf> (consultado a 17 de setembro de 2012).

³⁸⁰ Proveniente do ano de 2010. Disponível em <http://www.igespar.pt/media/uploads/OrientacoesTecnicasPatrimonioMundialMaio2010revCNU30Junho.pdf> (consultado a 16 de setembro de 2012).

³⁸¹ Conselho da Europa, 1975. Disponível em <http://www.igespar.pt/media/uploads/cc/CARTAEUROPEIADOPATRIMONIOARQUITECTONICO.pdf> (consultado a 18 de setembro de 2012).

³⁸² Granada, Conselho da Europa, 1985. Disponível em <http://www.igespar.pt/media/uploads/cc/granada.pdf> (consultado a 18 de setembro de 2012).

³⁸³ Emanada da UNESCO, em 1976. Disponível em http://portal.unesco.org/en/ev.phpURL_ID=13133&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html (consultado a 18 de setembro de 2012).

das Cidades Históricas³⁸⁴, entende-se por salvaguarda das cidades históricas as medidas necessárias para a sua proteção, a conservação e o restauro, assim como para o seu desenvolvimento coerente e para a sua adaptação harmoniosa à vida contemporânea.

Para o desenvolvimento de um turismo sustentado, é indispensável referir-se a **Carta dos Itinerários Culturais**³⁸⁵, que refere que, através destes, o património pode ser considerado na sua autêntica dimensão cultural e histórica, contribuindo-se para a conservação integral do Conjunto. Além disso, promovem uma atividade de interesse social e económico, imprescindível para um desenvolvimento equilibrado. Apesar de ser uma atividade promissora para as cidades, o turismo pode constituir uma ameaça à sua identidade cultural. Como tal, fez-se um **Apelo a Évora**³⁸⁶, a favor de um desenvolvimento turístico empenhado em salvaguardar atividade e o carácter das cidades históricas.

Entre a legislação portuguesa, destacamos o **Decreto n.º 20985, DR 56 SÉRIE I de 1932-03-07**³⁸⁷, no qual o Ministério da Instrução Pública institui ao Conselho Superior de Belas Artes, normas sobre a proteção e conservação de monumentos³⁸⁸. A **Lei n.º 2032. DR 125/49 SÉRIE I de 1949-06-11**³⁸⁹, em que a Presidência da República promulga disposições sobre a proteção e conservação de todos os elementos ou conjuntos de valor histórico, artístico ou paisagístico concelhios³⁹⁰. No **Decreto-Lei n.º 181/70. DR 99/70 SÉRIE I de 1970-04-28**³⁹¹ destaca-se a Recomendação da Comissão Europeia, de 20 de dezembro de 1974, aos Estados-Membros relativa à proteção do património arquitetural; no **Decreto n.º 49/79. DR 130/79 SÉRIE I de 1979-06-06**³⁹² o Ministério dos Negócios Estrangeiros - Direcção-Geral dos Negócios

³⁸⁴ Proveniente do ICOMOS, em 1987. Disponível em <http://www.igespar.pt/media/uploads/cc/CARTAINTERNACIONALPARASALVAGUARDADASCIDADES HISTORICAS.pdf> (consultado a 20 de setembro de 2012).

³⁸⁵ Carta do Itinerários Culturais, Elaborada pelo Comité Científico Internacional dos Itinerários Culturais do ICOMOS, ratificada pela 16.ª Assembleia do ICOMOS, em 4 de outubro de 2008. Cf. **Apêndice Documental**.

³⁸⁶ Apelo a Évora, no âmbito do 4.º Simpósio Internacional das Cidades Património Mundial e da 3.ª Assembleia Geral da Organização das Cidades Património Mundial – Évora, 20 de setembro de 1997. Cf. **Apêndice Documental**.

³⁸⁷ Disponível em <http://www.dre.pt/pdf1s/1932/03/05600/04310436.pdf> (consultado a 20 de setembro de 2012).

³⁸⁸ Art.º 24º e 30º do Decreto n.º 20.985. DG I SÉRIE de 7 de Março de 1932 - Classificação dos monumentos nacionais e dos imóveis de interesse público. *Idem*.

³⁸⁹ Disponível em <https://dre.pt/pdf1sdip/1949/06/12500/04110411.pdf> (consultado a 23 de setembro de 2012).

³⁹⁰ Base 1 da referida lei: Classificação dos móveis e imóveis de interesse concelhio. *Idem*.

³⁹¹ Disponível em <https://dre.pt/pdf1sdip/1970/04/09900/05220523.pdf> (consultado a 23 de setembro de 2012).

³⁹² Disponível em <https://dre.pt/pdf1sdip/1979/06/13000/12591272.pdf> (consultado a 23 de setembro de 2012).

Políticos aprova, para adesão, a já referida Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural³⁹³.

De 1980 – 1988 destacam-se o **Aviso DR 264/80 SÉRIE I de 1980-11-14**³⁹⁴ em que o Ministério dos Negócios Estrangeiros - Direcção-Geral dos Negócios Políticos - torna público que o representante de Portugal junto da UNESCO depositou junto do Secretário-Geral daquela organização o instrumento de ratificação, por parte de Portugal, da Convenção Relativa à Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural. A **Lei n.º 13/85. DR 153/85 SÉRIE I de 1985-07-06**³⁹⁵ em que a Assembleia da República promulgou a Lei de Bases do Património cultural português; e o **Aviso DR 39/88 SÉRIE I de 1988-02-17**³⁹⁶ do Ministério dos Negócios Estrangeiros - Direcção de Serviços Culturais -, que torna público o facto de os bens nacionais terem sido incluídos na lista do património mundial da UNESCO por decisão do Comité do Património Mundial.

De 1990 - 1999 destacamos o **Decreto do Presidente da República n.º 5/91. DR 19/91 SÉRIE I-A de 1991-01-23**³⁹⁷ em que a Presidência da República ratifica a já referida Convenção para a Salvaguarda do Património Arquitetónico da Europa; o **Despacho Normativo n.º 23/91. DR 24/91 SÉRIE I-B de 1991-01-29**³⁹⁸ da Presidência do Conselho de Ministros cria o **Prémio de Defesa do Património Cultural**. O **Decreto-Lei n.º 42/96. DR 106/96 SÉRIE I-A de 1996-05-07**³⁹⁹ em que o Ministério da Cultura cria a Lei Orgânica do Ministério da Cultura; o **Decreto-Lei n. 120/97. DR 113/97 SÉRIE I-A de 1997-05-16**⁴⁰⁰ que aprova a orgânica do IPPAR⁴⁰¹; a **Portaria n.º 1221/97. DR 279/97 SÉRIE I-B de 1997-12-03**⁴⁰² em que o Ministério da Cultura aprova o Regulamento do Conselho Consultivo do IPPAR. O **Decreto-Lei n.º 59/99 de 1999-03-02**⁴⁰³ do Regime Jurídico das Empreitadas e Obras Públicas; o **Decreto-Lei n.º 342/99 198/99 SÉRIE I-A de 1999-08-25**⁴⁰⁴ IPCR⁴⁰⁵.

³⁹³ Paris, 17 de Outubro a 21 de Novembro de 1972.

<http://www.igespar.pt/media/uploads/cc/ConvencaooparaaProteccaodoPatrimonioMundialCulturalNatural.pdf> (consultado a 24 de setembro de 2012).

³⁹⁴ Disponível em <http://www.dre.pt/pdf1s/1980/11/26400/38833883.pdf> - consultado a 24 de setembro de 2012); (consultado a 24 de setembro de 2012).

³⁹⁵ Disponível em <https://dre.pt/pdf1sdip/1985/07/15300/18651874.pdf> (consultado a 27 de setembro de 2012).

³⁹⁶ Disponível em <http://www.dre.pt/pdf1s/1988/02/03900/05520552.pdf> (consultado a 2 de outubro de 2012).

³⁹⁷ Disponível em <https://dre.pt/pdf1sdip/1991/01/019A00/03860386.pdf> (consultado a 4 de outubro de 2012).

³⁹⁸ Disponível em <https://dre.pt/pdf1sdip/1991/01/024B00/04660467.pdf> (consultado a 2 de outubro de 2012).

³⁹⁹ Disponível em <https://dre.pt/pdf1sdip/1996/05/106A00/10491055.pdf> (consultado a 7 de outubro de 2012).

⁴⁰⁰ Disponível em <https://dre.pt/pdf1sdip/1997/05/113A00/24212433.pdf> (consultado a 7 de outubro de 2012).

⁴⁰¹ Instituto Português do Património Arquitetónico.

⁴⁰² Disponível em <https://dre.pt/pdf1sdip/1997/12/279B00/64566457.pdf> (consultado a 7 de outubro de 2012).

⁴⁰³ Disponível em <https://dre.pt/pdf1sdip/1999/03/051A00/11021156.pdf> (consultado a 9 de outubro de 2012).

⁴⁰⁴ Disponível em <https://dre.pt/pdf1sdip/1999/08/198A00/57355741.pdf> (consultado a 9 de outubro de 2012).

⁴⁰⁵ Instituto Português de Conservação e Restauro.

Entre 2000-2004 distinguem-se: o **Decreto do Presidente da República n.º 13/2000. DR 76 SÉRIE I-A de 2000-03-30**⁴⁰⁶, no qua se ratifica a Convenção para a Proteção dos Bens Culturais em Caso de Conflito Armado, adotada em Haia a 14 de Maio de 1954. A **Resolução da Assembleia da República n.º 26/2000. DR 76 SÉRIE I-A de 2000-03-30**⁴⁰⁷ que aprova, para ratificação, a Convenção referida no Decreto anterior; a **Lei n.º 107/2001 de 8 de Setembro DR 209 SÉRIE I-A de 2001-09-08**⁴⁰⁸ estabelece as Bases da Política e do Regime de Proteção e Valorização do Património Cultural. Esta lei constitui um marco legislativo, uma vez que enquadrava legalmente a proteção e a valorização do património cultural⁴⁰⁹. Abriu caminho a outras leis que explicitam mais concretamente a forma se salvaguarda do património.

Ressaltamos ainda a **Portaria n.º 376/2007 de 2007-03-30**⁴¹⁰ que aprova os estatutos do IGESPAR⁴¹¹, que possui Departamentos de Salvaguarda; Inventário; Estudos e Divulgação; Projetos e Obras, e Gestão; o **Decreto-Lei 309/2009**⁴¹² que define o procedimento de classificação dos bens imóveis de interesse cultural, bem como o regime jurídico das zonas de proteção e do plano de pormenor de salvaguarda; o **Decreto-Lei 138/2009**⁴¹³ que diz respeito à criação do Fundo de Salvaguarda do Património; e o **Decreto-Lei 140/2009**⁴¹⁴ que aprova o regime jurídico dos estudos, projetos, relatórios, obras ou intervenções sobre bens imóveis classificados⁴¹⁵.

Especificamente para a fortificação de Évora destaca-se o **Decreto-Lei de 1910-06-16**⁴¹⁶, publicado no Diário do Governo, n.º 136 de 23 de junho 1910, onde se classifica uma lista de algumas fortificações como MN⁴¹⁷. Desta lista fazem parte alguns troços da fortificação de Évora. Ressaltamos também o **Decreto n.º 7.719, DG,**

⁴⁰⁶ Disponível em <https://dre.pt/pdf1sdip/2000/03/076A00/12891289.pdf> (consultado a 12 de outubro de 2012).

⁴⁰⁷ Disponível em <https://dre.pt/pdf1sdip/2000/03/076A00/13261342.pdf> (consultado a 12 de outubro de 2012).

⁴⁰⁸ Disponível em <https://dre.pt/pdf1sdip/2001/09/209A00/58085829.pdf> (consultado a 12 de outubro de 2012).

⁴⁰⁹ Refere concretamente, no art.2º., o conceito e o âmbito do património cultural. Na alínea 3 do referido artigo, refere mesmo que “o interesse cultural relevante, designadamente histórico, (...) arquitetónico (...), documental (...) dos bens que integram o património cultural refletirá valores de memória, antiguidade, autenticidade, originalidade, raridade, singularidade ou exemplaridade”.

⁴¹⁰ Disponível em <https://dre.pt/pdf1sdip/2007/03/06400/20192024.pdf> (consultado a 17 de outubro de 2012).

⁴¹¹ Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico.

⁴¹² Disponível em <https://dre.pt/pdf1sdip/2009/10/20600/0797507987.pdf> (consultado a 19 de outubro de 2012).

⁴¹³ Disponível em <https://dre.pt/pdf1sdip/2009/06/11300/0364603647.pdf> (consultado a 19 de outubro de 2012).

⁴¹⁴ Disponível em <https://dre.pt/pdf1sdip/2009/06/11300/0365303659.pdf> (consultado a 23 de outubro de 2012).

⁴¹⁵ O acompanhamento obrigatório das intervenções dos bens protegidos tem em conta o princípio da prevenção, face ao risco e à dificuldade inerentes aos trabalhos de conservação e restauro. *Idem*.

⁴¹⁶ Cf. Decreto-Lei de 16 de junho de 1910, no **Apêndice Documental**. Disponível em http://www.cm-coimbra.pt/dmdocuments/dmat/doe/Legislacao%20Servicoes%20e%20restricoes%2001-2011/4_patrimonio_edificado/4_1_imov_classif/monumentos_nacionais/03-Decreto_16-06-1910.pdf (consultado a 15 de novembro de 2012).

⁴¹⁷ Monumento Nacional.

n.º 199 de 1921-09-29⁴¹⁸, que classifica de MN a parte dos prédios militares n.ºs 14 e 15 de Évora, que incluem a Porta da Lagoa e a do Raimundo; o **Decreto n.º 8.218, DG, 1.ª série, n.º 130 de 1922-06-29**⁴¹⁹, classifica a Porta de Avis como MN; o **Decreto n.º 11.773, DG, 1.ª série, n.º 135 de 1926-06-25**⁴²⁰, que considera MN toda a parte das muralhas e fossos de Évora que ainda não haviam sido classificados; e o **Decreto n.º 41.191, DG, 1.ª série, n.º 162 de 1957-07-18**⁴²¹, classificou o Forte de Santo António como IIP⁴²².

Dos organismos internacionais e sistemas de informação, destacamos o **ICCROM**⁴²³ e o **ICOMOS**⁴²⁴ em matéria de conservação e proteção do património. O primeiro, fundado em 1956, executa programas de investigação, documentação, assistência técnica, formação e sensibilização para melhorar a conservação do património. E o segundo, criado em 1965, na sequência do II Congresso de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos. O ICOMOS tem como base a Carta de Veneza e é o principal consultor da Unesco na avaliação das candidaturas de bens a incluir na Lista do Património Mundial e na elaboração de relatórios sobre o estado de conservação dos bens já inscritos nessa Lista⁴²⁵. Este organismo elaborou o formulário de uma Ficha de Inventário para as Fortificações Abaluartadas⁴²⁶, transmitindo-nos a crescente importância pela qual estas são votadas, dado que desempenham um importante papel na sociedade atual.

⁴¹⁸ Disponível em <https://dre.pt/pdf1sdip/1921/09/19900/11971197.pdf> (consultado a 17 de novembro de 2012); Cf. Decreto n.º 7.719, DG, n.º 199 de 1921-09-29, no **Apêndice Documental**.

⁴¹⁹ Disponível em <https://dre.pt/pdf1sdip/1922/06/13000/06300630.pdf> (consultado a 25 de novembro de 2012). Cf. Decreto n.º 8.218, DG, 1.ª série, n.º 130 de 1922-06-29, no **Apêndice Documental**.

⁴²⁰ Disponível em <http://www.dre.pt/pdf1s/1926/06/13500/06180618.pdf> (consultado a 25 de novembro de 2012). Cf. Decreto n.º 11.773, DG, 1.ª série, n.º 135 de 1926-06-25, no **Apêndice Documental**.

⁴²¹ Disponível em <https://dre.pt/pdf1sdip/1957/07/16200/07340735.pdf> (consultado a 15 de novembro de 2012). Cf. Decreto n.º 41.191, DG, 1.ª série, n.º 162 de 1957-07-18, no **Apêndice Documental**.

⁴²² Imóvel de Interesse Público. Cf. Decreto n.º 41.191, DG, 1.ª série, n.º 162 de 1957-07-18, no **Apêndice Documental**; disponível em <https://dre.pt/pdf1sdip/1957/07/16200/07340735.pdf> - consultado a 15 de novembro de 2012).

⁴²³ Centro Internacional para o Estudo da Preservação e Restauro de Bens Culturais. Cf. <http://www.iccrom.org/> (consultado a 3 de novembro de 2012).

⁴²⁴ Conselho Internacional dos Monumentos e dos Sítios. Cf. <http://www.icomos.org/fr/> (consultado a 17 de novembro de 2012); <http://icomos.fa.utl.pt/> (consultado a 7 de novembro de 2012).

⁴²⁵ A organização congrega especialistas em património servindo de fórum internacional para o diálogo e troca de experiências; recolhe e difunde informações sobre os princípios, técnicas e políticas de conservação e restauro do património construído; encoraja a adoção e implementação de convenções e recomendações internacionais respeitantes à proteção, conservação e valorização dos monumentos, conjuntos e sítios; difunde os princípios da Carta de Veneza; define métodos de gestão do património para assegurar a sua conservação e valorização; realiza missões de peritagem a pedido de entidades oficiais responsáveis pela administração do património; e sensibiliza o público para a proteção do património através da utilização dos meios de comunicação social e da celebração do **Dia Internacional dos Monumentos e Sítios** (18 de abril).

⁴²⁶ Cf. Inventory Record For Bastioned Fortifications, no **Apêndice Documental**.

Neste âmbito, destacamos também o **ICOFORT**⁴²⁷, que consiste num Comité Científico de Fortificação e Património Militar do ICOMOS em cooperação com o **CIEFAL**⁴²⁸ no Comité Nacional de Espanha (órgão sucessor da UNESCO).

Em Portugal, o organismo com competências nestas matérias é a **DGPC**⁴²⁹, que resultou da fusão do **IGESPAR**⁴³⁰, do **IMC IP**⁴³¹ e da **DRCLVT**⁴³², patente no **Decreto-Lei nº 115/2012, de 2012-05-25**⁴³³. Tem como principal missão a gestão, a salvaguarda, a conservação e a valorização dos bens que, pelo seu interesse histórico, artístico, paisagístico, científico, social e técnico, integram o património cultural classificado do país.

Neste âmbito, destaca-se também o papel desempenhado pela **DRCALENTEJO**⁴³⁴, que pretende criar condições de acesso aos bens culturais, acompanhando acções relativas à salvaguarda, valorização e divulgação do património.

Realçamos ainda o **SIPA**⁴³⁵, Sistema de Informação e Documentação sobre Património Arquitetónico, Urbanístico e Paisagístico Português gerido pelo **IHRU**⁴³⁶, que desempenha funções importantes no suporte a políticas, estratégias e ações de intervenção, visando a salvaguarda e valorização do património em causa. Herdou o trabalho desenvolvido pela DGEMN.

No domínio do património militar, sublinhamos o contributo da **Associação Amigos dos Castelos**⁴³⁷, fundada em 1983, no seguimento de uma vontade coletiva de salvaguarda dos monumentos militares portugueses. É a maior associação portuguesa de defesa militar deste tipo de património e contribui para a conservação, proteção, divulgação e salvaguarda do património fortificado português, juntamente com as suas

⁴²⁷ Cf. <http://icofort.icomos.org/> (consultado a 18 de Agosto de 2012).

⁴²⁸ Centro Internacional de Estudos de Fortificações e Apoio Logístico.

⁴²⁹ Direcção-Geral do Património Cultural.

⁴³⁰ Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico. Cf. <http://www.igespar.pt/pt/> (consultado a 16 de novembro de 2012).

⁴³¹ Instituto dos Museus e da Conservação. Cf. <http://www.imc-ip.pt/> (consultado a 24 de outubro de 2012).

⁴³² Direcção Regional de Cultura de Lisboa e Vale do Tejo.

⁴³³ Disponível em <https://dre.pt/pdf1sdip/2012/05/10200/0277202777.pdf> (consultado a 12 de Dezembro de 2012).

⁴³⁴ Direcção Regional de Cultura do Alentejo. Cf. <http://www.cultura-alentejo.pt/pagina,46,47.aspx> (consultado a 18 de Novembro de 2011).

⁴³⁵ Sistema de Informação para o Património Arquitetónico. Cf. http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SitePageContents.aspx?id=8937d1d0-e95b-40aa-9f23-c2aea86119b4 (consultado a 17 de outubro de 2011).

⁴³⁶ Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P. O IHRU resulta da reestruturação e red denominação do antigo INH - Instituto Nacional de Habitação -, tendo nele sido integrados o IGAPHE - Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado - e parte da DGEMN - Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. Cf. <http://www.portaldahabitacao.pt/pt/ihru/> (consultado a 6 de janeiro de 2012).

⁴³⁷ Em 2003 considerou-se uma organização não-governamental de interesse ambiental por decisão do Instituto do Ambiente, aumentando a sua capacidade de intervenção na defesa e salvaguarda do património natural e construído. Desde 1984 que a Associação celebra o Dia Nacional dos Castelos. Em 7 de outubro de 2003, esta data foi oficialmente fixada, comemorando-se em vários pontos do país. Cf. <http://www.amigosdoscastelos.org.pt/> (consultado a 12 de dezembro de 2011).

envolventes e sítios históricos. Pretende ainda estimular o estudo, a investigação e o interesse pelas fortificações fomentando o conhecimento e apontando caminhos para a sua valorização e fruição⁴³⁸.

Por último, é imprescindível referirmos o papel desempenhado pelo **Exército Português**, nomeadamente no **Projeto SIDCARTA**⁴³⁹, que disponibiliza os fundos da Direção de Engenharia do Exército⁴⁴⁰, facilitando a consulta em base de dados; permite a preservação dos documentos; e contribui para a divulgação do património cartográfico/militar nacional através de estudos utilizando os fundos.

Por fim, destacamos o Projeto **CADIVAFOR** resultado de uma iniciativa comunitária, para a catalogação, digitalização e valorização das fortificações do Alto Minho e da Galiza. Deste projeto resulta uma Base de Dados, que se denomina **CIEFORM**, para a identificação, descrição, valorização e gestão do património militar histórico, tanto a nível das construções como dos conjuntos ou sistemas a que pertencem⁴⁴¹.

2 - O conjunto abaluartado de Évora: categoria, tutela, propriedade e estado de conservação

a) Categoria

Compreende-se pelos Decretos-Lei apresentados que, a classificação do Conjunto Abaluartado de Évora como MN e IIP, se efetivou em várias fases. Recapitulando, em 1910 classificaram-se alguns troços; em 1921 classificaram-se as Portas da Lagoa e do Raimundo; em 1922 classificou-se a Porta de Avis; em 1926 classificaram-se todos os troços e fossos que ainda não tinham sido classificados; e em 1957, deu-se a classificação do Forte de Santo António.

⁴³⁸ Segundo a Associação, o estabelecimento de parcerias entre várias entidades deve ser vista como um exercício conjunto de cidadania. No caso da salvaguarda deste tipo de património construído, essas parcerias têm que envolver todos os agentes da sociedade: instituições públicas, organizações não-governamentais, associações e empresas.

⁴³⁹ Sistema de Informação para Documentação Cartográfica: o Espólio da Engenharia Militar Portuguesa, Projeto cuja realização envolveu o Exército, através da DSE, do Instituto Geográfico do Exército e do Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa. Cf. <http://am.exercito.pt/bibliopac/bibliopac.htm> (consultado a 12 de fevereiro de 2012).

⁴⁴⁰ Documentação cartográfica e informação documental.

⁴⁴¹ Cf. <http://www.cieform.org/home.cis.jsessionid=E690999D2C78D77F43A373F0CE85465D> (consultado a 18 de Agosto de 2012); e as Normas para preencher o modelo de Base de Dados de uma construção (quando se considera apenas uma) ou “sistema” de fortificação (quando se considera mais que uma fortificação) e/ou logística do património histórico militar, para a sua identificação, descrição, valorização e gestão (Plano Director), pelo CIEFAL do ICOMOS-ESPAÑA, no **Apêndice Documental**.

Desta forma, a sua classificação foi um processo complexo, dado que, além das várias fases, a legislação não nos apresenta cartografia anexa para podermos interligar a informação com os correspondentes troços. No entanto, sabemos que todo o Conjunto está classificado.

b) Tutela e propriedade

O Conjunto está sob a alçada da Direção Regional de Cultura do Alentejo, à qual competem os cuidados necessários para a preservação do mesmo, que são complementados com os projetos efetuados pela Câmara Municipal de Évora para intervir no Conjunto.

Os troços que subsistem do Conjunto possuem um grande impacto urbanístico, e estão valorizados pelo tratamento paisagístico dado à zona extramuros. Destacam-se, sobretudo, os Baluartes do Príncipe e do Conde de Lippe, que suportam no seu interior o Jardim Público de Évora.

O Forte de Santo António pertence à Igreja Católica, e o Baluarte de S. Bartolomeu pertence à Junta Autónoma de Estradas. Os restantes baluartes e troços estão sob alçada municipal. Embora, no mesmo local se norteiem propriedades privadas (quando pertencem a casas), como o troço que vai da Porta da Lagoa à Porta de Avis e o troço da Av. São João de Deus (pertencente à Santa Casa da Misericórdia⁴⁴²); os troços junto ao Quartel dos Dragões pertencem ao Exército Português; e o pano de muralha junto à Porta do Rossio encontra-se numa situação de copropriedade, uma vez que é municipal e também está sob tutela do Tribunal da Relação de Évora, proprietário do Palácio Barahona.

c) Estado de conservação

Como vestígio do passado, o Conjunto está sempre ameaçado pela azáfama do quotidiano. Aliás, parte dos seus troços desapareceu para dar lugar às necessidades da atuais, pautadas por exigências práticas de uso. Além disso, tem-se verificado um aterro sistemático dos fossos envolventes do Conjunto, a destruição e alteração de algumas portas da cidade para permitir a entrada e saída dos carros no centro histórico⁴⁴³, que originaram forte polémica entre a população local, e a destruição do Forte dos Penedos.

⁴⁴² A informação que nos foi transmitida pelo DCHPCT da Câmara Municipal de Évora, é de que existem indícios dessa situação, não havendo a certeza absoluta.

⁴⁴³ É o caso da Porta da Lagoa, da Porta do Rossio e da Porta de Machede.

Estas ações conduzem a um entendimento deficiente do Conjunto, agravando a leitura dos troços existentes, desprovidos da sua fisionomia original, não estando o Conjunto completo como outrora. Porém, alguns dos troços existentes têm sido valorizados com estratégias de iluminação e com a criação de espaços verdes. Essas medidas serviram de incentivo à população, dado que é frequente encontrar-se pessoas a caminhar à volta destes troços, além de que permite um menor impacto sobre os mesmos, visto que antes das intervenções realizadas pela Câmara Municipal de Évora entre 2006 e 2007, era frequente o estacionamento de viaturas à volta dos panos de muralha.

3 - Ponto da situação: de que forma o conjunto abaluartado tem sido conservado e valorizado?

O nosso estudo sobre o Conjunto Abaluartado leva-nos a concluir que grande parte dos seus elementos foi destruída e que existem elementos alterados ou reconstituídos, dando uma imagem deficiente do que efetivamente foram as defesas da cidade no Período Moderno.

As intervenções mais significativas no Conjunto começaram há cerca de 200 anos, e consistiram na absorção dos troços a sul e a nascente da muralha pelos edifícios entretanto construídos; na destruição de obras complementares de defesa no espaço exterior, como o Forte dos Penedos; e a alteração das portas. Além de sofrerem alterações e melhoramentos, algumas das portas remodelas nos séculos XVI e XVII, foram destruídas no século XIX - a Porta do Rossio foi sucessivamente demolida nos séculos XVIII e XIX; e as Portas de Avis e da Lagoa foram alteradas no século XIX, encontrando-se esta última parcialmente enterrada.

Da década de 60 do século XX, destacam-se os primeiros registos de recuperação, provenientes de uma nova preocupação para com o património construído. Deste modo, em 1963, a **DREM**⁴⁴⁴ elaborou um plano de restauro⁴⁴⁵ onde constava a muralha abaluartada, que se encontrava, em vários troços, obstruída por construções que a prejudicavam e carecia de obras de consolidação e restauro. Demoliram-se as casas que se encontravam encostadas ao exterior das muralhas, sendo inviável a desobstrução

⁴⁴⁴ Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais.

⁴⁴⁵ Cf. Plano de Restauro 1963 (DREM), na Documentação da Câmara Municipal de Évora.

total da muralha, dado que alguns dos seus troços estavam completamente embebidos por prédios da cidade antiga. Interveio-se na zona das Portas da Lagoa, Avis, Raimundo – entre a respetiva porta e o Baluarte do Conde de Lippe - e no troço do Colégio do Espírito Santo, que ligava o baluarte de Nossa Senhora de Machede ao baluarte dos Apóstolos.

Em 1966, reparou-se um troço do Forte de Santo António, dado que este necessitava de consolidação dos panos de muralha, possibilitando a sua respetiva preservação e valorização.

Os projetos de restauro só voltaram a realizar-se no final da década de 80 e início da seguinte. Assim, em 1986, fizeram-se obras de recuperação em vários troços, sendo visíveis as diferenças entre os materiais originais e os nesta altura empregues.

Entre 1989-1990, projetou-se um Plano de Ordenamento da Circular. Após a apresentação de um primeiro relatório de caracterização dos principais problemas de trânsito da via, e de formulação da proposta geral para o seu ordenamento urbanístico. Foram aprovadas pela Câmara Municipal de Évora propostas parciais que se mostraram determinantes na definição do conceito e do novo desenho da circular e do espaço urbano envolvente. Visava-se a criação de um novo acesso alternativo à Avenida de S. Sebastião ligando a N114 à Porta do Raimundo, junto aos baluartes do Conde de Lippe e do Príncipe. Entre a Porta da Lagoa e a Porta de Alconchel houve o objetivo de afastar a via da muralha, criando-se melhores condições para o atravessamento pedonal da faixa de rodagem, pelo previsível aumento de tráfego de peões decorrente dos usos urbanos. Este percurso podia permitir a visita ao troço de muralha valorizando diversas perspectivas tangenciais, integrando-se no arranjo dos espaços exteriores, permitindo a visita aos elementos abaluartados integrados no Jardim Público.

Projetou-se um percurso que ligava, a pé, o centro da cidade, pela Rua do Muro, ao Forte de Santo António ao longo do aqueduto. Para que tal se tornasse possível, dar-se-ia o afastamento da circular entre as Portas de Avis e da Lagoa, instalando-se uma passagem superior às muralhas junto ao aqueduto.

Este projeto visava ainda a valorização dos Baluartes do Príncipe, do Conde de Lippe e do Picadeiro, baseando-se no desaterro das fortificações restituindo-lhes parte da altura real; na reconstituição de alguns elementos destruídos, designadamente encabeçamento dos muros e guaritas; na abertura de algumas das poternas ainda existentes nomeadamente nos referidos baluartes; na indicação do fosso ou obras de

defesa complementares e edificáveis. Contudo, apenas se deu a melhoria de algumas zonas retirando árvores existentes na proximidade e a valorização das portas, através de um estudo específico, caso a caso, identificando-se os elementos que adulteraram a sua imagem. A desqualificação visual das portas da cidade sempre se deveu, em parte, à utilização descuidada do espaço, com estacionamento de viaturas, localização de contentores do lixo, a aposição de anúncios, criando uma modelação diferente do terreno.

Na década de 90, projetou-se a demolição do troço da muralha medieval junto ao exterior do prédio demolido na Porta da Lagoa⁴⁴⁶, a fim de se alargar ou criar uma nova porta mais ampla⁴⁴⁷. Em vez disso, optou-se por tomar uma atitude mais correta em relação à sua imagem. Dado que ninguém ia reconhecer aquele troço de alvenaria com vãos como sendo uma muralha, tratou-se dele e da sua envolvente: tirou-se partido do vão para facilitar a circulação de peões e caiu-se o troço (com uma cor próxima do resto da muralha - ocre).

Prevía-se uma intervenção na muralha da cidade⁴⁴⁸, promovendo-se um levantamento das situações urgentes, onde mereceram especial atenção as guaritas dos baluartes do Príncipe e do Conde de Lippe que, embora sem riscos imediatos, apresentavam algumas patologias, essencialmente por uso indevido por parte da população. Esta situação terá sido objeto de uma análise cuidada, prevendo-se que o público deixaria de ter acesso às referidas guaritas⁴⁴⁹.

Entretanto, em 1998, realizaram-se obras de recuperação do Forte de Santo António, com os respetivos trabalhos de limpeza dos parâmetros exteriores e remoção da vegetação existente, refechando-se as juntas, o tapamento de rombos e recuperando-se as guaritas do forte, que desde então evidenciam os novos materiais utilizados, muito diferentes dos originais.

Em julho de 1999, a Câmara Municipal procedeu ao levantamento topográfico do Baluarte de S. Bartolomeu e da zona envolvente, à escala 1/500, numa área aproximada de 2 hectares. Revelou-se necessário o levantamento da igreja de S.

⁴⁴⁶ Projeto de maio de 1991, promovido pelo Arq.º Fernando Manuel Rocha Pinto. Cf. Documentação da Câmara Municipal de Évora – DCHPCT.

⁴⁴⁷ Cf. *Demolição na Porta da Lagoa: o que fazer?*, Documentação da Câmara Municipal de Évora, do DCHPCT.

⁴⁴⁸ Cf. carta datada de 2 de agosto de 1995, que o Arq.º José Filipe P. P. Cardoso Ramalho, Diretor Regional, remeteu para o Presidente da Câmara de Évora, na Documentação da Câmara Municipal de Évora – DCHPCT.

⁴⁴⁹ Cf. Documentação da Câmara Municipal de Évora - DCHPCT

Bartolomeu, para a execução de plantas, alçados e cortes, à escala de 1/50, de modo a definir claramente o existente.

Em 2000, foram necessárias novas obras de recuperação no Forte de Santo António, em consequência da derrocada de um troço da sua muralha nos parâmetros em que a arcaria do aqueduto intercepta o Forte, a Norte e a Sul, e removeu-se a vegetação existente. No mesmo ano, demoliu-se o muro de tijolo que servia de guarda, no nível superior do Forte, procedeu-se ao desentulhamento de guaritas e área que correspondia ao antigo adarve, reconstruiu-se o muro de proteção, e deu-se a reposição de rebocos de cal e areia em todos os parâmetros exteriores, muros e guaritas.

Em dezembro de 2001, foram realizados estudos para os espaços exteriores aos panos de muralha. Esses estudos assentavam sobretudo na questão da iluminação dos mesmos. A CLETENGE, consultores de Engenharia, Lda, ofereceu-se para os estudos luminotécnicos dos espaços exteriores adjacentes aos panos de muralha, para os quais foi aprovada a execução do projeto nos troços entre a Porta da Lagoa e do Rossio e junto da Porta de Machede, tentando-se um tratamento paisagístico.

Em agosto de 2003, a DGEMN elaborou a Carta de Risco de algumas guaritas instáveis, entre as quais se destacaram as pertencentes ao baluarte do Príncipe, do Conde de Lippe e do Picadeiro. Mas, só em fevereiro de 2004, se deu a abertura de concurso pela DREMS para obras de consolidação nessas guaritas e paramentos.

Em julho desse ano, a Câmara Municipal de Évora promoveu um Estudo Preliminar de Intervenção Urbanística e Arquitetura na Envolvente das Portas de Avis⁴⁵⁰, local integrado na área de intervenção do Programa PÓLIS-Évora⁴⁵¹. Os objetivos deste projeto consistiam na valorização daquela área, integrando-a na envolvente da cidade, revitalizando toda a envolvente e criando um estacionamento subterrâneo.

Em 2005, o arquiteto Miguel Pedroso Lima, elaborou uma proposta para o espaço entre as Portas da Lagoa e de Avis. O DCHPCT⁴⁵² considerou tratar-se de uma proposta muito interessante, porque articulava e promovia a continuidade entre o espaço intra e o extramuros, através da composição do espaço público. Além da própria muralha, a circular seria o grande fosso que, pelas suas características de via rápida e

⁴⁵⁰ Projeto promovido pelo Arq.º Manuel Salgado. Cf. Documentação da Câmara Municipal de Évora – DCHPCT.

⁴⁵¹ Este Programa provém da sociedade entre o Estado, através do Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente e, a Câmara Municipal de Évora.

⁴⁵² Divisão do Centro Histórico, Património, Cultura e Turismo da Câmara Municipal de Évora.

pelo desenho das rotundas impediria a ligação correta entre os dois espaços. Por outro lado, a integração do espaço do Baluarte de S. Bartolomeu no espaço público que começa na muralha vinha permitir a construção de um espaço verde que poderia ser usufruído por toda a cidade intramuros. Em termos patrimoniais, a valorização do baluarte seria muito importante, permitindo uma nova leitura do monumento⁴⁵³.

Entre 2006 e 2007, a Câmara Municipal de Évora procedeu a obras na envolvente de alguns troços do conjunto abaluartado, com a criação de espaços verdes. Deu-se uma revitalização do espaço, conservando-se e embelezando o existente⁴⁵⁴. No contexto desta campanha de obras, foi aberta uma abertura de uma porta em mármore, integrada na cerca nova, que teria o intuito de facilitar a circulação pedonal da população, sendo integrada no projeto habitacional que se insere dentro da respetiva muralha. No entanto, essas habitações não foram vendidas e a porta, apesar de ter sido aberta, encontra-se fechada com uma chapa de metal. Esteticamente descaracterizou o monumento e além disso não havia necessidade desta intervenção, uma vez que a escassos metros está a Porta de Alconchel.

Na Ata da Comissão Municipal de Arte, Arqueologia e Defesa do Património de 21 de junho de 2007⁴⁵⁵ referiu-se a questão da vegetação nos troços das muralhas - quanto maiores mais difícil a sua remoção. As árvores deviam ser cortadas todos os anos, para que secassem, não danificando os panos de muralha com as suas raízes. Também se mencionou a questão do painel luminoso feito no âmbito das comemorações dos 20 anos da classificação da cidade, colocado no baluarte do Príncipe. Uma vez que o pano de muralha deveria ser valorizado por si só, o painel só se deveria tolerar esporadicamente. Segundo as indicações deste documento, concluiu-se o levantamento, mapa de trabalhos, mediações e orçamento das obras de conservação das muralhas de Évora pela antiga DREMS, trabalho de grande importância para a sua conservação e reabilitação. No entanto, o trabalho referido não contemplou os troços de muralha que subsistem no interior do Jardim Público e da Mata, estruturas que se pretendia intervencionar no âmbito do programa de recuperação para esse espaço.

⁴⁵³ Carta de 17 de janeiro de 2005. Assunto: Projeto Portas da Lagoa/Avis. Cf. Documentação da Câmara Municipal de Évora - DCHPCT.

⁴⁵⁴ Cf. Caderno de Encargos do Projeto de 2007, Documentação da Câmara Municipal de Évora- DCHPCT

⁴⁵⁵ Na qual se expressaram diferentes quanto ao uso das muralhas. Cf. *Extrato da Ata da Comissão Municipal de Arte, Arqueologia e Defesa do Património*, de 21 de junho de 2007, in Documentação da Câmara Municipal no DCHPCT.

Na sequência do trabalho efetuado e considerando a reorganização dos serviços da administração central do Estado entretanto ocorrida, e a integração de alguns dos técnicos que realizaram o levantamento referido nessa Direção Regional, o Presidente da Câmara solicitava a sua conclusão, contemplando os troços referidos, bem como o apoio e acompanhamento na fase de obra.

Entretanto, detetavam-se diversas patologias nas muralhas⁴⁵⁶. A DREMN fazia regularmente alguma manutenção, desde consolidação de troços ou elementos e também de limpeza de vegetação espontânea. Antes de ser extinta, a DREMS/DGEMN procedeu ao levantamento de toda a muralha e respetivas patologias, com medições das mesmas, para a eventualidade de ser decidida a execução de obras de conservação/manutenção⁴⁵⁷. Esse projeto dividiu a muralha em onze zonas⁴⁵⁸, tendo todas como patologias comuns a infestação biológica, sendo necessária a remoção de trepadeiras e outras espécies herbáceas incluindo desenraizamento e a limpeza biológica com aplicação de produto não agressivo.

- a) Na Zona 1⁴⁵⁹ (troço desde a Porta da Lagoa ao Postigo dos Penedos) detetaram-se juntas mal preenchidas; pedras soltas e falta em coroamento; tijoleiras em falta e capeamento de contraforte. É necessário o avivamento e refechamento de juntas com argamassa de cal e areia ao traço; a consolidação de coroamento com colocação de pedra igual à existente com argamassa de cal e areia; e a aplicação de tijoleiras cerâmicas de fabrico artesanal, conforme as existentes em capeamento de contraforte.
- b) Na Zona 2⁴⁶⁰ (do Postigo dos Penedos à Porta de Alconchel), na Zona 4⁴⁶¹ (da Porta do Raimundo à Porta do Rossio) e na Zona 10⁴⁶² (da Porta de Avis à Porta da Lagoa), verificam-se, igualmente, juntas mal preenchidas e pedras soltas em falta; mas também reboco erodido, desagregado ou executado com argamassas inadequadas. As soluções apresentadas são as mesmas para o troço da Zona 1, à exceção da última, que não se aplica a estes troços.

⁴⁵⁶ Carta datada de 10 de agosto de 2007. Cf. Documentação da Câmara Municipal de Évora- DCHPCT.

⁴⁵⁷ Proposta de Obras de Conservação para a Muralha de Évora pela DGEMN – Direção Regional de Edifícios e Monumentos do Sul, julho de 2007. Ver Documentação da Câmara Municipal de Évora.

⁴⁵⁸ Zona 1: Porta da Lagoa – Postigo dos Penedos; Zona 2: Postigo dos Penedos – Porta de Alconchel; Zona 3: Porta de Alconchel – Porta do Raimundo; Zona 4: Porta do Raimundo – Porta do Rossio; Zona 5: Porta do Rossio – Porta de Mesquita; Zona 6: Porta de Mesquita – Baluarte do Assa; Zona 7: Baluarte do Assa – Porta de Machede; Zona 8: Porta de Machede; Zona 9: Porta de Avis; Zona 10: Porta de Avis – Porta da Lagoa; Zona 11: Porta do Moinho de Vento.

⁴⁵⁹ Cf. **Anexo V - Plantas, Planta 29**, Zona 1: Porta da Lagoa – Postigo dos Penedos, p. cxvi.

⁴⁶⁰ Cf. *Idem*, **Planta 30**, Zona 2: Postigo dos Penedos – Porta de Alconchel, p. cxvi.

⁴⁶¹ Cf. *Idem*, **Planta 31**, Zona 4: Porta do Raimundo – Porta do Rossio, p. cxvi.

⁴⁶² Cf. *Idem*, **Planta 36**, Zona 10 Porta de Avis – Porta da Lagoa, p. cxvi.

- c) A Zona 5⁴⁶³ (da Porta do Rossio à Porta de Mesquita) apresenta juntas mal preenchidas e lacunas ou rombos. Além do avivamento e refecimento das juntas, dever-se preencher os rombos com alvenaria de pedra igual à existente.
- d) Na Zona 6⁴⁶⁴ (da Porta de Mesquita ao Baluarte do Assa) detetam-se, além das pedras soltas, o reboco desagregado e executado com argamassas inadequadas, áreas previamente picadas e áreas a rebocar para preenchimento de paramentos. Deveria haver a picagem e remoção de rebocos existentes, a execução do reboco e a consolidação de coroamento.
- e) Na zona 7⁴⁶⁵ (do Baluarte do Assa à Porta de Machede) e na Zona 8⁴⁶⁶ (da Porta de Machede ao Seminário) as pedras estão soltas e em falta e existem lacunas nos paramentos de alvenaria e juntas degradadas. Deveria proceder-se à consolidação e coroamento e ao preenchimento das lacunas com pedra igual à existente, removendo-se ainda as argamassas degradadas.

Este projeto não chegou a bom porto, ficando apenas pelo levantamento dos dados, devido à falta de verba por parte da Câmara Municipal, a que se somou a extinção do organismo estatal - DGMEN⁴⁶⁷.

Em 2008, a Câmara Municipal de Évora iniciou trabalhos de limpeza e conservação das muralhas, assumindo a autarquia as responsabilidades de forma integral⁴⁶⁸. Em janeiro do ano seguinte, solicitou-se a desobstrução da muralha na cerca do baluarte do Assa. Para tal, foi solicitado o apoio do município no depósito de inertes produzidos pela demolição, tendo em conta que esta intervenção surgia como resposta à solicitação camarária de qualificação da cerca do quartel e tendo em conta a ausência de meios para fazer face às respetivas exigências. Após a desobstrução realizaram-se diligências para se proceder à limpeza, conservação e reabilitação do troço da muralha, com acompanhamento da DRCA lentejo.

⁴⁶³ Cf. *Idem*, **Planta 32**, Zona 5: Porta do Rossio – Porta de Mesquita, p. cxvi.

⁴⁶⁴ Cf. *Idem*, **Planta 33**, Zona 6: Porta de Mesquita – Baluarte do Assa, p. cxvi.

⁴⁶⁵ Cf. *Idem*, **Planta 34**, Zona 7: Baluarte do Assa – Porta de Machede, p. cxvi.

⁴⁶⁶ Cf. *Idem*, **Planta 35**, Zona 8: Porta de Machede, p. cxvi.

⁴⁶⁷ A Câmara manifestou a sua preocupação com o fato de não se conhecerem as intenções dos responsáveis pela conservação/manutenção, alertando para a infestação das muralhas por espécies vegetais, com especial gravidade em alguns locais. De facto, há situações onde esse fenómeno atingia proporções alarmantes, podendo pôr-se em causa a estabilidade do monumento, nomeadamente o troço junto das Portas do Raimundo e as Portas da Lagoa. Cf. Documentação da Câmara Municipal de Évora – DCHPC.

⁴⁶⁸ Notícia emanada do Diário do Sul, de 20 de fevereiro de 2008. O Jornal de Notícias de 29 de fevereiro do mesmo ano, vem dar ênfase a esta última premissa, referindo que o Presidente afirmara que a Câmara iria avocar a conservação das muralhas da cidade, de forma integral, recusando pareceres técnicos de entidades que se escusam a assumir as suas responsabilidades. Cf. Documentação da Câmara Municipal de Évora, no DCHPCT.

Já em janeiro de 2011, o responsável pelo DCHPCT dirigiu uma Carta ao Comandante da Unidade de Apoio do Comando de Instrução e Doutrina do Exército Português, do Ministério da Defesa Nacional, sobre a conservação dos troços de muralha⁴⁶⁹. Referiu-se que, após a visita ao local por parte dos técnicos do município de Évora, no dia 29 de dezembro de 2010, se haviam detetado diversas patologias, tais como: juntas desguarnecidas, lacunas ao nível estrutural e queda de materiais, escorrências por deficiência dos desaguadouros, colonização biológica e existência de vegetação diversa, sendo igualmente evidente a existência de um revestimento extensivo do pano de muralha em argamassa de cimento, correspondente à área ocupada pelos barracões que se encontram junto à mesma e que foram demolidos em 2008.

Os técnicos defenderam que a intervenção que ali se iria efetuar deveria contemplar a limpeza generalizada e a remoção da vegetação existente, preenchimento de lacunas com materiais pétreos idênticos e argamassa de cal com carga arenosa bem calibrada e de cor aproximada à existente. Deveria também proceder-se à correção e preenchimento de juntas com o mesmo material, retificação dos desaguadouros com meia cana idêntica à anteriormente existente e aplicação de biocida/herbicida para inibição do aparecimento de novos organismos biológicos.

Ainda nesse ano, após uma reunião efetuada entre os técnicos do DCHPCT, e da Direção de Serviço dos Bens Culturais, foi formalizada a proposta relativa à intervenção no troço de muralha situado junto à Porta da Lagoa, considerando ser necessário proceder a nova pintura do troço de muralha⁴⁷⁰, já referido no projeto de maio de 1991. Esse troço mereceria um tratamento cuidado, pois continuava a ter um impacto visual negativo na envolvente urbana, pelo que se propunha a aplicação de revestimento em leite de cal, com a adição de pigmentos de ocre. Esta solução veio assegurar a conservação e valorização do troço de muralha, bem como a sua integração cromática com os restantes troços.

Atualmente, e baseando-se no já referido levantamento efetuado em 2007 pela DGEMN, a Câmara tem efetuado o levantamento das patologias no local, aprofundando as patologias já referidas.

⁴⁶⁹ Cf. Documentação da Câmara Municipal de Évora, DCHCPT.

⁴⁷⁰ Carta de 25 de outubro de 2011. Cf. Documentação da câmara Municipal de Évora – DCHPCT.

Na zona da porta da Lagoa, verificam-se pequenas plantas, crostas negras e alguma sujidade, bem como fissuras⁴⁷¹; entre a Porta do Raimundo e a Porta do Rossio, detetam-se pequenas plantas, sujidade, concreções calcárias e revestimentos⁴⁷², colonização biológica⁴⁷³, lacunas⁴⁷⁴ e existência de algum cimento⁴⁷⁵; entre esta última porta e a de Mesquita verifica-se a existência de algum cimento, lacunas, pequena vegetação, concreções calcárias⁴⁷⁶ e revestimentos⁴⁷⁷. Os restantes troços ainda não foram reanalisados pelo arquiteto camarário, Eduardo Miranda, e pela restauradora-conservadora, Susana Coelho.

Relembremos que existem patologias que variam conforme as épocas do ano, como é o caso da infestação biológica e das infiltrações. Estas últimas, com o calor transformam-se em eflorescências, dado que os materiais da argamassa se libertam. A questão da vegetação também não é fácil de tratar, dado que de 6 em 6 meses, os funcionários da Câmara cortam as respetivas plantas, mas ficam sempre vestígios das suas raízes.

4 - Proposta de atuação ao nível de salvaguarda, valorização, conservação do Conjunto Abaluartado de Évora

O Conjunto Abaluartado perdeu o seu significado defensivo e transformou-se numa delimitação entre o centro histórico da cidade e os seus subúrbios. Com as intervenções da DGEMN, nos anos 60 do século XX, o Conjunto Abaluartado passou a ter um significado contemplativo proveniente da ideia de património de engenharia e de arquitetura militares.

A metodologia do nosso Projeto assenta na análise do Conjunto Abaluartado, incorporando o conhecimento sobre as modificações que o mesmo sofreu⁴⁷⁸, permitindo valorizá-lo de forma integrada, não descurando o seu passado, fonte principal que tem vindo a ser defendida ao longo deste estudo. Assenta nos princípios recomendados para

⁴⁷¹ Cf. **Anexo VI - Desenhos, Desenho 1**, Zona da Porta da Lagoa – lacunas (pormenor), p. cxxv.

⁴⁷² Cf. *Idem*, **Desenho 2**, Troço entre a Porta do Rossio e o Baluarte do Príncipe, p. cxxvi.

⁴⁷³ Cf. *Idem*, **Desenho 3**, Baluarte do Conde de Lippe, p. cxxvi.

⁴⁷⁴ Cf. *Idem*, **Desenho 4**, Troço entre o Baluarte do Príncipe e o Baluarte do Conde de Lippe; e **Desenho 5**, Troço do Baluarte do Príncipe, p. cxxvii.

⁴⁷⁵ Cf. *Idem*, **Desenho 6**, II Troço do Baluarte do Príncipe, p. cxxviii.

⁴⁷⁶ Cf. *Idem*, **Desenho 7**, Troço entre a Porta do Rossio e a Porta da Mesquita, p. cxxviii.

⁴⁷⁷ Cf. *Idem*, **Desenho 8**, II Troço entre a Porta do Rossio e a Porta da Mesquita, p. cxxvix.

⁴⁷⁸ Cf. **Ponto 2.1 do Capítulo II**: O reforço abaluartado no período moderno em Évora – dos projetos ao traçado efetivo, p. 66-80; e **Anexo IV – Ficha de Inventário para o Conjunto Abaluartado de Évora**, pp. lxxxvii-cxix.

a atuação sobre este Conjunto⁴⁷⁹, uma vez que tal conteúdo permite definir claramente os limites operacionais de conceitos como os de ‘conservação’ e de ‘restauro’, dentro de um somatório de operações e noções tão vastas como as de ‘preservação’, ‘salvaguarda’ e ‘reconstituição’ ou ‘recuperação’. Deste modo, a preocupação pela manutenção dos valores patrimoniais torna-se um objeto de responsabilização comum.

A complexidade dos princípios orientadores do Projeto requereu uma profunda reflexão e definição dos níveis da intervenção e dos cuidados a deter nas ações de recuperação de elementos patrimoniais com o objetivo de salvaguarda dos valores fundamentais que caracterizam o objeto a intervir. Ou seja, a adequação das metodologias de abordagem a este respeito devem revelar-se como um benefício cultural, com contributo para o valor histórico do conjunto que se restaura.

Deste modo, o Projeto materializado pode dar continuidade ao conjunto patrimonial enquanto documento histórico, fundamental ao ato de salvaguarda. Contudo, esta continuidade deve ser claramente diferenciada do elemento preexistente, de modo a que se possa realizar uma identificação dos variados componentes constituintes do conjunto e da sua origem temporal.

Previamente, às intervenções propostas, pareceu-nos pertinente avaliar o estado de cada elemento, bem como da sua envolvente, com o intuito de garantir a preservação de todos os materiais utilizados na sua construção. Tal significa que os materiais originais deverão ser mantidos, sendo imperativo que os materiais novos se compatibilizem, mas distingam dos previamente existentes.

Assim, as evidências históricas do Conjunto não serão removidas, adulteradas ou destruídas, assegurando-nos da integridade física do mesmo, permitindo uma prática reversível. Não deverão comprometer-se futuras intervenções, nem deverá procurar-se uma situação de incompatibilidade entre a realidade preexistente e a nova intervenção.

Os princípios da Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural da UNESCO, de 1972, revelam-se fundamentais para este Conjunto, uma vez que este está cada vez mais ameaçado de destruição – e basta pensarmos nos Baluartes de São Bartolomeu e dos Apóstolos -, não apenas pelas causas tradicionais de degradação, mas também pela evolução da vida quotidiana que o poderá agravar ainda mais ou trazer alterações negativas. Além disso, a ruína deste património iria constituir

⁴⁷⁹ Cf. **Ponto 1** deste **Capítulo III** – O património militar *versus* património histórico: teorias, convenções e legislação que visam a sua salvaguarda a nível nacional e internacional, pp. 81-90.

um empobrecimento efetivo do património de todo o mundo, dado que a cidade é património da Humanidade.

Esta Convenção estabelece a existência de um Comité do Património Mundial que poderá realizar estudos sobre as patologias que envolvem o Conjunto, sejam eles artísticos, científicos, técnicos sugerindo ações de proteção, valorização e restauro. Além disso, ele poderá fornecer equipamento de que o Estado não disponha ou não esteja em condições de adquirir.

A recuperação e a valorização do Conjunto assentaria numa metodologia que apostasse na conjugação entre a reabilitação e a requalificação dos seus espaços envolventes. Com as intervenções de 2006 e 2007, o Conjunto passou a servir de ligação entre o centro e a zona extramuros, através dos percursos desenvolvidos⁴⁸⁰. Dever-se-iam realizar percursos semelhantes em torno dos troços que vão da porta do Rossio à de Machede e, ainda, em torno do Forte de Santo António. Deveriam ser tomadas ainda medidas que permitissem contemplar o Conjunto Abaluartado como um todo, melhorando-se o acesso pedonal ao centro histórico, fazendo com que algumas das portas apenas permitissem percursos pedonais, pois o trânsito é um entrave à contemplação da verdadeira essência da área envolvente.

A transformação do Conjunto num polo ativo e atrativo implicaria ainda a condução de ações de divulgação de qualidade, umas destinadas ao grande público, outras destinadas a um público especializado, nunca esquecendo os cidadãos eborenses:

a) Entre essas ações, a assumir em regime contratualizado com o município, organismos diversos da administração central e associações de defesa do património, parece-nos essencial organizar percursos temáticos;

b) Seria também necessária a publicação de desdobráveis do Conjunto. Devendo ainda promover-se a publicação de livros, e a edição de uma obra, em vários volumes, que abrangesse as principais fortificações da fronteira alentejana. Poder-se-iam também promover estudos específicos, de edição exclusiva da Direção Geral do Património ou por contratualização com a autarquia, associações e editoras;

c) A divulgação nas redes sociais e na Universidade de Évora é crucial, promovendo-se vários estudos relacionados com o Conjunto;

⁴⁸⁰ Foi cumprido um dos objetivos da proposta apresentada por Miguel Pedroso de Lima, em 1995: “*distinguir (...) os percursos funcionais, que deverão ser curtos e seguros, dos percursos de lazer e fruição, que deverão procurar qualidade ambiental e paisagística, quer pela natureza do traçado, quer pelo tipo de pavimentação, de iluminação, equipamento e arborização a adotar*”. Cf. Miguel P. de Lima, *Op. Cit.*, p. 71.

d) É também necessária a animação cultural do Conjunto Abaluartado, através de programas de animação, como concertos de música clássica e outros eventos, periódicos ou exclusivos, ou de referência a efemérides regionais. Visto que o Conjunto foi particularmente importante durante o período da Guerra da Restauração, poder-se-á apostar na sua relação à história política da época, a nível local e regional;

e) A disponibilização de placards informativos, junto a cada um dos troços do Conjunto, onde se referissem as suas dimensões, os materiais utilizados e a cronologia das intervenções;

f) Criação de um percurso em redor do Forte de Santo António, tratando-se a sua zona envolvente, de forma a permitir atividades temáticas e a disponibilização de um placard com a planta do Forte e informação das suas dimensões. Pretendemos evidenciá-lo de uma forma estruturada, integrando-o com a paisagem atual. Para tal, seria importante o desenvolvimento de uma área pedonal, conciliando-se a cultura e o lazer.

g) A Câmara Municipal de Évora articular-se-ia com os municípios envolventes, tais como Arronches, Barbacena, Beja, Campo Maior, Castelo de Vide, Elvas, Estremoz, Juromenha, Marvão, Monsaraz, Moura, Mourão, Ouguela, Serpa, e Vila Viçosa para que quem visitasse estas cidades, visitasse também a de Évora e vice-versa, uma vez que todas têm um património militar de notável exceção.

Trata-se de disponibilizar o Conjunto Abaluartado como entidade viva, iniciando-se um programa que o relacionasse com a cidade e que também implicasse a recuperação e valorização do conjunto propriamente dito. O Conjunto Abaluartado tornar-se-ia mais dinâmico. A forma como se contaria a sua História, os eventos e as personagens relacionados, bem como a forma como se promoveria a interação entre o visitante e o Conjunto, proporcionaria um contexto único e diferenciador de aprendizagem e lazer.

O fator cultural é muitíssimo importante para a visita à cidade de Évora, sendo também um fator chave de competitividade e aumento da atratividade económica e social, definida como a oferta de experiências que conjugam aprendizagem com entretenimento e lazer.

Deste modo, o turismo é um excelente veículo para estimular a cooperação entre a nossa Proposta e o desenvolvimento sustentável da região em que esta se insere⁴⁸¹. Contudo, o aproveitamento dos recursos da região, sejam eles de qualquer índole, para fins turísticos, deve ser sempre devidamente ponderado, pois nem todos os recursos se prestam a uma exploração deste tipo e, no caso particular do património arquitetónico/monumental, há diversos aspetos a considerar⁴⁸². Dado que esses recursos não serão suficientes para garantir o seu efetivo desenvolvimento, devem surgir à sua volta diversos serviços e infraestruturas, como o alojamento, a restauração, as atividades de animação e diversão, bem como os próprios serviços de informação turística⁴⁸³. Só assim se poderá garantir uma procura constante que irá garantir a sobrevivência económica das atividades turísticas e da região em causa⁴⁸⁴.

4.1 - Centro Interpretativo da Fortificação Abaluartada de Évora – CIFAE

A nossa proposta de um Centro Interpretativo seria aprovada pela Direção Geral do Património Cultural⁴⁸⁵, pela Direção Regional de Cultura do Alentejo, pela Câmara Municipal de Évora, pelo GAPAE⁴⁸⁶ e pelo proprietário do edifício (Igreja Católica).

Com o Centro será possível obter um espaço funcional, com capacidade para a receção dos visitantes. Implementar-se-ia no Forte de Santo António, num edifício anexo ao Convento de Santo António da Piedade⁴⁸⁷. A escolha do local prende-se pelo fato de ser um dos melhores exemplares de arquitetura abaluartada de que dispomos em Portugal. Além disso, dele privilegiamos de uma ótima vista sobre a cidade de Évora.

⁴⁸¹ Neste contexto, lembramos que, já em 1976, na 4ª alínea dos princípios fundamentais da Carta do Turismo Cultural, se alertava para os malefícios de uma utilização desmesurada e inadequada do turismo. No mesmo ano, estabeleceram-se as recomendações de Nairobi para salvaguardar os conjuntos históricos e a sua adaptação e reintegração na vida quotidiana. Disponível em: http://www.turismodeportugal.pt/Portugu%C3%AAs/AreasAtividade/ProdutoseDestinos/Documents/Doc10_CartaInternacionalTurismoCultural.pdf (acesso em 17 de dezembro de 2012).

⁴⁸² Cf. Apelo a Évora, no **Apêndice Documental**.

⁴⁸³ Cf. Carta dos Itinerários Culturais, no **Apêndice Documental**.

⁴⁸⁴ Cf. Xerardo Pereira Pérez, *Turismo Cultural: uma visão antropológica*, Colección Pasos Edita, n.º 2, 2009.

⁴⁸⁵ DGPC – Direção Geral do Património Cultural.

⁴⁸⁶ Gabinete de Arquitetura e Património da Arquidiocese de Évora. Cf.

http://www.snpcultura.org/obs_13_gapae.html (consultado em 17 de novembro de 2012).

⁴⁸⁷ Neste edifício funcionou um Jardim de Infância. Atualmente é apenas utilizado como depositário, necessitando de algumas obras de recuperação. Cf. **Anexo VII, Fotografias, Fotografia 32** - edifício anexo ao Convento de Santo António, no interior do Forte de Santo António, onde se implementaria o CIFAE -;e **Fotografia 33**, parte frontal do edifício onde se implementaria o CIFAE, p. cliii.

Os Objetivos:

O Centro seria o principal suporte da interpretação do Conjunto, satisfazendo uma nova necessidade social e ajudando a gerir a sua salvaguarda e valorização. Desta forma, o Centro Interpretativo teria serviços destinados à apresentação, comunicação e exploração do Conjunto.

Dado que o Centro se situaria perto da fronteira entre Portugal e Espanha, pretender-se-ia que ele fosse um ponto de partida na divulgação do património arquitetónico/ militar transfronteiriço do século XVII. Desta forma, seria essencial a parceria com Espanha, por forma a proporcionar aos visitantes uma oferta integrada que possibilitasse um conhecimento mais completo dos eventos que rodeiam a construção deste Conjunto. Pretender-se-ia criar um Centro difusor, promotor de iniciativas que ultrapassassem as fronteiras da região.

Uma vez que o Centro teria como propósito difundir esta tipologia patrimonial, criar-se-iam iniciativas com vista à promoção do turismo na cidade e fora dela⁴⁸⁸. Assim, far-se-iam visitas guiadas às zonas de fronteira (Elvas, Campo Maior, Juromenha, Ouguela, Castelo de Vide, Serpa, Moura, Arronches, Monsaraz, Mourão, Marvão, Barbacena e Estremoz) e, para lá desta – Alburquerque, Badajoz, Olivenza, Valencia de Alcántara e Alcántara, criando-se uma *Rota das Fortificações Abaluartadas*.

Numa primeira fase, o Centro Interpretativo funcionaria como ponto de informação sobre as zonas envolvidas na Guerra da Restauração, mas especialmente sobre Évora. Aqui se explicaria a história da arquitetura Abaluartada, o seu contexto e evolução, bem como o papel e influência das teorias de cada um dos engenheiros envolvidos na Fortificação de Évora, entre os séculos XVI e XVIII, e as controvérsias que existem entre os projetos de cada um. Deste modo, seria neste Centro que as pessoas poderiam adquirir toda a informação que necessitariam, sendo preparadas para posteriores visitas ao Conjunto, quer fossem pessoas da cidade, quer fora dela. Pretender-se-ia também que os eborenses olhassem para o Conjunto de uma forma diferente daquela que certamente têm olhado, dado que convivem com o mesmo diariamente. Pretender-se-ia que eles distinguissem as diferentes épocas e que relembressem a história que nele está contida, não vendo as muralhas apenas como uma delimitação entre o centro histórico e os subúrbios.

⁴⁸⁸ Cf. Carta dos Itinerários Culturais, no **Apêndice Documental**.

As Exposições:

O Centro teria quatro exposições permanentes e, inicialmente, duas temporárias:

Núcleo de Exposições Permanentes do CIFAE	
A Evolução da Arquitetura Abaluartada	Este núcleo pretende mostrar ao visitante, através de imagens, a evolução do sistema abaluartado. Apresentam-se maquetes referentes a cada um dos sistemas desenvolvidos pelas Escolas Italiana, Flamengo e Francesa. É uma introdução temática ao próximo núcleo expositivo.
O Contexto Histórico-político que levou à Emergência do Conjunto Abaluartado de Évora	Évora conheceu o sistema abaluartado graças à sua geo-localização. Com a Guerra entre Portugal e Espanha num estado eminente, necessitou de projetos urgentes de readaptação às novas armas de guerra. A visita prevê uma apresentação em PowerPoint com os fatores-chave do referido contexto.
As Etapas Construtivas do Conjunto Abaluartado de Évora	Évora conheceu adaptações nas suas muralhas, entre os séculos XVII e XVIII. Aqui o visitante conhece todos os projetos realizados respeitantes ao Conjunto, através da sua reformulação em vídeo e de maquetes realizadas para cada um dos projetos. Durante a visita é analisado o documento da disputa entre Saint-Colombe e Luís Serrão Pimentel.
A Cidade de Évora na Época da Restauração	Neste núcleo a história é contada através de um documentário feito pelo CIFAE com a colaboração de investigadores de História da Idade Moderna.

Núcleo de Exposições Temporárias do CIFAE (3 meses)	
Exposição de maquetes dos diferentes projetos para o Conjunto Abaluartado	São apresentadas aos visitantes todas as maquetes realizadas pelo CIFAE dedicadas aos projetos realizados entre os séc. XVII-XVIII
Exposição interativa	Exposição composta por desenhos, que podem ser transpostos para maquetes pelos visitantes ⁴⁸⁹ , ficando depois em exposição.

As Salas:

a) **A Sala dos Debates e das Ideias**, onde todos os visitantes interessados em aprofundar os seus conhecimentos sobre o Conjunto Abaluartado de Évora, nomeadamente, os alunos dos cursos de História, História de Arte, Património, Conservação e Reabilitação, Arquitetura, Engenharia Civil e Informática. Esta sala serviria como meio de interação entre alunos dos referidos cursos, a fim de se poderem desenvolver trabalhos relacionados com o Conjunto, podendo progredir-se no seu

⁴⁸⁹ Disporíamos várias caixas com peças alusivas ao Conjunto, para que os visitantes pudessem reconstruí-lo devidamente.

estudo conciliando as várias ciências. A sala estaria equipada com todos os equipamentos necessários à elaboração de projetos, tais como computadores com os programas adequados e secretárias próprias para desenho. Nesta sala, os visitantes poderiam aceder ao Banco de dados temático sobre as fortificações da linha de fronteira alentejana, tendo a possibilidade de consultar e inserir dados referentes às mesmas⁴⁹⁰.

b) A **Sala de Conferência**, onde se realizariam conferências e debates em parceria com Espanha, Itália, França e Holanda e, os países lusófonos ou territórios com construções militares portuguesas da época. Promover-se-ia a apresentação de conferências por especialistas em arquitetura, engenharia e tratadística militares dos séculos XVI-XVIII. Nesta mesma sala, far-se-ia cinema ativo, numa projeção panorâmica, podendo assistir-se a documentários⁴⁹¹ sobre a reconstituição das batalhas e reconstituição física do Conjunto, interligando-se a história da fortificação abaluartada com a história da cidade de Évora. Os documentários conjugariam a pesquisa documental com a linguagem cinematográfica e multimédia para despertar na assistência o interesse pelo tema. Seriam possibilitadas diferentes leituras sobre as batalhas numa perspetiva pluridisciplinar que procurasse dar uma visão global, despertar o interesse e a curiosidade no espetador, mas também sublinhar o carácter estratégico e técnico, a liderança e força de vontade dos intervenientes, sobretudo no que refere à construção do Conjunto.

c) A **Sala de Investigação**, onde estaria disponível toda a informação relacionada com a arquitetura abaluartada; com o Conjunto abaluartado de Évora; com a história da cidade nos séculos XVI a XVIII; e com a questão de fronteira. Dessa documentação fariam parte, sobretudo, as fontes cartográficas e textuais. Nesse sentido, promover-se-ia a parceria com a Torre do Tombo, com a Biblioteca Nacional da Ajuda, com o Arquivo Distrital de Évora e com o Arquivo Histórico do Exército Português.

d) A **Sala Lúdica**, onde as crianças poderiam reconstruir o Conjunto, utilizando legos, orientados por uma maquete. Poderiam também desenhá-lo, partindo de imagens disponibilizadas em PowerPoint. Nessa mesma sala, decorreriam ainda as horas da leitura, durante as quais os pais e os filhos eram convidados a participar, tendo como anfitrião um dos educadores do centro, que faria a ponte entre a história do Conjunto, e

⁴⁹⁰ Este banco de dados ir-se-ia complementar com o Projeto Fortalezas multimídia, que promove o estudo, a preservação a divulgação e a valorização das fortificações históricas, por intermédio da utilização de recursos computacionais multimédia. Disponível em <http://www.fortalezasmultimedia.com.br/> (consultado a 27 de junho de 2012).

⁴⁹¹ Os documentários seriam adequados a maiores de 6 anos e teriam tradução disponível em Inglês, Francês, Castelhanos, Japonês e Italiano.

os participantes. Seria desejável ter livros sobre o Conjunto Abaluartado, acompanhados de ilustrações em aguarela, onde estariam também presentes as figuras dos engenheiros que nele trabalharam.

Os visitantes:

O Centro iria receber visitantes de todas as faixas etárias, adequando as suas explicações e a disponibilização dos materiais de acordo com a idade do recetor.

1) Público em Geral:

Durante todo o ano teríamos visitas orientadas e temáticas, de segunda-feira a sábado, mediante marcação, e destinadas a todos os visitantes, escolas e grupos organizados. Ir-se-ia acompanhar os visitantes num percurso que ajudasse a perceber a Guerra da Restauração e a necessidade de uma fortificação eficaz, entendendo-se os paradigmas em torno do Conjunto.

As visitas orientadas poderiam ser de carácter geral⁴⁹², sendo um percurso acompanhado que se iniciaria no interior do CIFA, avançando para o exterior do edifício, percorrendo o Forte de Santo António, onde perto de cada guarita se faria uma visita de 360° do Conjunto. Já no exterior do Forte, far-se-ia um percurso à sua volta e, posteriormente, visitar-se-iam os restantes troços, integrando-os nas zonas envolventes, tentando entender as alterações do Conjunto⁴⁹³.

Existiriam ainda as visitas com temáticas específicas, em que na sala de estudos seria disponibilizada alguma **documentação** para transcrição e leitura de textos dos séculos XVI a XVIII referentes ao Conjunto. Far-se-iam também visitas-teatro, intituladas **No Tempo de Batalha**. Far-se-ia ainda a representação atual e reconstrução mediante os novos meios tecnológicos - **O Conjunto e as Novas Tecnologias**. Esta reconstrução seria feita diretamente na presença dos visitantes, para poderem ver como se faz uma reconstrução.

⁴⁹² Seriam grátis aos fins-de-semana para todos os visitantes, mediante inscrição presencial antes das visitas (mínimo de 5 participantes e máximo de 15).

⁴⁹³ A saída para o exterior é condicionada pelas condições climáticas.

2) As crianças:

Poderiam disfrutar deste património, sendo-lhes destinada a **sala lúdica**, onde poderiam ler, desenhar e ver documentários temáticos adequados à sua idade, relacionados com a história da cidade, o *Conjunto* e os agentes nele envolvidos. Poderiam ainda disfrutar das visitas surpresa dos engenheiros, pois existiriam pessoas sempre disponíveis para representar cada um deles, podendo as crianças fazer maquetes de elementos arquitetónicos do *Conjunto* e ficar curiosas para o visitar, onde, em certos pontos estratégicos, decorreriam peças de teatro em que as crianças poderão participar.

Além disso, ir-se-iam realizar atividades de Verão, integradas num contexto de ATL, cujo programa se intitularia **Férias no Centro...e Baluartes no Tempo**. Realizar-se-iam jogos ao ar livre – dentro e fora do Forte de Santo António, após o arranjo da área envolvente – e, passeios temáticos que possibilitassem o entendimento deste património de uma forma lúdica e educativa.

Estas atividades durariam uma semana inteira, no mês de julho de cada ano, variando o preço por dia ou semana em que a criança estivesse inscrita.

Teríamos também as visitas especiais para o 1º e 2º ciclo, onde estaria inserida uma visita-jogo, intitulada **O Conjunto ao Pé Coxinho**, onde, a partir deste jogo infantil, as crianças colocariam questões e procurariam as respostas por todo o CIFAÉ. Destas visitas faria também parte a visita-teatro, intitulada **Os Nomes da Restauração. E Se Eu Fosse...?** E se cada criança pudesse entrar para dentro do livro de história e encarnar uma personagem? Nesta visita trocaríamos as voltas aos documentários do CIFAÉ, possibilitando conhecer na 1ª pessoa alguns dos protagonistas.

Desenvolver-se-ia ainda uma visita para as crianças do pré-escolar. Numa idade em que “ontem”, “hoje” e “amanhã” são palavras indistintas, o público mais pequeno viria ao CIFAÉ aprender sobre História, sobre Évora e sobre o Conjunto, onde, através de jogos digitais e do teatro, experimentavam palavras difíceis como Abaluartada ou Fortificação.

3) Séniores e pessoas com mobilidade especial:

Estes dois grupos poderiam disfrutar de todas as visitas ao CIFAÉ, dado que o edifício teria todos os equipamentos necessários para os receber, pois as atividades seriam feitas a pensar em todos. Além disso, os acessos seriam fáceis e conseguiriam

entrar em todas as salas mencionadas. Para estes grupos teríamos incluída uma atividade nova - a visita virtual ao Conjunto Abaluartado, para que tendo dificuldades de mobilização, possam ver como todos vêem. Estes grupos estariam sempre acompanhados por algum dos guias ou técnicos de património do CIFAE.

Desse modo, teríamos um atendimento qualificado para o público, para pessoas com diferentes tipos de deficiências, tais como a cegueira, a surdez, incapacidade motora e/ou intelectual. Disporíamos de placards em braile em todas as salas do CIFAE, incluindo nas salas de exposição; de maquetes táteis para o público cego e limitação de compreensão da linguagem, que permitissem a transposição de conteúdos das salas de exposição; e recorreríamos ao áudio-guia, indispensável para uma visita de qualidade.

Estaríamos também disponíveis para receber pessoas de instituições, quer fossem lares de idosos, quer fossem instituições de caridade de acolhimento de pessoas com deficiência.

Atividades do CIFAE:

Para tornar as visitas mais apelativas, disponibilizaríamos à entrada do Centro, um ecrã digital e tátil, onde se poderiam ver vários suportes, como fotografias, documentos e projetos sobre o Conjunto. Uma vez por ano realizar-se-ia uma mesa redonda, junto aos panos de muralha do Forte de Santo António. Nessa mesa juntar-se-iam atores que representassem os engenheiros, a fim de se recriar um debate entre todos. Aqui a ideia será imaginar como se comportariam caso fossem colocados frente a frente, defendendo cada um o seu projeto e, dado que as ideias convergiam. Realizar-se-ia ainda outra Mesa redonda com os atuais responsáveis pela valorização deste tipo de património, para balanço anual.

Seriam colocados pontos de observação no Forte, de modo a relacioná-lo com todo o Conjunto, bem como placards com imagens em 3D de cada troço específico. As imagens neste formato justificam-se pelo fato de se identificarem os vários materiais, os originais e os de posteriores restauros, bem como a importância de descobrirmos pormenores que não poderemos observar diretamente nos panos de muralha, porque em época de chuvas torna-se perigoso aproximarmo-nos dos mesmos.

Parceria:

Pretende-se a parceria com os assistentes de viagens e os guias, com o objetivo de que todos os turistas que venham a Évora nos visitem, estando um meio dia precisamente destinado a todas as atividades. Os guias distribuiriam folhetos elaborados pelo CIFAIE, fazendo uma breve introdução, para depois nos visitarem e disfrutarem de tudo o que o mesmo teria para oferecer.

A Gestão do CIFAIE:

A gestão do CIFAIE seria feita por pessoas competentes na área do património, da história de arte, da arquitetura, da engenharia, do restauro e conservação, do turismo, da economia e da informática. Mas seria necessária uma direção, tendo-se em consideração os conhecimentos e as competências requeridas para ocupar o cargo com eficiência.

Seria ainda necessária a admissão de pessoal qualificado, com competência para atender todas as responsabilidades do CIFAIE. Dessa forma, promover-se-iam oportunidades adequadas de formação continuada e de desenvolvimento profissional para todo o pessoal do CIFAIE a fim de manter a sua eficiência.

Todos os profissionais do CIFAIE teriam conhecimento da legislação nacional e internacional vigente, evitando situações que pudessem ser consideradas como condutas profissionais indevidas.

O Voluntariado:

O CIFAIE desenvolveria projetos de voluntariado que procurassem criar uma nova forma de relacionamento com a população, permitindo a participação ativa na vida do CIFAIE. OS voluntários estariam disponíveis para realizar algumas das visitas do CIFAIE, ou mesmo participar na limpeza sazonal do Forte de Santo António. Ofereceríamos aos voluntários acompanhamento técnico e formação; os catálogos detalhados de todas as exposições em curso durante a sua atividade; um seguro; e um certificado de prática de voluntariado no CIFAIE.

*A Página web do Centro*⁴⁹⁴:

A página teria sobretudo o apoio da Câmara Municipal de Évora, da DGPC, do IRHU e da UNESCO.

- a) Na sua secção de entrada, explicar-se-ia o papel desempenhado pelo CIFAE, bem como o seu contributo para a valorização deste tipo de património: seguir a história da cidade de Évora e a sua relação com a fortificação à moderna. A página procuraria ainda responder ao como e o porquê da construção dos baluartes; mostrar de forma ágil e interativa a estratégia defensiva, os acontecimentos políticos e diplomáticos ligados a este Conjunto; recriar o testemunho dos seus protagonistas; abrir a discussão a este tema, pois existem no mundo imensas fortificações de sistema abaluartado e várias formas para a sua salvaguarda e valorização;
- b) Na secção **Parcerias**, daríamos ênfase ao voluntariado e às parcerias do CIFAE;
- c) Colocaríamos a secção das **Plantas**, constituída por uma legenda interativa em cada um dos baluartes e no Forte de Santo António. Essa legenda interativa surge ao clicarmos num dos troços indicados, permitindo passar de um desenho para uma fotografia HD do troço em questão, visualizando-se uma legenda descritiva do mesmo;
- d) Na secção relativa à **História do Conjunto**, evidenciar-se-ia a sua História com trailers de documentários apresentados no edifício do CIFAE e, uma cronologia da sua evolução arquitetónica;
- e) A secção de **Fotografias** do Conjunto Abaluartado de Évora;
- f) O **Percurso Virtual**, no qual disporíamos uma reconstrução do Conjunto em 3D. O visitante poderia percorrer os troços observando os pormenores;
- g) O **Glossário** dos Termos empregues no Sistema Abaluartado⁴⁹⁵;
- h) A secção de **Biografias** de cada um dos arquitectos e engenheiros que trabalharam em Évora;
- i) A secção de **Documentação** contendo vários estudos em formato pdf, bem como um levantamento bibliográfico e documental. Os estudantes que não tivessem a hipótese de se deslocar ao CIFAE, poderiam aqui fazer as suas pesquisas para eventuais trabalhos/projetos académicos.

⁴⁹⁴ Cf. Projeto do website do CIFAE no CD-ROM; e **Anexo VII – Projeto Website CIFAE**, pp. cliv-clxiii.

⁴⁹⁵ Cf. **Anexo II - Glossário dos termos empregues no sistema abaluartado**, pp. liiii-lxxx.

- j) A secção onde se anunciariam as **notícias** relativas às exposições temporárias do CIFAE, bem como as publicações de livros/artigos e, as datas de conferências promovidas entre Portugal e Espanha;
- k) Uma secção que permitirá a visualização de vídeos relacionados com o Conjunto e, a disponibilização de fotografias antigas do mesmo. Para tal, será essencial a parceria com o Arquivo Fotográfico da Câmara Municipal de Évora;
- l) A secção onde o visitante poderia deixar a proposta de um projeto de valorização relacionado com o Conjunto. Serviria de incentivo para a ação e consciencialização da valorização deste tipo de Património;
- m) O CIFAE teria uma loja no website, onde os interessados poderiam comprar postais sobre o Conjunto, porta-chaves com uma guarita, cadernos cujas capas tivessem imagens do Conjunto e as folhas em marca de água, um CD-ROM com imagens e informações detalhadas e vários livros relacionados com o Conjunto, com a história e com este tipo de património.

Apesar de, ao longo dos anos, se notar uma crescente preocupação para com o Conjunto Abaluartado de Évora, consideramos indispensável a sua dinamização. As medidas inseridas na Proposta iriam trazer uma nova dimensão cultural e social ao Conjunto, tornando-o atrativo. Além disso, o Projeto poderia ser bastante viável, inserindo Évora num contexto dimensional, atraindo, essencialmente, estudiosos dos países supracitados – Espanha, Itália, França e Holanda.

A existência deste Centro Interpretativo iria ainda pressupor uma valorização permanente do Conjunto, assegurando-se a sua salvaguarda, de modo a cumprir as indicações do estudo da DGEMN – 2007. Além disso, o Centro serviria, essencialmente, de ponto de partida para o entendimento do Conjunto abaluartado de Évora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A crescente preocupação de algumas populações, associações e entidades, relativamente ao património militar tem contribuído consideravelmente para a preservação deste tipo de património. No entanto, o sistema abaluartado de Évora é muitas vezes pouco considerado, e a maioria da população desconhece o facto de a cidade possuir três distintos sistemas defensivos. Assim, ressaltar a importância deste sistema abaluartado, remete para a própria valorização da cidade e para o seu desenvolvimento cultural, integrando-a numa rota de fortificações abaluartadas.

O papel do sistema abaluartado no Alentejo e a sua capacidade de valorização nas cidades atuais revelam a importância da sua recuperação e usufruto na perspetiva de projetos de desenvolvimento cultural. A existência deste tipo de sistema acrescente ao valor do território onde se encontra, e a sua valorização através do Centro Interpretativo iriam permitir a atração de visitantes com diferentes objetivos, assumindo em primeiro lugar, um papel educativo e pedagógico fundamental para a cidade de Évora. Em segundo lugar, ressaltamos a capacidade de dinamização e incentivo para a atração de turistas que podem usufruir do espaço construído e do meio natural em redor, sendo importante a revitalização do espaço envolvente ao Forte de Santo António.

O presente estudo sobre o Conjunto Abaluartado em Évora visou a recolha de informação sobre os vestígios desse sistema, e o estudo dos mesmos, do ponto de vista da sua evolução, contexto histórico, construção e do estado de conservação em que se encontram, analisando-se a sua tipologia. Os seus objetivos foram cumpridos, sendo que, além da contextualização da evolução do sistema abaluartado a nível europeu, o relacionámos com a história de Portugal e da cidade de Évora no período moderno. Foi ainda enfatizada a formação dada aos engenheiros em Portugal no período pós-Restauração, graças às contribuições de Luís Serrão Pimentel e de Manuel de Azevedo Fortes, explanadas posteriormente nos seus Tratados, e que permitiram o desenvolvimento de vários projetos para a fortificação de Évora, os quais descrevemos com base na análise das fontes documentais e cartográficas que nos foram disponibilizadas. Desta forma, as conclusões obtidas permitiram entender a necessidade da conservação e salvaguarda do Conjunto.

A análise da legislação portuguesa e das cartas internacionais relacionadas com o património, bem como a orientação dada pelas metodologias dos diversos organismos mencionados, foram imprescindíveis para a base do nosso projeto de valorização e

conservação. Ressaltamos sobretudo a influência da UNESCO e do seu principal consultor, o ICOMOS, que divulgou um protótipo de ficha de inventário para as fortificações abaluartadas, bem como os elementos emanados do projecto CADIVAFOR e ICOFORT, demonstrando que estas ganham cada vez mais importância na realidade atual. Fato também demonstrado pela classificação das fortificações de Elvas como Património da Humanidade, em 2012. Daqui decorreu também o interesse em elaborarmos uma ficha de inventário para as muralhas abaluartadas de Évora por troço, o que é uma novidade, dado que as fichas existentes as tratam as muralhas de Évora como um todo, e embora distingam as várias épocas, tornam-se confusas por terem características completamente diferentes. Optámos por elaborar a ficha depois de efetuada a nossa análise sobre todos os elementos do sistema abaluartado e seleccionámos a informação necessária. Neste contexto, e relativamente às ações de restauro e conservação propostas neste estudo em relação a vários troços, defendemos a sua prática futura para que não se perca este importante testemunho. As ações são sobretudo urgentes nos Baluartes de São Bartolomeu e dos Apóstolos, que estão em ruína há muitos anos.

O nosso estudo centrou-se no sistema abaluartado de Évora, edificado entre os séculos XVI-XVIII. Não descuramos a importância das restantes épocas de construção. No entanto, através do trabalho de investigação, e partindo de projetos já efetuados anteriormente, detetámos que não existiam ainda estudos dedicados apenas ao sistema abaluartado de Évora. Havia, assim, uma lacuna por preencher. Apesar de ter sido uma tarefa complexa, uma vez que os baluartes descritos se encontram interligados na muralha medieval, e as portas apenas foram readaptadas às necessidades da época moderna, ressaltámos sempre que foi possível apenas as características do sistema abaluartado, para o qual elaboramos um Glossário, por forma a tornar mais simples a sua leitura.

Este estudo é um ponto de partida para novos estudos, pois defendemos que o património militar deve ser valorizado e estudado. É um testemunho que marca a identidade dos locais onde se insere e que pode contribuir para a sua dinamização, investimento e criação de riqueza local.

Nesta perspetiva, a proposta integrada no **ponto 4 do Capítulo III** constitui uma hipótese estratégica de dinamização da própria cidade e da valorização do sistema abaluartado, através da sua conservação, recuperação e, sobretudo, através da criação do Centro Interpretativo, destinado a divulgar o conjunto abaluartado de Évora.

Complementarmente, este Centro permitiria a valorização do conjunto abaluartado e dos conjuntos congêneres na região, apelando à criação da Rota das Fortificações, sendo Évora o centro difusor do projeto. A Proposta apresentada visa, assim, e na sua essência, servir de alavanca socioeconómica para o desenvolvimento da economia local, para o desenvolvimento do turismo com vista ao estudo e à fruição do património militar.

FONTES

Manuscritas

Arquivo Nacional Torre do Tombo (ANTT)

Gerais

- ∞ *Chancelaria de D. Manuel*, ANTT, l.º 18
- ∞ *Chancelaria de D. João IV*, l.º 8, 18
- ∞ *Chancelaria de D. Afonso VI*, l.º 11,20 e 29
- ∞ Conselho Geral - Decretos, maço 110, 21 de Agosto 1750, nº 3

Nomeação de Luís Mesquita Pimentel e de João Nunes da Cunha para as obras da fortificação de Évora

- ∞ *Nomeação de Luís de Mesquita Pimentel e de João Nunes da Cunha para servirem na fortificação de Évora* - Lisboa, ANTT, Decretos remetidos ao Conselho de Guerra, maço 19, nº 28;

Nomeação de Luís Serrão Pimentel para Cosmógrafo-mor do Reino

- ∞ *Alvará de Nomeação de Luís Serrão Pimentel para cosmógrafo-mor por impedimento de António de Mariz Carneiro* - Lisboa, Torre do Tombo, Chancelaria de D. João IV, l.º 18, fl. 298v – microfilme 1238;
- ∞ *Carta de nomeação de Luís Serrão Pimentel para o ofício de Cosmógrafo-mor do Reino* - Lisboa, Torre do Tombo, Chancelaria de D. Afonso VI, l.º 29, fl. 167-167v.;

Cedência do cargo de Engenheiro mor do Reino a Luís Serrão Pimentel

- ∞ *Consulta do Conselho de Guerra para que o Rei concedesse a Luís Serrão Pimentel o cargo de Engenheiro mor do Reino* - Lisboa, Torre do Tombo, Conselho de Guerra, Consultas, maço 17;

Patente de ajudante de Fortificação a um discípulo de Luís Serrão Pimentel

- ∞ *Decreto da patente de ajudante de Fortificação a Francisco de Osório, que era discípulo de Luís Serrão Pimentel* - Lisboa, Torre do Tombo, Conselho de Guerra, Decretos, maço 22, doc. 111;

Tença a Luís Serrão Pimentel

- ∞ *Carta de Tença a Luís Serrão Pimentel* - Lisboa, Torre do Tombo, *Registo Geral de Mercês*, D. Afonso VI, l.º 11, fl. 85v. – 88v.;

Fortificação da cidade de Évora

- ∞ *Luís Serrão Pimentel desenha a fortificação de Évora* - Lisboa, ANTT, Chancelaria de D. Afonso VI, livro 20, fol. 129;
- ∞ *Regimento para a Fortificação da cidade de Évora* - Lisboa; Torre do Tombo, microfilme x, fl. 239-245v.;

Memórias Paroquiais da cidade de Évora

- ∞ *Memória Paroquial da Sé de Évora* - ANTT, Memórias Paroquiais, vol. 14, nº 111, pp. 807 a 884.

Arquivo Militar do Exército (AME)

Posse de quatro baluartes do Conjunto Abaluartado de Évora

- ∞ *Legitimidade da posse de 4 baluartes pertencentes à antiga Fortificação da cidade* - Arquivo Militar do Exército; *Praça de Évora*.

Demolição de Portas do Conjunto Abaluartado de Évora

- ∞ *Portaria sobre a demolição de portas extintas na muralha*.

Biblioteca Pública de Évora (BPE)

- ∞ *Documento sobre as fortificações de Évora* - Amrº x, cod. 1º, nº 18, Livro verde, fl. 51;
- ∞ *Documento do P. João Baptista de Castro sobre a Fortificação de Évora* - Biblioteca Pública de Évora, CXXII/1-12 d., fl. 173 a (solto);
- ∞ *Descrição de Portugal que tem por principal assunto falar de suas praças* - José Romão da Cruz, BPE, Miscelânea Manuscrita, Códice 509-I.

Biblioteca da Ajuda

- ∞ *Consulta do Conde do Prado, aprovada pelo Conselho de Guerra* - Lisboa, Biblioteca da Ajuda, 51-VI-26 (132), fl. 95v;
- ∞ *Carta sobre a fortificação da cidade de Évora* - Lisboa, Biblioteca da Ajuda, 51-VI-26 (132), fl. 32;
- ∞ *Carta sobre a assistência de Nicolau de Langres na fortificação de Évora* - Lisboa, Biblioteca da Ajuda, 51-VI-26 (132), fl. 29;
- ∞ *Carta sobre a emergência da fortificação em Évora* - Lisboa, Biblioteca da Ajuda, 51-VI-26 (132), fl. 61;
- ∞ *Carta do Conde da Atouguia a informar aquilo que é necessário para a fortificação da cidade de Évora* – Lisboa, Biblioteca da Ajuda, cota 51-v-79, f. 26v-27;
- ∞ *Carta do Conde da Atouguia (com carta de Nicolau de Langres) sobre a alteração da planta de Évora* – Lisboa, Biblioteca da Ajuda, cota 51-v-79, f. 35v;
- ∞ *Carta do Conde da Atouguia para se continuar a fortificação de Évora* - Lisboa, Biblioteca da Ajuda, cota 51-v-79, f. 42-42v;
- ∞ *Carta do Conde de Atouguia sobre duas dúvidas que há para se dar início a fortificação de Évora* - Lisboa, Biblioteca da Ajuda, cota 51-v-79, f. 50v;
- ∞ *Carta do Conde da Atouguia sobre a fortificação de Évora* - Lisboa, Biblioteca da Ajuda, cota 51-v-79, f. 53;
- ∞ *Resposta Apologética do Tenente General Pedro de Santa Colomba em defesa da sua planta de Evora ao papel de Luiz Serrão Pimentel Lente de Mathematica* - Lisboa, Biblioteca da Ajuda, cota 51-VI-1, fl. 93-96;
- ∞ *Carta sobre a necessidade de assistir em Évora* - Lisboa, Biblioteca da Ajuda, 51-VI-26 (132), fl. 37.

Arquivo Distrital de Évora

- ∞ *Carta do Rei (assinada pelo Conde de Castelo Melhor) sobre a brevidade da obra na fortificação de Évora* - ADE, Livro 8.º dos Originais da Câmara, fl. 234;
- ∞ *Carta do Rei (assinada pelo Conde de Castelo Melhor) sobre a fortificação de Évora* - ADE, Livro 8.º dos Originais da Câmara, fl. 226;

- ∞ Treslado da ordem da Junta dos Três Estados sobre a defesa da cidade de Évora - ADE, Câmara de Évora - Livros de registos, Lº 140, fl. 190v, 191.

Impressas

- ∞ BARATA, António Francisco, *Esboços Chronologico-Biographicos dos Arcebispados da Egreja de Evora*, Coimbra, Imprensa Litteraria, 1874;
- ∞ BLUTEAU, Rafael, *Vocabulario portuguez e latino*, Lisboa, Officina de Pascoal da Sylva, Impressor de Sua Magestade, 1727-1728;
- ∞ CARVALHO, Ayres de, *Catálogo da Coleção de Desenhos*, Lisboa, Biblioteca Nacional de Lisboa, Presidência do Conselho de Ministros – Secretaria de Estado da Cultura, Direcção-Geral do Património Cultural;
- ∞ FORTES, Manuel de Azevedo, *O Engenheiro Portuguez*, Lisboa, vol. I e II, 1728-29;
- ∞ FIALHO, Manuel, *Évora Ilustrada*, BPE, Códice CXXX (disponível em <http://purl.pt/14547/4/> - consultado a 12 de outubro de 2011);
- ∞ FRANCO, António, *Évora Ilustrada* (extraída da obra do mesmo nome do P. Manuel Fialho); Évora, Edições Nazareth, 1944;
- ∞ MAGALOTTI, Lorenzo, *Viaje de Cosme de Medicis por España y Portugal (1688-1669)*, Madrid: Sucesores de Rivadeneyra, [1933] (disponível em <http://purl.pt/12926/1/P1.html> - consultado a 17 de dezembro de 2011);
- MALLET, Allain Manesson, *Les Travaux de Mars, ou la Fortification Nouvelle Tant Reguliere, qu'Irreguliere*, Paris, J. Hénault & C. Barbin, 1671-1672 (disponível em http://books.google.pt/books?id=YK0WAAAAQAAJ&printsec=frontcover&hl=ptPT&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false - consultado a 20 de dezembro de 2011);
- ∞ MARTINI, Francesco di Giorgio, *Trattati de Archittetura Ingegneria e Arte Militare*, ed. De Corrado Maltese, Milão, Edizioni Polifilo, 1967, vol. I e vol. II;
- MENEZES, Luís de, *História de Portugal Restaurado*, Lisboa, Officina de João Galvão, 1679-98 (disponível em http://purl.pt/22311/1/hg-1968-a/hg-1968-a_item1/index.html - consultado a 14 de janeiro de 2012);
- ∞ PIMENTEL, Luís Serrão, *Methodo Lusitanico de desenhar as fortificações das praças regulares e irregulares fortes de campanha, e outras obras pertencentes à arquitetura militar*, Lisboa, 1680;

- ∞ VITERBO, Sousa, *Dicionário Histórico e Documental dos Arquitectos e Engenheiros Portugueses*; 3 vols., Lisboa, 1899.

Cartográficas

- ∞ *Description del reyno de Portugal y de los reynos de Castilla que confinan con su frontera*, da autoria de Coquart (disponível em GALLICA, Bibliothèque Nationale de France, <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b53057229s.r=%C3%89vora.langPT> - consultado a 18 de novembro de 2011);
- ∞ *Planta da Fortificação de Évora*, da autoria de **Coquart**, datada de 1705 (disponível em GALLICA, Bibliothèque Nationale de France, <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b530563056.r=%C3%89vora.langPT> – consultado a 18 de novembro de 2011);
- ∞ *Planta* publicada por **Allain Mannesson Mallet**, em 1671-1672 na obra *Les Travaux de Mars, ou la Fortification Nouvelle Tant Reguliere, qu'Irreguliere* (disponível em http://books.google.pt/books?id=YK0WAAAAQAAJ&printsec=frontcover&hl=ptPT&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false _ consultado a 20 de dezembro de 2011);
- ∞ *Planta do Recinto e Fortificação de Évora* da autoria de Nicolau de Langres (cerca de 1660) - Publicada em 1941 por Gastão de Melo Mattos, Nicolau de Langres e a sua obra em Portugal;
- ∞ *Planta da Cidade de Évora, sede episcopal e capital da província do Alentejo*, da autoria de Louis Boudan [?, 1667 (disponível em GALLICA, Bibliothèque Nationale de France, <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b69036604.r=%C3%89vora.langPT> – consultado a 18 de novembro de 2011);
- ∞ *Plano do Recinto de Évora, da Extensão e Indicação das Freguesias* - Abril de 1900 (cópia de um desenho de 1856) - Câmara Municipal de Évora – Serviço de Turismo;
- ∞ *Planta das Muralhas de Évora* – 17 de Junho de 1806 (Gabinete de Estudos Arquitetónicos e Engenharia Militar);

BIBLIOGRAFIA

Enciclopédia

∞ AA.VV., *Nova Enciclopédia Larousse*, Lisboa, Circulo de Leitores, vol. 20, 1996.

Estudos Sobre a Cidade de Évora

- ∞ ARMAS, Duarte de, *Livro das Fortalezas*, Lisboa, ANTT, Edições Inapa, 1990;
- ∞ BEIRANTE, Ângela, *Évora na Idade Média*, Dissertação de Doutoramento em História, F.C.S.H. da Universidade Nova de Lisboa, 1988;
- ∞ COELHO, António Borges, *Portugal na Espanha Árabe*, Lisboa, Seara Nova, vol. I, 1972;
- ∞ ESPANCA, Túlio, *Inventário Artístico de Portugal*, Academia Nacional de Belas Artes, vol. VII e IX, Lisboa, 1966;
- ∞ FONTES, João Luís Inglês, *Cavaleiros de Cristo, Monges, Frades e Eremitas: um percurso pelas formas de vida religiosa em Évora durante a Idade Média (sécs. XII e XV)*, Lusitânia Sacra, 2.^a série, 17, 2005;
- ∞ GASPAR, Jorge, *A Área de Influência de Évora*, Lisboa, Universidade de Lisboa – Instituto de Investigação Científica, 1981;
- ∞ MONTE, Gil, *Dicionário da Toponímia Eborensis*, 2º vol., Évora, 1982;
- ∞ PEREIRA, Gabriel, *Estudos Eborenses: história e arqueologia*. Évora, Nazareth, 1948;
- ∞ RIBEIRO, Orlando, «Évora. Sítio, Origem, Evolução e Funções de uma Cidade», in *Estudos em Homenagem a Mariano Feio*, Lisboa, 1986;
- ∞ SIMPLÍCIO, Maria Domingas VM, «Évora: Origem e Evolução de uma Cidade Medieval», in *Revista da Faculdade de Letras - Geografia 1 série*, vol. XIX, Porto, 2003 (disponível em <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/330.pdf> - consultado a 17 de dezembro de 2011);
- VILAR, Hermínia, Hermenegildo Fernandes, *O Urbanismo de Évora no Período Medieval*, s.l, s.d. (disponível em http://ww3.fl.ul.pt/unidades/centros/c_historia/Biblioteca/projectos/o_urbanismo_de_Evora.pdf (consultado a 17 de dezembro de 2011)).

Estudos Sobre as Muralhas de Évora

- ∞ BALESTEROS, Cármén, Mira, Élia, «As Muralhas de Évora», Separata de *A Cidade* – Jornadas Inter e Pluridisciplinares, Actas I, Universidade Aberta, 1993-1994;
- ∞ CÓRTEZ, Fernando, «Subsídios Documentais para o estudo das fortificações de Évora e de outras Praças militares alentejanas nos inícios da Guerra da Restauração», in *A Cidade de Évora*, nº 67-68, 1984-85;
- ∞ ESPANCA, Túlio, «Libertação da cerca amuralhada de Évora», in *A Cidade de Évora*, Boletim da Comissão Municipal de Turismo, nº48-50, janeiro-dezembro, 1965-67;
- ∞ ESPANCA, Túlio, «Fortificações e Alcaidarias de Évora», in *A Cidade de Évora*, Boletim da Comissão Municipal de Turismo, nº 9-10, setembro-dezembro, 1945;
- ∞ ESPANCA, Túlio, «A velha porta da Lagoa (1590)», in *A Cidade de Évora*, Boletim da Comissão Municipal de Turismo, nº 25 –26, setembro – dezembro de 1951;
- ∞ LIMA, Miguel Pedroso de, *O Recinto Muralhado de Évora: subsídios para o estudo do seu traçado*, Évora, Estar Editora, 1996.

Estudos Sobre a Guerra da Restauração

- ∞ ALMEIDA, Lilian Pestre de, «O Teatro da Guerra da Restauração Portuguesa: a sala das batalhas do Palácio de Fronteira: uma leitura estético-simbólica», in *Monumentos*, n.º 7, Lisboa, setembro, 1997, pp. 70-77.
- ∞ CARDIM, Pedro, «A diplomacia da Restauração», in *Memória de Portugal – o milénio português*, coord. MATOS, Artur Teodoro de, Lisboa, Circulo de Leitores, 2001, pp. 356-357;
- ∞ CRUZ, António, *Portugal Restaurado*, Porto, 1940;
- ∞ CUNHA, Mafalda Soares da, «O significado da “Restauração”», in *Memória de Portugal – o milénio português*, coord. MATOS, Artur Teodoro de, Lisboa, Circulo de Leitores, 2001, pp. 354-355;
- ∞ ESPANCA, Túlio, «História das campanhas do Alentejo de 1663 até 1665», in *A Cidade de Évora* – Boletim da Comissão Municipal de Turismo, n.º 29-30, julho-dezembro, 1952;

- ∞ HESPANHA, António Manuel, «Portugal e a política de Olivares», in *Memória de Portugal – o milénio português*, coord. MATOS, Artur Teodoro de, Lisboa, Circulo de Leitores, 2001, pp. 344-345;
- ∞ LOBO, Francisco Sousa, «Batalhas da Restauração», in *Monumentos*, nº 7, setembro, 1997, p. 84;
- ∞ MONTEIRO, Nuno, «A Guerra da Restauração», in *Memória de Portugal – o milénio português*, coord. MATOS, Artur Teodoro de, Lisboa, Circulo de Leitores, 2001, pp. 366-367;
- ∞ NEVES, José Cassiano, *Jardins e Palácio dos Marqueses de Fronteira*, Lisboa, Quetzal Editores, 1995;
- ∞ OLIVEIRA, António de, «Um rei que veio de Espanha», in *Memória de Portugal – o milénio português*, coord. MATOS, Artur Teodoro de, Lisboa, Circulo de Leitores, 2001, pp. 306-307.

Estudos Sobre Engenheiros Militares e a Fortificação Abaluartada

- ∞ AAVV, *The Circulation of Science and Technology – Proceedings of the 4th International Conference of the European Society for the History of Science*, Barcelona, Societat Catalana d'Història de la Ciència I de la Tècnica, 18-20 de Novembro de 2010, p. 247;
 - ∞ BARROCA, Mário, *Tempos de Resistência e Inovação*, Portvgalia;
 - ∞ CARVALHO, Jayme Ferrer de, *Luís Serrão Pimentel: o Método Lusitano e a Fortificação*, Dissertação de Mestrado em Teoria da Arquitetura (orientação do Professor Doutor Horácio Manuel Pereira Bonifácio), Universidade Lusíada, 2000;
 - ∞ CONCEIÇÃO, Margarida Tavares da, «Os desenhos do engenheiro militar Miguel Luís Jacob e a cartografia das praças de guerra no século XVIII», in *IV Simpósio Luso-brasileiro de Cartografia Histórica*, Faculdade de Letras, Porto, 9 a 12 de Novembro de 2011;
- CONDE, Antónia Fialho, «Alentejo (Portugal) and the scientific expertise in fortification in the modern period: the circulation of masters and ideas», in ROCA-ROSELIL, A. (ed.).(2012) *The Circulation of Science and Technology: Proceedings of the 4th International Conference of the ESHS*, Barcelona, SCHCT-IEC, 18-20

November 2010, pp. 246-252 (disponível em <http://hdl.handle.net/10174/6917> (consultado a 17 de março de 2012));

- ∞ FERREIRA, Alexandre Martins, *Luís Serrão Pimentel (1613-1679): Cosmógrafo Mor e Engenheiro Mor de Portugal* (Dissertação de Mestrado em História dos Descobrimentos e da Expansão), Faculdade de Letras, 2009;
- ∞ KEMP, Martim, *Vida e Obra: Leonardo da Vinci*, Lisboa, Editorial Presença;
- ∞ MATOS, Gastão de Melo, *Nicolau de Langres e a sua Obra em Portugal*, Lisboa, 1956;
- ∞ RIBEIRO, Dulcyene Maria, *A Formação dos engenheiros militares: Azevedo Fortes, Matemática e ensino da Engenharia Militar no século XVIII em Portugal e no Brasil* (Tese de Doutoramento em Educação), Universidade de São Paulo, 2009;
- ∞ VALLA, Margarida, *Os Engenheiros militares no planeamento das cidades: entre a restauração e D. João V, 1640-1750* (Dissertação de Doutoramento em História – História de Arte), Faculdade de Letras, 2008.

Estudos Sobre Gestão/Valorização do Património

- ∞ AAVV., Actas do 4.º Simpósio Internacional das Cidades Património Mundial, Évora, Organização das Cidades do Património Mundial, 17-20 setembro de 1997;
- ∞ BRANDI, Cesare, *Teoria do Restauro*, Ateliê Editorial, 2004;
- ∞ CHOAY, Françoise, *As Questões do Património*, Lisboa, Edições 70, 2011;
- ∞ CUNHA, Cláudia dos Reis e, «Alois Riegl e o “O culto moderno dos monumentos”», in *Revista CPC*, São Paulo, Maio/Outubro, 2006, v.1, n.2 (disponível em <http://www.revistasusp.sibi.usp.br/pdf/cpc/n2/a02n2.pdf> - consultado a 19 de maio de 2012);
- ∞ HENRIQUES, Fernando M. A., *A Conservação do Património Histórico Edificado*, Lisboa, LNEC, 1991;
- ∞ PÉREZ, Xerardo Pereira, *Turismo Cultural: uma visão antropológica*, Colección Pasos Edita, n.º 2, 2009;
- ∞ RIEGL, Alois, *O Culto Moderno dos Monumentos*, Edições 70, 2003.

DOCUMENTÁRIOS

- ∞ Documentário *Da Vinci e o seu código de vida*, canal História, 2005;
- ∞ Documentário sobre *D. Filipe III – O Grande*, direção: Professor Doutor Joaquim Veríssimo Serrão, Filmes Unimundos, vol. XXI, 2007;
- ∞ Documentário sobre *D. João IV – O Restaurador*, direção: Professor Doutor Joaquim Veríssimo Serrão, Filmes Unimundos, vol. XXII, 2007;
- ∞ Documentário *D. Afonso VI – O Vitorioso*, dir. Prof. Joaquim Veríssimo Serrão, vol. XXIII, 2007.

LEGISLAÇÃO

- ∞ Decreto n.º 20985, DR 56 SÉRIE I de 1932-03-07 (Disponível em <http://www.dre.pt/pdf1s/1932/03/05600/04310436.pdf> - consultado a 20 de setembro de 2012);
- ∞ Lei n.º 2032. DR 125/49 SÉRIE I de 1949-06-11 (Disponível em <https://dre.pt/pdf1sdip/1949/06/12500/04110411.pdf> - consultado a 23 de setembro de 2012);
- ∞ Decreto-Lei n.º 181/70. DR 99/70 SÉRIE I de 1970-04-28 (Disponível em <https://dre.pt/pdf1sdip/1970/04/09900/05220523.pdf> - consultado a 23 de setembro de 2012);
- ∞ Decreto n.º 49/79. DR 130/79 SÉRIE I de 1979-06-06 (Disponível em <https://dre.pt/pdf1sdip/1979/06/13000/12591272.pdf> - consultado a 23 de setembro de 2012);
- ∞ Aviso DR 264/80 SÉRIE I de 1980-11-14 (Disponível em <http://www.dre.pt/pdf1s/1980/11/26400/38833883.pdf> - consultado a 24 de setembro de 2012);
- ∞ Lei n.º 13/85. DR 153/85 SÉRIE I de 1985-07-06 (Disponível em <https://dre.pt/pdf1sdip/1985/07/15300/18651874.pdf> - consultado a 27 de setembro de 2012);
- ∞ Aviso DR 39/88 SÉRIE I de 1988-02-17 (Disponível em <http://www.dre.pt/pdf1s/1988/02/03900/05520552.pdf> - consultado a 2 de outubro de 2012);

- ∞ Decreto do Presidente da República n.º 5/91. DR 19/91 SÉRIE I-A de 1991-01-23 (Disponível em <https://dre.pt/pdf1sdip/1991/01/019A00/03860386.pdf> - consultado a 4 de outubro de 2012);
- ∞ Despacho Normativo n.º 23/91.DR 24/91 SÉRIE I-B de 1991-01-29 (Disponível em <https://dre.pt/pdf1sdip/1991/01/024B00/04660467.pdf> - consultado a 2 de outubro de 2012);
- ∞ Decreto-Lei n.º 42/96.DR 106/96 SÉRIE I-A de 1996-05-07 (Disponível em <https://dre.pt/pdf1sdip/1996/05/106A00/10491055.pdf> - consultado a 7 de outubro de 2012);
- ∞ Decreto-Lei n. 120/97.DR 113/97 SÉRIE I-A de 1997-05-16 (Disponível em <https://dre.pt/pdf1sdip/1997/05/113A00/24212433.pdf> - consultado a 7 de outubro de 2012);
- ∞ Portaria n.º 1221/97.DR 279/97 SÉRIE I-B de 1997-12-03 (Disponível em <https://dre.pt/pdf1sdip/1997/12/279B00/64566457.pdf> - consultado a 7 de outubro de 2012);
- ∞ Decreto-Lei n.º 59/99 de 1999-03-02 (Disponível em <https://dre.pt/pdf1sdip/1999/03/051A00/11021156.pdf> - consultado a 9 de outubro de 2012);
- ∞ Decreto-Lei n.º 342/99 198/99 SÉRIE I-A de 1999-08-25 (Disponível em <https://dre.pt/pdf1sdip/1999/08/198A00/57355741.pdf> - consultado a 9 de outubro de 2012);
- ∞ Decreto do Presidente da República n.º 13/2000. DR 76 SÉRIE I-A de 2000-03-30 (Disponível em <https://dre.pt/pdf1sdip/2000/03/076A00/12891289.pdf> - consultado a 12 de outubro de 2012);
- ∞ Resolução da Assembleia da República n.º 26/2000. DR 76 SÉRIE I-A de 2000-03-30 (Disponível em <https://dre.pt/pdf1sdip/2000/03/076A00/13261342.pdf> - consultado a 12 de outubro de 2012);
- ∞ Lei nº 107/2001 de 8 de Setembro DR 209 SÉRIE I-A de 2001-09-08 (Disponível em <https://dre.pt/pdf1sdip/2001/09/209A00/58085829.pdf> - consultado a 12 de outubro de 2012);
- ∞ Portaria n.º 376/2007 de 30 de março de 2007-03-30 (Disponível em <https://dre.pt/pdf1sdip/2007/03/06400/20192024.pdf> - consultado a 17 de outubro de 2012);

- ∞ Decreto-Lei 309/2009 (Disponível em <https://dre.pt/pdf1sdip/2009/10/20600/0797507987.pdf> - consultado a 19 de outubro de 2012);
- ∞ Decreto-Lei 138/2009 (Disponível em <https://dre.pt/pdf1sdip/2009/06/11300/0364603647.pdf> - consultado a 19 de outubro de 2012);
- ∞ Decreto-Lei 140/2009 (Disponível em <https://dre.pt/pdf1sdip/2009/06/11300/0365303659.pdf> - consultado a 23 de outubro de 2012);
- ∞ Decreto-Lei de 1910-06-16 (Disponível em Disponível em http://www.cm-coimbra.pt/dmdocuments/dmat/doe/Legislacao%20Servicoes%20e%20restricoes%2001-2011/4_patrimonio_edificado/4_1_imov_classif/monumentos_nacionais/03-Decreto_16-06-1910.pdf (consultado a 15 de novembro de 2012);
- ∞ Decreto n.º 7719, DG, n.º 199 de 1921-09-29 (Disponível em <https://dre.pt/pdf1sdip/1921/09/19900/11971197.pdf> - consultado a 17 de novembro de 2012);
- ∞ Decreto n.º 8218, DG, 1.ª série, n.º 130 de 1922-06-29 (Disponível em <https://dre.pt/pdf1sdip/1922/06/13000/06300630.pdf> - consultado a 25 de novembro de 2012);
- ∞ Decreto n.º 11773, DG, 1.ª série, n.º 135 de 1926-06-25 (disponível em <http://www.dre.pt/pdf1s/1926/06/13500/06180618.pdf> - consultado a 25 de novembro de 2012);
- ∞ Decreto n.º 41.191, DG, 1.ª série, n.º 162 de 1957-07-18 (Disponível em <https://dre.pt/pdf1sdip/1957/07/16200/07340735.pdf> - consultado a 15 de novembro de 2012);
- ∞ Decreto-lei n.º 115/2012 de 2012-05-25 (Disponível em <https://dre.pt/pdf1sdip/2012/05/10200/0277202777.pdf> - consultado a 12 de Dezembro de 2012).

INTERNET

- ∞ IHRU - SIPA; Processo IPA.00003822 (PT040705070040): Muralhas e Fortificações de Évora/ Sistema Defensivo de Évora
(disponível em http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=6567
- consultado a 17 de outubro de 2011);
- ∞ IHRU - SIPA; Processo IPA.00003756 (PT041204030002): Castelo de Campo Maior/ Fortificações de Campo Maior
(disponível em http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=3756
- consultado a 20 de outubro 2011);
- ∞ IHRU - SIPA; Processo IPA.00003240 (PT041204030004): Castelo de Ouguela
(disponível em http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=3240
- consultado a 15 de novembro 2011);
- ∞ IHRU - SIPA; Processo IPA.00004461 (PT040701020007): Fortaleza de Juromenha
(disponível em http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=4461
- consultado a 15 de novembro 2011);
- ∞ IHRU - SIPA; Processo IPA.00003245 (PT041207020011): Sistema Fortificado da Praça de Elvas/ Fortificações de Elvas
(disponível em http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=3245
- consultado a 15 de novembro 2011);
- ∞ IHRU - SIPA; Processo IPA.00004803 (PT040704030008): Sistema Fortificado de Estremoz
(disponível em http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=4803
- consultado a 20 de outubro 2011);
- ∞ IHRU - SIPA; Processo IPA.00004572 (PT041205020010): Castelo de Castelo de Vide/ Fortificações de Castelo de Vide
(disponível em http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=4572
- consultado a 27 de outubro 2011);
- ∞ IHRU - SIPA; Processo IPA.00000579 (PT040213040002): Muralhas de Serpa
(disponível em http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=579
- consultado a 3 de Novembro 2011);
- ∞ IHRU - SIPA; Processo IPA.00000993 (PT040210070006): Sistema Fortificado de Moura/ Castelo de Moura

- (disponível em http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=993 – consultado a 3 de novembro 2011);
- ∞ IHRU - SIPA; Processo IPA.00001861 (PT041202010003): Fortaleza de Arronches/ Fortificação de Arronches
(disponível em http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=1861 – consultado a 15 de novembro 2011);
 - ∞ IHRU - SIPA; Processo IPA.00030751 (PT040711030048): Fortificações de Monsaraz
(disponível em http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=30751 – consultado a 15 de novembro 2011);
 - ∞ IHRU - SIPA; Processo IPA.00001242 (PT040708030001): Castelo de Mourão
(disponível em http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=1242 – consultado a 20 de outubro 2011);
 - ∞ IHRU - SIPA; Processo IPA.00003234 (PT041210020001): Castelo de Marvão/ Fortificações de Marvão
(disponível em http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=3234 – consultado a 20 de outubro 2011);
 - ∞ IHRU - SIPA; Processo IPA.00003214 (PT041207040021): Castelo de Barbacena/ Fortificações de Barbacena
(disponível em http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=3214 – consultado a 20 de outubro 2011);
 - ∞ IHRU - SIPA; Processo IPA.00000906 (PT040205130003): Castelo de Beja
(disponível em http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=906 – consultado a 15 de dezembro 2011);
 - ∞ IHRU - SIPA; Processo IPA.00003927 (PT04071403002): Castelo de Vila Viçosa
(disponível em http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=3927 – consultado a 17 de novembro 2011);
 - ∞ http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/Default.aspx (consultado a 20 de outubro de 2011-15 de dezembro 2011);
 - ∞ http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SitePageContents.aspx?id=8937d1d0-e95b-40aa-9f23-c2aea86119b4 (consultado a 17 de outubro de 2011).

- ∞ <http://purl.pt/index/geral/PT/index.html> (consultado de 12 de outubro de 2011 a 14 de janeiro de 2012);
- ∞ <http://purl.pt/14547/4/> - FORTES, Manuel de Azevedo, *O Engenheiro Portuguez*, Lisboa, vol. I e II, 1728-29 (consultado a 12 de outubro de 2011);
- ∞ <http://purl.pt/12926/1/P1.html> - MAGALOTTI, Lorenzo, *Viaje de Cosme de Médicis por España y Portugal (1688-1669)*, Madrid: Sucesores de Rivadeneyra, [1933] (consultado a 17 de dezembro de 2011);
- ∞ http://purl.pt/22311/1/hg-1968-a/hg-1968-a_item1/index.html - MENEZES, Luís de, *História de Portugal Restaurado*, Lisboa, Officina de João Galraão, 1679-98 (consultado a 14 de janeiro de 2012);
- ∞ <http://gallica.bnf.fr/?lang=PT> (consultado a 18 de novembro de 2011);
- ∞ <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b530563056.r=%C3%89vora.langPT> - *Planta da Fortificação de Évora*, da autoria de Coquart, datada de 1705 (consultado a 18 de novembro de 2011);
- ∞ <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b69036604.r=%C3%89vora.langPT> - *Planta da Cidade de Évora, sede episcopal e capital da província do Alentejo*, da autoria de Louis Boudan, 1667 (consultado a 18 de novembro de 2011);
- ∞ http://www2.cmevora.pt/itinerarios/epoca_medieval.htm (consultado a 17 de dezembro de 2011);
- ∞ http://pt.wikipedia.org/wiki/Distrito_de_%C3%89vora (consultado a 17 de dezembro de 2011);
- ∞ <http://www.cultura-alentejo.pt/pagina,46,47.aspx> (consultado a 18 de Novembro de 2011);
- ∞ <http://www.igespar.pt/pt/> (consultado a 17 de agosto de 2012);
- ∞ <http://www.unesco.org/new/en/> (consultado a 12 setembro 2012);
- ∞ <http://www.unesco.pt/> (consultado a 12 de setembro de 2012);
- ∞ <http://www.patrimonio-santarem.pt/> (consultado a 23 de setembro de 2012);
- ∞ <http://www.amigosdoscastelos.org.pt/> (consultado a 12 de dezembro de 2011);
- ∞ <http://www.iccrom.org/> (consultado a 3 de novembro de 2012);
- ∞ <http://www.icomos.org/fr/> (consultado a 17 de novembro de 2012);
- ∞ <http://icomos.fa.utl.pt/> (consultado a 7 de novembro de 2012);
- ∞ <http://www.portaldahabitacao.pt/pt/ihru/> (consultado a 6 de janeiro de 2012);
- ∞ <http://am.exercito.pt/bibliopac/bibliopac.htm> (consultado a 12 de fevereiro de 2012);

- ∞ http://www.snpcultura.org/obs_13_gapae.html (consultado a 17 de novembro de 2012);
- ∞ <http://www.turismodeportugal.pt/> (consultado a 17 de dezembro de 2012);
- ∞ <http://digitarq.dgarq.gov.pt/> (consultado a 21 de dezembro de 2011);
- ∞ <http://www.murallasdepamplona.com/spa/index.php> (consultado a 24 de abril de 2012);
- ∞ <http://www.fortalezasmultimedia.com.br/> (consultado a 27 de junho 2012);
- ∞ [http://books.google.pt/books?id=YK0WAAAAQAAJ&printsec=frontcover&hl=ptPT&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false_-_MALLET, Allain Manesson, *Les Travaux de Mars, ou la Fortification Nouvelle Tant Reguliere, qu'Irreguliere*, Paris, J. Hénault & C. Barbin, 1671-1672](http://books.google.pt/books?id=YK0WAAAAQAAJ&printsec=frontcover&hl=ptPT&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false_-_MALLET,_Allain_Manesson,_Les_Travaux_de_Mars,_ou_la_Fortification_Nouvelle_Tant_Reguliere,_qu'Irreguliere,_Paris,_J._Hénault_&_C._Barbin,_1671-1672) (consultado a 20 de dezembro de 2011);
- ∞ http://ww3.fl.ul.pt/unidades/centros/c_historia/Biblioteca/projectos/o_urbanismo_de_Evora.pdf (consultado a 17 de dezembro de 2011);
- ∞ <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/330.pdf> - SIMPLÍCIO, Maria Domingas VM, «Évora: Origem e Evolução de uma Cidade Medieval», in *Revista da Faculdade de Letras - Geografia 1 série*, vol. XIX, Porto, 2003 (consultado a 17 de dezembro de 2011);
- ∞ <http://www.revistasusp.sibi.usp.br/pdf/cpc/n2/a02n2.pdf> - CUNHA, Cláudia dos Reis e, «Alois Riegl e o “O culto moderno dos monumentos”», in *Revista CPC*, São Paulo, Maio/Outubro, 2006, v.1, n.2 (consultado a 19 de maio de 2012);
- ∞ <http://www.igespar.pt/media/uploads/cc/CartadeVeneza.pdf> (consultado a 17 de agosto de 2012);
- ∞ <http://www.igespar.pt/media/uploads/cc/ConvencaoparaaProteccaodoPatrimonioMundialCulturaleNatural.pdf> (consultado a 10 de setembro de 2012);
- ∞ http://www.igespar.pt/media/uploads/cc/CartadeAtenas.pdf__ (consultado a 12 de setembro de 2012);
- ∞ <http://www.igespar.pt/media/uploads/cc/cartadecracovia2000.pdf> (consultado a 12 de setembro de 2012);
- ∞ <http://www.igespar.pt/media/uploads/cc/declaracaoBudapestesobrepatrimoniomundial2002.pdf> (consultado a 14 de setembro de 2012);
- ∞ <http://5cidade.files.wordpress.com/2008/03/declaracao-de-dresden.pdf> (consultado a 8 de fevereiro de 2012);

- ∞ <http://www.igespar.pt/media/uploads/cc/DECLARACAODEVIENA.pdf> (consultado a 14 de setembro de 2012);
- ∞ <http://www.igespar.pt/media/uploads/cc/CartadeBruxelas.pdf> (consultado a 17 de setembro de 2012);
- ∞ <http://www.igespar.pt/media/uploads/OrientacoesTecnicasPatrimonioMundialMaio2010revCNU30Junho.pdf> (consultado a 16 de setembro de 2012);
- ∞ <http://www.igespar.pt/media/uploads/cc/CARTAEUROPEIADOPATRIMONIOARQUITECTONICO.pdf> (consultado a 18 de setembro de 2012);
- ∞ <http://www.igespar.pt/media/uploads/cc/granada.pdf> (consultado a 18 de setembro de 2012);
- ∞ <http://www.igespar.pt/media/uploads/cc/CARTAINTERNACIONALPARASALVAGUARDADASCIDADES HISTORICAS.pdf> (consultado a 20 de setembro de 2012);
- ∞ <http://www.igespar.pt/media/uploads/cc/Convencao para a Proteccao do Patrimonio Mundial Cultural e Natural.pdf> (consultado a 24 de setembro de 2012);
- ∞ http://portal.unesco.org/en/ev.phpURL_ID=13133&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html (consultado a 18 de setembro de 2012);
- ∞ <http://www.imc-ip.pt/> (consultado a 24 de outubro de 2012);
- ∞ Cf. <http://icofort.icomos.org/> (consultado a 18 de Agosto de 2012);
- ∞ <http://www.cieform.org/home.cis;jsessionid=E690999D2C78D77F43A373F0CE85465D> (consultado a 18 de Agosto de 2012).